

Versão final

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
PARA O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO
PLANO DE AÇÃO DAS SUBPREFEITURAS DE SÃO PAULO
Subprefeitura Penha**

NOVEMBRO/2019 – SETEMBRO/2020

PROJETO

914BRZ5015

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA SMDU / SÃO PAULO
(9580)**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EDITAL 04/2019

PRODUTO 6 – SUBPREFEITURA PENHA

DETALHAMENTO

Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras.

CONSULTOR

Consultor Especialista em Planejamento Urbano Participativo

Rita de Cássia Ogera

São Paulo – 28 de setembro de 2020.

Lista de siglas

AMA	Assistência Médica Ambulatorial
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CEDESP	Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo
CEI	Centro de Educação Infantil
CEE	Centro Esportivo e de Lazer
CECI	Centro de Educação e Cultura Indígena
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU	Centro Educacional Unificado
CDCM	Centro de Defesa e Convivência da Mulher
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
COCEU	Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados
COVID 19	Doença causada pelo novo coronavírus
CPM	Conselho Participativo Municipal
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS POP	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESAN	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional

DPH	Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo
EE	Escola Estadual
EETU	Eixos e Estruturação da Transformação Urbana
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ETEC	Escola Técnica Estadual
FEMA	Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FMSAI	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
GEOINFO	Coordenadoria de Produção e Análise de Informação
HIS	Habitação de Interesse Social
HMP	Habitação de Mercado Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LPUOS	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
MEM	Macroárea de Estruturação Metropolitana
MP	Ministério Público
NRP	Núcleo Regional de Planejamento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGP	Open Government Partnership

PA	Perímetro de Ação
PDE	Plano Diretor Estratégico - Lei 16.050/2014
PEC	Plano Emergencial de Calçadas
PGIRS	Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo
PLANMOB	Plano Municipal de Mobilidade
PLANURBE-SMDU	Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
PMH	Plano Municipal de Habitação
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PPA	Plano Plurianual
PRA	Programa de Redução de Alagamento
PRS	Plano Regional da Subprefeitura
PSM	Pronto Socorro Municipal
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAGA	Supervisão para Assuntos de Governo Aberto
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEAS	Serviço Especializado de Abordagem Social
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SGM	Secretaria de Governo Municipal
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMRS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SPTrans	São Paulo Transporte S/A
SPUrbanismo	São Paulo Urbanismo
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
SVMA - DIPO	Divisão de Implantação, Projetos e Obras da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URSI	Unidade de Referência à Saúde do Idoso
USP	Universidade de São Paulo

ZC	Zona Centralidade
ZCOR	Zona Corredor
ZDE	Zona de Desenvolvimento Econômico
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPAM	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZER	Zona Exclusivamente Residencial
ZEU	Zona Eixo de Estruturação e Transformação Urbana
ZEUP	Zona Eixo de Estruturação e Transformação Urbana Proposta
ZPI	Zonas Predominantemente Industriais
ZPR	Zona Predominantemente Residencial

Lista de quadros, gráficos e mapas

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	21
Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	22
Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.	23
Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.	39
Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.	58
Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.	78
Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.	88
Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.	91
Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Penha.	94
Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.	107
Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais – Subprefeitura Penha.	108
Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Penha.	151

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	14
PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL	29
Institucionalidades e administração pública	30
Planejamento urbano e planejamento orçamentário	32
Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada	34
1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA	36
1.1. Plano Regional da Subprefeitura Penha	36
1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação	40
2. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE METAS 2019-2020	58
2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura	58
2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação	62
2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020	70
3. PRIORIZAÇÃO DOS PERÍMETROS DE AÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS	72
3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Penha	82
3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação	88
4. PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA	90
4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública	92
4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas	107
4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública	123

5. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA 150

ANEXOS

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata dos “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo”. Este documento é produto da cooperação entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Prefeitura do Município de São Paulo. A cooperação se estabelece pelo Projeto 914BRZ5015 - Gestão da informação e do conhecimento para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) da Prefeitura do Município de São Paulo, Editais UNESCO Nº 03, 04 e 05/2019, publicizados entre 17 e 24 de setembro de 2019. Os profissionais contratados participaram na elaboração dos Planos de Ações das Subprefeituras do município de São Paulo junto a Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU-PMSP).

Além desta apresentação, os “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” estão organizados em duas partes. A primeira refere-se à Introdução, que apresenta e debate o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, assim como suas relações com o sistema de planejamento urbano, o processo orçamentário e a participação da sociedade civil organizada.

A segunda parte refere-se ao estudo desenvolvido para as 32 Subprefeituras do município de São Paulo, sendo essa parte estruturada em cinco seções:

1. Plano Regional da Subprefeitura: em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, discute:

1.1. Plano Regional da Subprefeitura: abarca o diagnóstico construído pelo processo do Plano Regional da Subprefeitura, introduzindo as questões urbanas particulares a cada Subprefeitura.

1.2 Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação: apresenta a caracterização e as diretrizes para cada Perímetro de Ação em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020: apresenta a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 do município de São Paulo, e debate a incidência deste sobre cada Subprefeitura e Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura: estuda a relação espacial entre Programa de Metas 2019-2020 e os Perímetros de Ação.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020: apresenta convergências e articulações entre os Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 para cada Subprefeitura.

3. Priorização dos Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura: apresenta a priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos Perímetros de Ação em reuniões com os Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação: descreve os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas para tal, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação: apresenta síntese sobre os Perímetros de Ação prioritários, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as propostas da sociedade civil organizada a partir da audiência pública; síntese dessas propostas; classificação de cada proposta; autoria das respostas em termos de secretaria municipal; pertinência da proposta para o Plano de Ação da Subprefeitura; e as devolutivas de cada secretaria municipal sobre as propostas para o Plano de Ação.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal e a pertinência das demandas para o Plano de Ação.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas: apresenta as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas dos munícipes.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam a implementação do Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda integram os Planos de Ação das Subprefeituras os anexos:

Anexo 01 - Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020.

Anexo 02 - Mapas do Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 03 - Mapa Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 04 - Mapa Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

INTRODUÇÃO

A realização dos “Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” foi definida no Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, que trata dos Planos Regionais das Subprefeituras e também no 2º Plano de Ação em acordo com os objetivos do Governo Aberto na Cidade de São Paulo¹. O Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras” do Governo Aberto, que é o de ouvir as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantir a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico – PDE (Lei 16.050/2014) os Planos Regionais das Subprefeituras integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, e detalham as diretrizes do Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014, com seu horizonte de planejamento que segue até 2029.

No âmbito territorial de cada Subprefeitura, os Planos Regionais das Subprefeituras articulam as políticas setoriais e complementam as proposições relacionadas às questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais e demarcam os instrumentos urbanísticos e ambientais previstos no PDE 2014, em especial no seu artigo 346.

O aspecto territorial dos Planos Regionais é determinado pela *Rede de Estruturação Local*, a qual é composta por *Perímetros de Ação*, que são porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e

¹ A Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA), foi instituída pela Prefeitura Municipal de São Paulo no Decreto no 54.794/2014 como parte da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (chamando-se, a princípio, São Paulo Aberta). Em janeiro de 2019, a Supervisão para Assuntos de Governo Aberto foi transferida para a Secretaria do Governo Municipal, em acordo com o Decreto No 58.596 de 07/01/2019. Seu principal objetivo é criar políticas públicas para difundir, articular e fomentar os conceitos de transparência, inovação, participação social e accountability na gestão pública como vias de combate à corrupção, além de interagir com a Open Government Partnership (OGP) na prestação de contas dos compromissos assumidos no Plano de Ação em Governo Aberto da cidade de São Paulo. O 2º Plano de Ação em Governo Aberto possui cinco compromissos, e o Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local”: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras, ouvindo as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

Informações extraídas de: Documento interno elaborado por SGM-PMSP, outubro de 2019 (pp.1-6). Sobre Governo Aberto ver também: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/governo_aberto_na_cidade_de_sao_paulo/index.php?p=252984>, consultado em dezembro de 2020.

investimentos públicos, caracterizados a partir da articulação dos elementos locais nos sistemas urbanos e ambientais, nos termos do Plano Diretor Estratégico.

Dessa forma, foram elaborados em 2016 nas 32 Subprefeituras os respectivos Planos Regionais, que delimitaram 380 Perímetros de Ação Local para todo o município. Cada um desses *Perímetros de Ação* conta com descrição e mapeamento da respectiva área de análise, caracterização das questões relacionadas à sua área, bem como, apresentam objetivos e diretrizes para as intervenções intersecretariais em âmbito local.

O Decreto nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016, regulamenta os artigos 344 a 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes nele estabelecidos, e articulado à revisão da nova disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo instituída pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016; determina a composição e atribuições dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e orienta a elaboração e a aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Os Planos de Ação das Subprefeituras definidos no § 4º do artigo 346 do PDE – 2014 visam garantir a compatibilidade entre a territorialização das ações setoriais previstas no Programa de Metas e as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Regionais das Subprefeituras, e devem ser atualizados quadrienalmente, ouvido o Conselho de Representantes, em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do Programa de Metas municipal, devendo esse último ser divulgado em até 90 dias a partir da posse do novo prefeito.

O Plano de Ação das Subprefeituras tem por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais, compatibilizando o Programa de Metas com a territorialização das ações setoriais previstas, conforme o Art. 9º - Decreto nº 57.537/2016.

§ 1º Os Planos de Ação das Subprefeituras contém:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras 2020 foi coordenada pela Secretaria de Governo Municipal (SGM) e das Subprefeituras (SMSUB) com orientação, suporte técnico e suporte metodológico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e, com a participação dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e dos Conselhos Participativo Municipais (CPM).

No início de 2019 a Prefeitura do Município de São Paulo promoveu uma revisão do Programa de Metas adequando-se à conjuntura econômica, financeira e administrativa, além de levar em consideração eventos imprevistos e lições aprendidas, definiu compromissos para o biênio 2019-2020. Com o compromisso de promover uma ampla divulgação da revisão programática, foram realizadas audiências públicas, de caráter devolutivo, nas 32 subprefeituras, além de uma audiência promovida na Câmara Municipal.

A revisão do Programa de Metas exprime 36 Objetivos Estratégicos, 71 metas e 213 iniciativas. Os objetivos estratégicos são enunciados que comunicam, de maneira direta e simples, quais as principais aspirações da Prefeitura, o resultado geral esperado com a execução das metas e as iniciativas associadas a eles. As metas dimensionam estes compromissos, estabelecendo o indicador para seu acompanhamento e o quantitativo a ser alcançado até o final de 2020. As iniciativas são as ações concretas necessárias ao alcance dos objetivos, por meio de intervenções realizadas pela Administração para que o resultado global seja alcançado com impactos positivos na vida da população.

A primeira rodada de Oficinas de Planejamento com vistas a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras foi realizada entre os dias 16 e 30 de outubro de 2019 e sintetizou os conteúdos dos Planos Regionais das Subprefeituras, bem como, tratou de dar início a avaliação da articulação entre os Perímetros de Ação nele definidos com a territorialização das metas do Programa de Metas 2019-2020, face ao processo orçamentário e a atuação das diversas secretarias municipais em âmbito local.

As 32 oficinas realizadas retomaram o processo de planejamento regional, a partir das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) com atenção às divisas administrativas e aos territórios das 32 subprefeituras da capital paulista.

De acordo com Plano Diretor Estratégico (PDE) e com o Decreto 57.537/2016, os Núcleos Regionais de Planejamento, são:

- instâncias vinculadas a cada Subprefeitura, atuando como um colegiado intersetorial e interdisciplinar;
- responsáveis pela integração e articulação das políticas;
- responsáveis pelo acompanhamento das ações voltadas à concretização dos princípios, diretrizes e ações do Plano Diretor, dos Planos Regionais e outros instrumentos do Sistema de Planejamento Urbano;

- responsáveis por fornecer insumos para a elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por integrar as discussões de conteúdo dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por contribuir para os processos participativos dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por apoiar e acompanhar as intervenções nos Perímetros de Ação;
- responsáveis por, quando cabível, constituir subgrupos para acompanhamento de intervenções específicas.

A realização dessas primeiras rodadas de Oficinas de Planejamento utilizou os mapas dos Perímetros de Ação definidos nos Cadernos dos Planos Regionais das Subprefeituras para cada uma das 32 Subprefeituras, bem como, a cada um deles foram sobrepostas as informações disponíveis sobre as metas incidentes nos territórios das Subprefeituras, previstas para o período 2019-2020 (cf. **Anexo 02**).

Os mapas produzidos com essas sobreposições refletiram o estado da arte das informações sobre as metas territorializadas a partir do levantamento das informações coletadas pelas Secretarias de Governo e das Subprefeituras, bem como, junto a todas as secretarias setoriais municipais com ação nos territórios.

Ressalta-se que o processo de planejamento foi iniciado a partir de um banco de dados preliminar sistematizado e georreferenciado em mapas elaborados por PLANURBE-SMDU, com possibilidade dinâmica de recepção de novas informações sobre as metas territorializadas, em um prazo máximo definido até 13/12/2019, a partir do qual novos ajustes foram realizados para a formulação das bases para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020.

A segunda rodada de oficinas em direção à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras, teve como objetivo a *priorização dos Perímetros de Ação (PA)* definidos nos Planos Regionais das Subprefeituras, as quais, foram realizadas em reuniões de análise e avaliação técnicas por Subprefeitura e junto aos respectivos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

Para a avaliação técnica foi utilizado o método de pontuação e classificação dos Perímetros de Ação com base em cesta de critérios, conforme definido na “Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais

em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020” (**Anexo 01**).

Os critérios definidos para a avaliação técnica foram: (1) Estruturação e Transformação Urbana; (2) Inclusão socioeconômica; (3) Economia Urbana Local; (4) Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; (5) Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento; (6) Resiliência e Vulnerabilidade Urbana; (7) Mobilidade Urbana; (8) Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil.

A avaliação técnica foi organizada em três etapas, e a articulação dos critérios se adequa a cada uma das etapas, conforme segue:

- (i) identificar a relação espacial entre critérios e Perímetros de Ação; mediante a *aplicação dos critérios de análise para cada um dos Perímetros de Ação*;
- (ii) avaliar a relevância dos diferentes critérios para cada um dos Perímetros de Ação, também com atenção ao Programa de Metas;
- (iii) analisar a relação espacial entre Programa de Metas e os Perímetros de Ação, em acordo com os diferentes critérios e considerado o estágio do projeto, obra ou atividade (planejamento, em execução, ou executado).

Após essa fase de avaliação técnica pelos NRPs e em continuidade ao processo de planejamento urbano, conforme definido nas disposições legais, a administração pública municipal realizou a *1ª rodada de audiências públicas* relativas à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

As audiências públicas de consulta à sociedade civil, foram organizadas em parceria entre as Secretarias de Governo Municipal (SGM), de Desenvolvimento Urbano (SMDU), das Subprefeituras (SMSUB), e cada uma das 32 Subprefeituras. Elas ocorreram entre os dias 3 e 19 de fevereiro de 2020, e contaram com a participação dos membros dos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras.

A agenda de audiências públicas sofreu ajustes devido a fortes chuvas e ao agravamento das situações de risco das populações mais vulneráveis em subprefeituras periféricas. Esse ajuste de datas se deu com vistas a potencializar a participação de população nas audiências públicas.

As audiências públicas foram iniciadas com a apresentação da SGM sobre o planejamento orçamentário municipal. Na sequência a equipe de PLANURBE-SMDU realizou a exposição sobre os Planos de Ação das Subprefeituras que abarcou o Plano Diretor Estratégico (PDE) e os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS).

Neste segundo momento, os técnicos representantes da SMDU, com o apoio dos consultores UNESCO, trataram da articulação entre Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020, com vistas à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras.

A metodologia proposta em conjunto por SGM, SMDU e consultores UNESCO às consultas à sociedade civil utilizou o método de validação e/ou revisão dos resultados da Priorização de Perímetros de Ação em reuniões com os Conselhos Participativos das 32 Subprefeituras.

Conforme já comentado anteriormente, os trabalhos de Priorização de Perímetros de Ação haviam sido realizados previamente pelos 32 Núcleos Regionais de Planejamento (NRP), internamente à estrutura da administração municipal, para cada uma das Subprefeituras, durante o período de novembro de 2019 a janeiro de 2020.

O escopo das apresentações para as consultas à sociedade civil foi definido em conjunto pelos consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU. O escopo foi estruturado da seguinte maneira:

- Abertura por SGM e SMSUB – Subprefeito;
- Síntese dos conceitos gerais do Plano Regional da Subprefeitura;
- Apresentação dos Perímetros de Ação, e sua localização, principais aspectos que o caracterizam, principais diretrizes e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020;
- Apresentação de Quadro Síntese sobre os PA priorizados pelo Plano de Ação da Subprefeitura 2020 (cf. **Quadro 5**), acompanhado da justificativa que orientou essa priorização;
- Discussão aberta promovida na audiência pública;
- Manifestação verbal e escrita de participantes e representantes da sociedade civil;
- Síntese final sobre o objetivo principal da reunião, esclarecimentos necessários e validação e/ou realização de ajustes para orientar a formulação do Plano de Ação da Subprefeitura
- Dinâmica adotada nas audiências públicas: Plenária com os presentes, com a supervisão dos técnicos de PLANURBE-SMDU e consultores UNESCO. Foram utilizados os seguintes materiais pertinentes a cada Subprefeitura: 2 Mapas A0 de cada Subprefeitura; Mapas A3 para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura; **Quadro Plano Regional da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020** (cf. **Quadro 3**); **Quadro Perímetros de Ação priorizados e justificativas** (cf. **Quadro 5**).

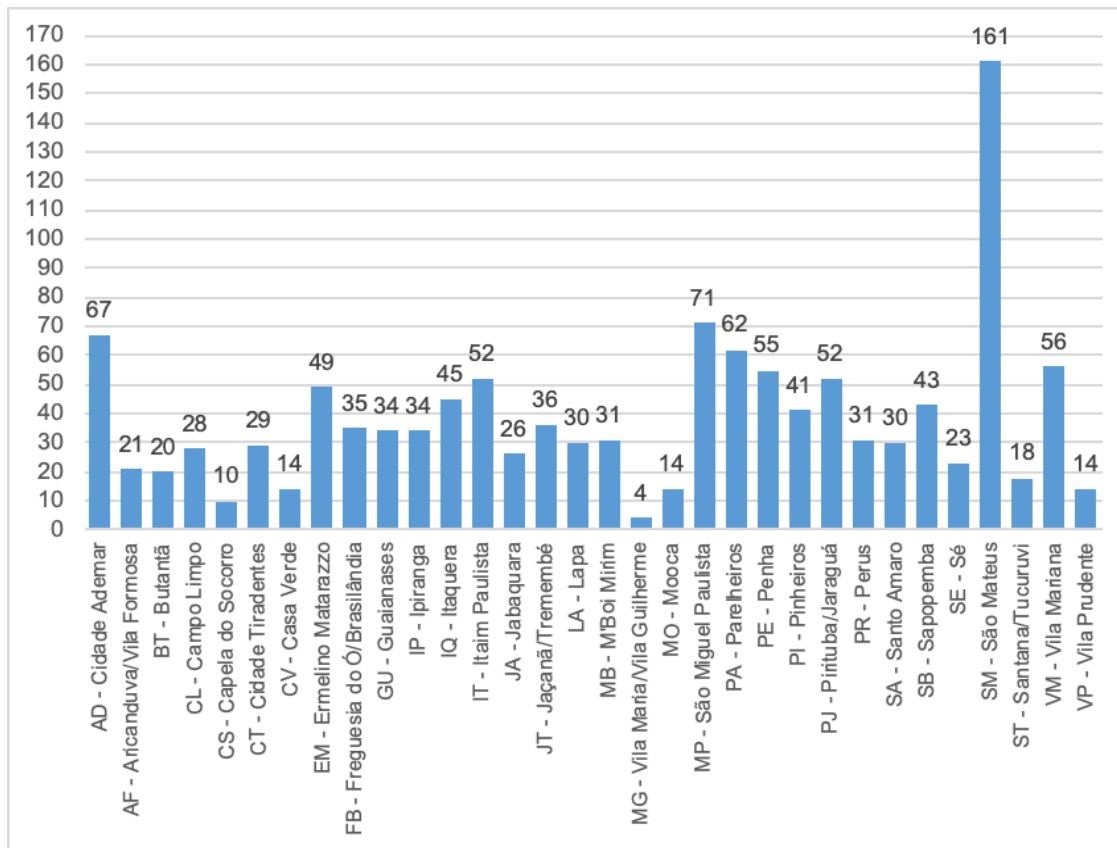
O último momento das audiências públicas foi dedicado à manifestação de representantes da sociedade civil, em formato plenária. O público foi composto pelos conselheiros participativos municipais, mas não exclusivamente, uma vez que as audiências foram públicas e abertas. Para além da manifestação verbal, os partícipes representantes da sociedade civil também registraram suas contribuições por escrito em fichas, conforme o modelo sugerido por SGM. As contribuições registradas por escrito, recolhidas ao longo das 32 audiências públicas nas Subprefeituras, são o insumo central para o desenvolvimento do presente relatório técnico.

As contribuições de sociedade civil registradas por escrito durante a primeira rodada de audiência pública foram sistematizadas pela SGM e compõem um quadro de referências. Uma síntese desses resultados é apresentada a seguir pelo **Quadro 1 e Gráfico 1**.

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

Subprefeitura	Propostas	%
AD - Cidade Ademar	67	5%
AF - Aricanduva/Vila Formosa	21	2%
BT - Butantã	20	2%
CL - Campo Limpo	28	2%
CS - Capela do Socorro	10	1%
CT - Cidade Tiradentes	29	2%
CV - Casa Verde	14	1%
EM - Ermelino Matarazzo	49	4%
FB - Freguesia do Ó/Brasilândia	35	3%
GU - Guaianases	34	3%
IP - Ipiranga	34	3%
IQ - Itaquera	45	4%
IT - Itaim Paulista	52	4%
JA - Jabaquara	26	2%
JT - Jaçanã/Tremembé	36	3%
LA - Lapa	30	2%
MB - M'Boi Mirim	31	3%
MG - Vila Maria/Vila Guilherme	4	0%
MO - Mooca	14	1%
MP - São Miguel Paulista	71	6%
PA - Parelheiros	62	5%
PE - Penha	55	4%
PI - Pinheiros	41	3%
PJ - Pirituba/Jaraguá	52	4%
PR - Perus	31	3%
SA - Santo Amaro	30	2%
SB - Sapopemba	43	3%
SE - Sé	23	2%
SM - São Mateus	161	13%
ST - Santana/Tucuruvi	18	1%
VM - Vila Mariana	56	5%
VP - Vila Prudente	14	1%
Total	1236	100%

Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

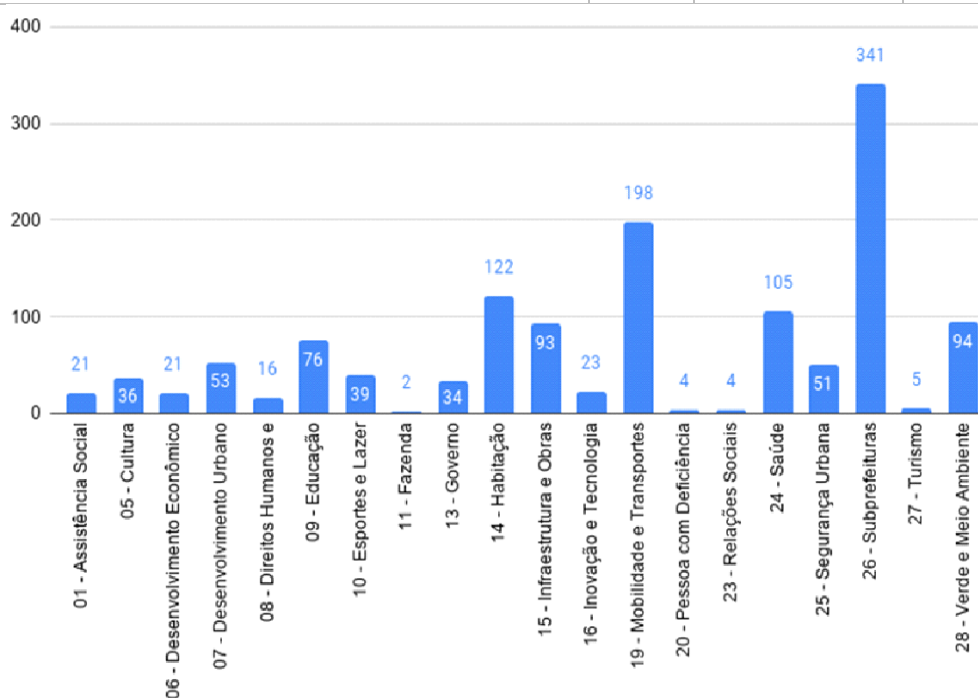


Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Conforme pode-se observar, as Subprefeituras com maior quantidade de contribuições escritas foram: São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Ademar, Parelheiros, Vila Mariana, Penha e Itaim Paulista. As propostas da sociedade civil foram classificadas com atenção às competências das secretarias municipais, como evidenciam o **Quadro 2** e **Gráfico 2**.

Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.

Total Propostas		1236	
Total de Propostas Distribuídas*		1338	
* excluindo-se propostas não legíveis.			
* algumas propostas foram encaminhadas para mais de 1 secretaria.			
01 - Assistência Social	21	propostas	1,6%
05 - Cultura	36	propostas	2,7%
06 - Desenvolvimento Econômico	21	propostas	1,6%
07 - Desenvolvimento Urbano	53	propostas	4,0%
08 - Direitos Humanos e Cidadania	16	propostas	1,2%
09 - Educação	76	propostas	5,7%
10 - Esportes e Lazer	39	propostas	2,9%
11 - Fazenda	2	propostas	0,1%
13 - Governo	34	propostas	2,5%
14 - Habitação	122	propostas	9,1%
15 - Infraestrutura e Obras	93	propostas	7,0%
16 - Inovação e Tecnologia	23	propostas	1,7%
19 - Mobilidade e Transportes	198	propostas	14,8%
20 - Pessoa com Deficiência	4	propostas	0,3%
23 - Relações Sociais	4	propostas	0,3%
24 - Saúde	105	propostas	7,8%
25 - Segurança Urbana	51	propostas	3,8%
26 - Subprefeituras	341	propostas	25,5%
27 - Turismo	5	propostas	0,4%
28 - Verde e Meio Ambiente	94	propostas	7,0%



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Destaca-se que a maior parte das contribuições escritas da sociedade civil foram destinadas às Subprefeituras (341), Mobilidade e Transportes (198), Habitação (122), Saúde (105) e Infraestrutura (98). As demandas organizadas segundo as secretarias municipais foram encaminhadas para análise de cada órgão, para cotejar a viabilidade de sua inserção no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização e avaliação das contribuições escritas da sociedade civil na consulta pública e o parecer apresentado pelos órgãos setoriais municipais são os principais insumos para a preparação da segunda (2ª) Rodada de Audiências Públicas - Audiências Devolutivas para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade civil nas audiências públicas considerou os seguintes quesitos de classificação: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria. Foram sistematizados os posicionamentos de setoriais municipais sobre as contribuições de sociedade civil, e avaliada *sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura*.

A partir dessa avaliação foram analisadas as contribuições da sociedade na 1ª Rodada de Consultas, em função da sua viabilidade técnica e financeira, entre outros aspectos, pelo executivo municipal e, em especial, observada a articulação e possibilidade de inserção dessas propostas ao Plano de Ação 2020, às recomendações para 2021 e para os próximos ciclos de planejamento.

Essa análise considerou a relação das propostas com os objetivos e as diretrizes apresentadas para cada Plano Regional de Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020, em específico para os Perímetros de Ação (PA) priorizados em cada Subprefeitura. Foram também apresentadas justificativas e recomendações para as contribuições que apresentaram pouca ou nenhuma aderência ao Plano de Ação das Subprefeituras, a exemplo de ações voltadas ao aperfeiçoamento das atividades de zeladoria e da gestão das Subprefeituras, e outras recomendações que poderão retroalimentar a revisão do Plano Diretor Estratégico 2014 e dos respectivos Planos Regionais.

Finalmente, são apresentadas recomendações técnicas, para os Perímetros de Ação e Planos de Ação das Subprefeituras, desenvolvidas em parceria entre consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU-PMSP.

Reuniões Devolutivas à Sociedade Civil

Segundo o artigo 322 do Plano Diretor Estratégico - Lei Municipal 16.050 de 2014, a gestão democrática deve ser baseada na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com a devida antecedência e de pleno acesso público, transparência, e acesso à informação. A partir disso, recomenda-se que o executivo dê publicidade, por meio dos sítios da prefeitura, aos insumos tratados correspondentes ao Plano de Ação de cada Subprefeitura, como subsídios à realização das reuniões devolutivas, direcionada a cada Subprefeitura.

Com base nas orientações do artigo 322 recomenda-se que os documentos elaborados para o **Plano de Ação das Subprefeituras 2020 com recomendações para 2021 sejam disponibilizados nos portais eletrônicos das Subprefeituras**, assim como, no site Gestão Urbana. No caso de informações territorializadas, a plataforma Geosampa se mostra como um importante meio de difusão e publicização.

A segunda rodada de audiências públicas – as audiências devolutivas – para o Plano de Ação deveriam ter ocorrido entre os meses de abril e maio do ano de 2020, em formato presencial.

Em função da Pandemia da COVID 19 e dos impedimentos legais em vigor a partir de 15 de agosto de 2020, definido pela legislação eleitoral, as oficinas devolutivas para a discussão dos Planos de Ação foram adiadas sine-die.

A metodologia para as reuniões devolutivas constituir-se-ia da apresentação e discussão da **Sistematização das demandas apresentadas pelos conselheiros e participantes da sociedade civil, elaborados para cada uma das 32 Subprefeituras** (cf. **Quadro 6**), e **Posição e Avaliação das secretarias municipais sobre as propostas apresentadas para o Plano de Ação de cada uma das Subprefeituras** (cf. **Quadro 8**).

Destaca-se o grande volume de propostas que foram analisadas e organizadas por temas e encaminhadas para análise de cada órgão, para avaliação da viabilidade de inserção delas no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 ou 2021.

O principal subsídio ao Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 é a articulação e a inserção de parte dessas propostas, avaliadas pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU, com base no **Quadro 9 - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021**.

Disponibilização das informações para apresentação dos Planos de Ação por Subprefeituras

Para a finalização dos Planos de Ação, tendo em vista a impossibilidade de realização das reuniões devolutivas, recomenda-se a publicização das informações consideradas fundamentais para a compreensão dos resultados obtidos:

- Inserção e disponibilização dos Perímetros de Ação (PA) que compõem os Planos Regionais de cada Subprefeitura na plataforma Geosampa;
- Disponibilização das apresentações dos Planos Regionais e respectivos Perímetros Prioritários preparada para a 1ª Rodada de Audiências com os Conselhos Participativos Municipais (CPM);
- Disponibilização da Apresentação contendo a Avaliação das demandas e propostas indicadas pelos Conselhos Participativos Municipais e sociedade civil em cada Subprefeitura. Essa apresentação é baseada na análise de viabilidade de atendimento, e/ou de outros encaminhamentos às demandas, pelos órgãos setoriais responsáveis, em atividade coordenada por SGM, que constam dos seguintes Quadros:
 - **Quadro 6** – Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras,
 - **Quadro 8** - Devolutivas das secretarias municipais, sobre as propostas da sociedade civil apresentadas para o Plano de Ação, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras.
 - **Quadro 9** - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura, para o Plano de Ação de 2021 e para as demais peças de planejamento entre 2021-2024.

Recomenda-se a apresentação dos resultados desse trabalho aos Conselhos Participativos Municipais de cada Subprefeitura tão logo seja possível em função das medidas de saúde pública requeridas pela pandemia da COVID-19 e respeitadas as restrições da legislação eleitoral.

Por fim, recomenda-se a articulação dos resultados do Plano de Ação das Subprefeituras para 2020 e das recomendações para o Plano de Ação para 2021 à discussão das propostas para a LOA e LDO para o ano de 2021.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo, especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Destaca-se também a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 em processo de consolidação institucional, e vinculada à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.²

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, estes trazem também recomendações para o Plano de Ação para 2021 e para o planejamento do período 2021-2024, recomendando-se que a elaboração de planos de ação das Subprefeitura se transforme em prática perene, rotineira e periódica de planejamento participativo.

2

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/participacao_social/conselhos_e_organos_colegiados/index.php?p=237119>, portal eletrônico consultado em setembro de 2020.

Plano de Ação da Subprefeitura e o Sistema de Planejamento Urbano Municipal

O presente documento conclui a prestação de serviços técnicos especializados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, com a elaboração pioneira dos Planos de Ação das Subprefeituras, conforme previsão legal, os quais compõem o Sistema Municipal de Planejamento Urbano paulistano.

Os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados conforme a orientação do Plano Diretor Estratégico de 2014, foram instituídos por Decreto Municipal em 2016 e também integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano. Estão centrados no planejamento local integrado dos espaços públicos e das políticas setoriais municipais, ao passo que deixaram de regular o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, formulado em lei específica aprovada em 2016.

Os Planos de Ação das Subprefeituras devem revisar e priorizar as propostas apresentadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras do município de São Paulo, e buscar a integração entre o planejamento urbano local e o processo orçamentário.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo e especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Desse modo, destaca-se a relevância dos processos participativos para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e a importância do planejamento urbano local para a tomada de decisão no âmbito da administração municipal, em sintonia com a opinião manifesta da sociedade civil organizada.

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, cabe uma síntese e considerações, que representam as lições apreendidas nesse processo. Essas considerações avançam em três principais eixos: (i) institucionalidades e administração pública; (ii) planejamento urbano e planejamento orçamentário; (iii) planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada.

Institucionalidades e administração pública

Em termos de institucionalidades e gestão pública, cada setor da administração pública municipal possui sua racionalidade própria, e incorpora objetivos, estratégias, critérios e forma de organização particulares, que orientam seus gastos e o exercício da sua função pública. Se a Secretaria Municipal de Transportes planeja e opera eixos e fluxos, a Secretaria Municipal de Saúde estrutura seus serviços com base na distribuição de equipamentos de saúde e a abrangência territorial das equipes de saúde da família, por exemplo. Ainda, cada órgão setorial organiza a sua descentralização administrativa de modo autônomo, por meio de gerências, coordenadorias, departamentos ou divisões técnicas regionais, por exemplo. Essas diversas racionalidades incorporam justificativas técnicas, históricas e políticas. Contudo, uma articulação entre essas perspectivas demanda um esforço para institucionalização dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Ao mesmo tempo, cabe destacar a histórica atuação das Subprefeituras do município, e o significado das estratégias de descentralização administrativa da Prefeitura de São Paulo, que incorporam capacidade de acompanhamento das transformações na cidade.

Desse modo, os Núcleos Regionais de Planejamento criados pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016 e coordenados pela Secretaria Municipal de Subprefeituras, são centrais ao debate e elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e instituem por meio de ações anuais e plurianuais os Planos Regionais das Subprefeituras elaborados com o horizonte de planejamento para 2029. Nesse contexto, os Núcleos Regionais de Planejamento representam a arena de articulação entre as pastas municipais, sendo essa articulação estabelecida a partir do espaço urbano e planejamento estatal de maneira descentralizada para a ação local. Desse modo, recomenda-se o fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das respectivas Subprefeituras, como instância fundamental para a gestão da integração das ações setoriais no território, elaboração e implementação dos planos de ação local, e implantação dos objetivos e diretrizes dos Plano Regionais das Subprefeituras.

Além disso, a boa atuação do planejador demanda o acesso à informação organizada em sistemas inteligentes, ressaltando a pertinência da construção de um sistema e de

um fluxo de informações no âmbito da administração pública direcionados ao planejamento local. Ou seja, a implantação de um sistema, processos e procedimentos que construam um banco de dados de informações territorializadas na escala local, que subsidiem a articulação entre o espaço público e a implantação de políticas públicas por meio do planejamento local.

Durante o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, destacou-se a dificuldade quanto à disponibilização e territorialização das ações do Programa de Metas 2019-2020, visto que as informações por metas não estavam disponíveis em banco de dados comuns e não estavam vinculadas ao território. Por não haver essa base de dados estruturada e disponível, não foi possível ter acesso às ações territorializadas desenvolvidas localmente pelas secretarias no biênio 2017-2018, informação fundamental para o acompanhamento processual das diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras e subseqüentes indicações para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras tendo em vista a continuidade dos ciclos de planejamento orientados pelo horizonte de planejamento para o ano de 2029, nos Planos Regionais das Subprefeituras de 2016 e no Plano Diretor Estratégico 2014.

Ressalta-se a importância do constante monitoramento destes planos pela administração pública, à exemplo do que ocorre na escala do PDE 2014. A necessidade dessa prática reforça a premissa de regularidade e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento, coordenados pelas pela Secretaria Municipal das Subprefeituras. Essa prática deve estar alinhada ao processo de monitoramento do Plano Diretor Estratégico, já em desenvolvimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, secretaria responsável pela orientação, suporte técnico e suporte metodológico no desenvolvimento urbano e na articulação técnica dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados de informações territorializadas é central à dissolução de assimetrias entre agentes e para ampliação da eficiência na atividade de planejamento. É fundamental que a territorialização de informações seja compartilhada em banco de dados acessível aos agentes públicos que necessitam de informações relativas ao planejamento territorial. Um banco de dados territorializado é uma ferramenta estratégica para a atuação e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento tendo em vista sua responsabilidade em organizar as bases para a formulação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Planejamento urbano e planejamento orçamentário

A prática quadrienal de elaboração e revisão dos Planos de Ação das Subprefeituras não é desprovida de sentido. Visa o alinhamento processual entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, introduzindo a segunda vertente de considerações para o aperfeiçoamento desse processo.

Um importante debate relativo ao sistema municipal de planejamento urbano é o financiamento dos importantes investimentos em infraestruturas urbana, habitacional e ambiental, centrais para a estruturação urbana local, o que é possível deduzir a partir das demandas já incorporadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras, e também avaliadas pelas lições apreendidas no presente trabalho.

Os trabalhos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 se iniciaram no final de 2019, e são orientados em especial pelo Programa de Metas 2019-2020, instrumento este que também subsidia a formulação do planejamento orçamentário municipal. O ajuste temporal da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, de modo concomitante à elaboração do Programa de Metas 2021-2024, poderá contribuir para uma melhor articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, e refletir positivamente na estruturação das políticas públicas e ações setoriais integradas com reflexo importante no atendimento dos objetivos, diretrizes e metas de âmbito local.

Ambos, Plano de Ação das Subprefeituras 2021-2024 e Programa de Metas 2021-2024, podem informar a gestão orçamentária municipal, o Plano Plurianual 2022-2025, e as sucedâneas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Importante que o financiamento da estruturação urbana local esteja orientado por metas intersetoriais, como sugerem os Planos Regionais das Subprefeituras, metas articuladas também com atenção às especificidades levantadas pelo planejamento urbano.

Os Planos de Ação das Subprefeituras, o Programa de Metas, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual são peças de planejamento da administração pública dotadas de processos participativos próprios, atendendo aos preceitos de uma gestão democrática. Esses processos podem estar articulados por eventos comuns para promover a integração dos Planos de Ação das Subprefeituras, Programa de Metas e leis orçamentárias, e de modo a fortalecer a participação da

sociedade civil organizada. Isso implica na necessidade de uma articulação prévia entre secretarias, desde órgãos responsáveis pelas finanças públicas e os órgãos setoriais específicos.

Uma outra articulação possível é entre os diferentes fundos municipais, que possuem finalidades específicas, mas que podem atuar conjuntamente sobre um único território ou com vistas à implementação das diretrizes dos Perímetros de Ação priorizados nos Planos de Ação das Subprefeituras. Neste caso, há ainda a destacar os conselhos participativos associados a cada fundo municipal como, por exemplo, o Fundo Municipal de Habitação que é associado ao Conselho Municipal de Habitação.

A publicização de balanços administrativos e fiscais, que analisem quanti e qualitativa e periodicamente à implementação do Programa de Metas e dos gastos públicos, contribuiria para o maior acompanhamento da integração das políticas setoriais, da sua aderência ao território e no dimensionamento das dificuldades a serem superadas durante os próximos ciclos de planejamento. Este seria ainda um importante subsídio para fortalecer a atuação da representação da sociedade civil nos espaços de controle social.

Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada

Neste item destaca-se a relevância conferida aos Conselhos Participativos Municipais (CPM) pelos processos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras. As atribuições dos Conselhos Participativos Municipais guardam afinidade com as propostas dos Planos Regionais e respectivos Planos de Ação das Subprefeituras. Dentre outros, esses conselhos devem articular os diferentes segmentos da sociedade civil organizada, desenvolver ação integrada e complementar às áreas temáticas de conselhos e o controle social do poder público, fiscalizar e monitorar no território a execução orçamentária municipal. Neste sentido, os Conselhos Participativos Municipais de fato são instâncias pertinentes à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A consolidação dos conselhos participativos municipais fortalece o próprio sistema de planejamento urbano municipal. Os conselheiros contribuem notoriamente para um debate qualificado sobre o espaço urbano e suas condições, trazendo maior aderência à percepção dos problemas a partir da sua vivência no território, trazendo um elemento enriquecedor para a elaboração e implementação de políticas públicas e ações delas derivadas, e uma orientação mais precisa para priorizar os gastos públicos a partir do planejamento urbano local.

O esforço de consulta à sociedade civil deve colher as informações necessárias à atuação estatal, assim como, contribuir para a formação cívica sobre a administração municipal. Um melhor êxito nessa articulação de objetivos poderá estar associado a uma maior interação da SMDU com os CPMs, aliás solicitada por muitos conselhos, e também com a disponibilização prévia de mapas, tabelas e textos aos conselhos participativos e nos portais eletrônicos da municipalidade; etapas preparatórias de formação teórica sobre o Plano Diretor e os Planos Regionais, possível a partir de apresentação de *slides*, e dinâmicas ativas de participação, em mesas e oficinas de debate horizontal, com o uso da cartografia; devolutivas em formato interativo, com ampliação das oportunidades para esclarecimentos, estabelecimento de compromissos e considerações finais.

Em específico sobre as reuniões devolutivas, retoma-se os desafios apresentados para o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, em especial a maior articulação entre as pastas municipais. As propostas colhidas junto à sociedade civil devem ser

verificadas junto aos setoriais municipais competentes. Atentar ao correto encaminhamento das propostas da sociedade, no âmbito da administração pública, é premissa importante para o bom desempenho do processo participativo.

A territorialização das propostas da sociedade civil por Perímetros de Ação se mostrou um processo de fundamental importância para focalizar a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras nas especificidades e integração de ações setoriais e deverá compor esforço de elaboração de futuras reuniões devolutivas à sociedade civil.

Por fim, sobre a participação da sociedade civil organizada, é pertinente um estudo sobre a garantia das condições econômicas, de suporte e políticas necessárias à boa organização desses conselhos, que passa pelo fortalecimento da representatividade democrática.

Para além das considerações aqui apresentadas e organizadas por eixos temáticos, destacamos que os desafios e potenciais listados acima não devem ser entendidos de modo estanque. Avançar de modo sistêmico, com vistas a um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo socialmente, é uma recomendação à prática e operação do sistema municipal de planejamento urbano em São Paulo, em especial em relação ao planejamento local.

1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA

Esta seção apresenta uma breve caracterização do território da subprefeitura Penha, a caracterização e as diretrizes³ de cada Perímetro de Ação, extraídas do “*Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras - Perímetros de Ação Penha*”, publicado em dezembro de 2016.

1.1. Plano Regional da Subprefeitura Penha^{4 5}

O território da subprefeitura Penha localiza-se na zona leste do Município de São Paulo, conta com 4,2% da população do município de São Paulo (11.253.503 habitantes - Censo de 2010), distribuídas em 4 distritos: Penha, Vila Matilde, Cangaíba e Arthur Alvim. Engloba em seu território cinco estações de metrô da linha 3-Vermelha: Penha, Vila Matilde, Guilhermina– Esperança, Patriarca e Artur Alvim e duas linhas de trem da CPTM, a Linha 11- Coral e a Linha 12- Safira.

As principais vias que estruturam as conexões da Subprefeitura Penha com o município de São Paulo são: a Radial Leste (Avenida Conde Frontim e Avenida Dr. Luiz Ayres); a Avenida Amador Bueno da Veiga, continuação do eixo da Av. Celso Garcia até a Av. São Miguel; a Avenida Governador Carvalho Pinto, também chamada de Avenida Tiquatira; a Avenida Assis Ribeiro; a Av. Gabriela Mistral, acesso para Guarulhos e a Avenida Cangaíba, que continua com o nome de Av. Danfer até chegar à Subprefeitura de Ermelino Matarazzo.

Possui 9,2% do território demarcado como Zona Especial de Interesse Social, majoritariamente ZEIS-1 (5% do território da sub), seguido por ZEIS-3 (1,8%) e ZEIS-5 (1,7%) e ZEIS-2 (0,7%). As ZEIS-1 indicam áreas caracterizadas por presença de favelas e loteamentos irregulares, as ZEIS 2- áreas caracterizadas por glebas ou lotes não edificadas ou subutilizados, adequados à urbanização; ZEIS 3- áreas com ocorrência de imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou

³ *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras: Penha – Perímetros de Ação, dez 2016. <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>*

⁴ *Fonte: PMSP. Datasub – Cadernos das Subprefeituras – material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras –Penha, 2016.*

⁵ *partes do texto extraídas integralmente do Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Quadro Analítico – Penha, dez 2016. <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>*

deteriorados em regiões dotadas de serviços, equipamentos e infraestrutura e ZEIS 5-lotes ou conjuntos de lotes, preferencialmente vazios ou subutilizados, situados em áreas dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

A subprefeitura Penha apresenta baixa atividade econômica geradora de empregos em seu território, sendo responsável por aproximadamente 79 mil empregos formais (1,8% dos empregos do município), o que indica que a região impõe a seus moradores deslocamentos diários em busca de oportunidades de trabalho em outras localidades ou que na subprefeitura o desenvolvimento de atividades de geração de renda ligadas à informalidade é acentuado. As atividades econômicas estão localizadas sobretudo no distrito da Penha (43% do total da subprefeitura), seguido por Vila Matilde (25%). Cangaíba (14%) e Artur Alvim (18%) têm as mais baixas participações.

O setor que mais gera empregos na região é o de serviços, com 45,7% dos empregos, seguido pelo setor comercial com 30,6%. O setor industrial registra 18% dos empregos e a construção civil 5,4 % dos empregos. O local mais estruturado quanto à presença de empregos é a porção oeste do distrito Penha, com destaque também para o norte de Artur Alvim e a porção central de Vila Matilde, por possuírem relativo grau de taxa de emprego. Contudo, quando comparado com realidade do município por um todo, nota-se como na verdade toda a subprefeitura Penha é extremamente carente de empregos.

Com relação aos acessos a serviços do município, estes estão concentrados, na grande maioria, no distrito de Cangaíba, mas é nele que há ainda maior demanda. Com várias porções de território identificadas com carência por equipamentos básicos de assistência social, educação e saúde.

A Subprefeitura Penha, no contexto do município de São Paulo, não apresenta distritos com os maiores ou menores índices de exclusão. A subprefeitura se coloca como território de transição entre os distritos mais ricos, localizados na área do centro-oeste do município de São Paulo e os mais carentes, localizados nos extremos da zona leste. Enquanto os distritos Penha e Vila Matilde possuem índices que dialogam mais com a área central do município, Artur Alvim e Cangaíba possuem mais fragilidades, não chegando, contudo, à extrema precariedade encontrada no extremo Leste.

O modo de transporte mais utilizado na Subprefeitura Penha é o modo coletivo (37,2%), seguido dos modos a pé (31,4%) e individual com (31%), e por último, o modo bicicleta, com 1% das viagens. Todos estes dados têm como origem a pesquisa do Metrô de Origem e Destino, 2007, utilizado devido à ausência de dados mais atuais. Com as novas faixas exclusivas de ônibus implementadas ao longo da Av

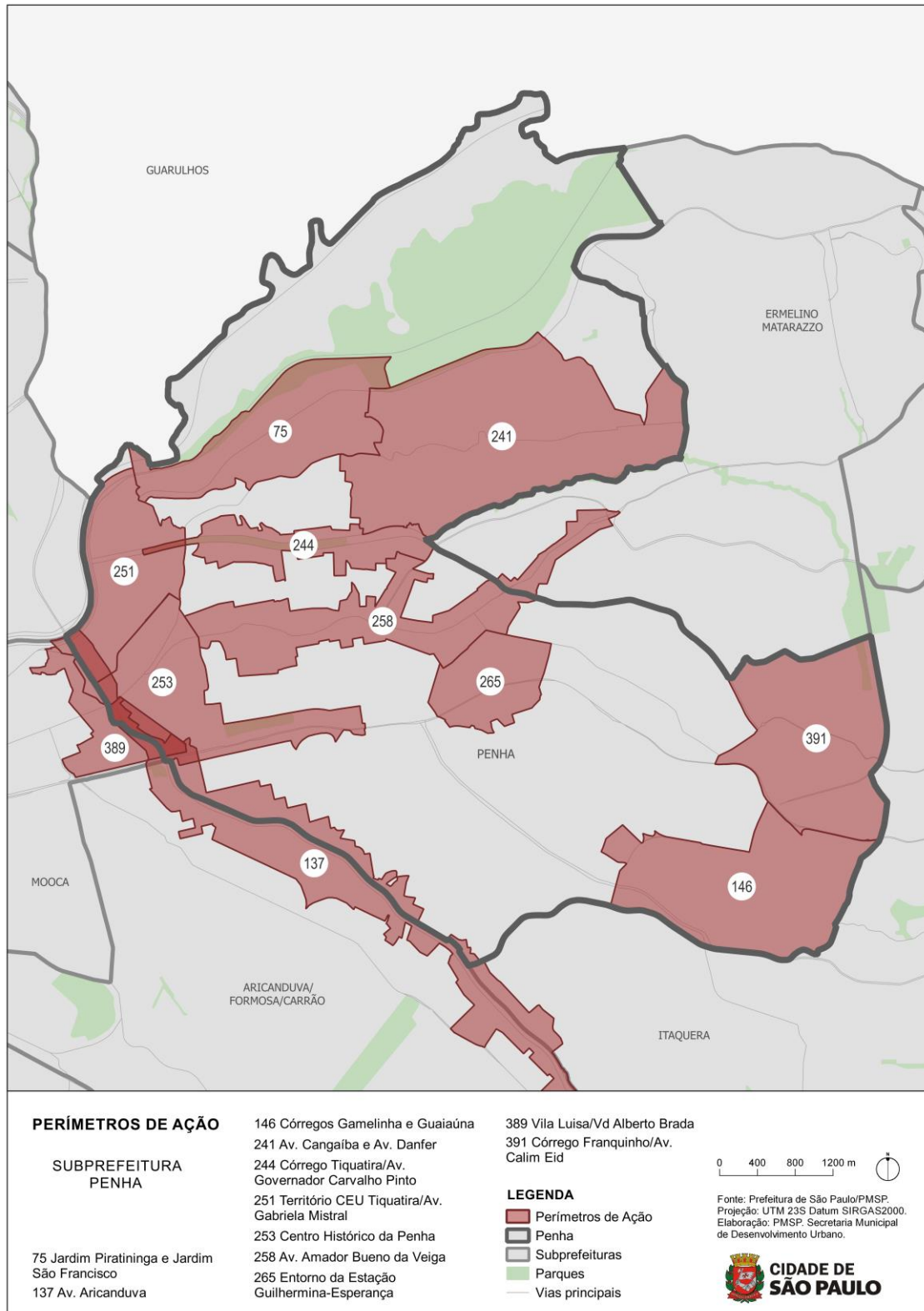
Conde de Frontin, Amador Bueno da Veiga e outras estruturais da região, essa situação deverá estar muito mais favorável em nova coleta de dados.

Os dados acima sintetizados subsidiaram a construção dos 11 Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura Penha, descritos a seguir, sendo que os principais desafios a serem enfrentados nesses perímetros estão relacionados à moradia e uso do solo, vulnerabilidade social e ambiental, mobilidade urbana e demanda por equipamentos e serviços sociais.

Os Perímetros de Ação da Subprefeitura Penha podem ser observados no **Mapa 1** e **Anexo 03** e são os seguintes:

- 1) ID 75 | Jardim Piratininga e Jardim São Francisco
- 2) ID 137 | Avenida Aricanduva
- 3) ID 146 | Córregos Gamelinha e Guaiaúna
- 4) ID 241 | Av. Cangaíba e Av. Danfer
- 5) ID 244 | Córrego Tiquatira / Av. Governador Carvalho Pinto
- 6) ID 251 | Território CEU Tiquatira / Av Gabriela Mistral
- 7) ID 253 | Centro Histórico da Penha
- 8) ID 258 | Av. Amador Bueno da Veiga
- 9) ID 265 | Entorno da Estação Guilhermina - Esperança
- 10) ID 389 | Vila Luisa / Viaduto Alberto Brada
- 11) ID 391 | Córrego Franquinho/ Av. Calim Eid

Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. **Elaboração:** Consultores UNESCO. **Mapa 1** é apresentado no formato A3 no Anexo 03.

1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação

1) ID 75 | Jardim Piratininga e Jardim São Francisco

Caracterização

Jardim Piratininga e São Francisco são bairros que se encontram condicionados por diversas barreiras físicas, como: a Linha 12- Safira de trem da CPTM; a Rodovia Ayrton Senna e a Avenida Dr. Assis Ribeiro. Configura uma área predominantemente residencial, com pouca conectividade entre diferentes meios de transporte e entre bairros. É uma região com alta vulnerabilidade social e ambiental, faz divisa com o Parque Ecológico do Tietê e é repleta de assentamentos precários e loteamentos irregulares, como: Jardim Santo Henrique, Jardim Flávia, Jardim Piratininga, Jardim São Francisco, Ac. R. Olga Artacho, Juraci Artacho, Ac. R. Guira-Acangatara, Cubiara, Goita, Mauad, Vila Paz, Ac. R. Copara e Paulistânia. Há demanda por equipamentos urbanos sociais e qualificação das áreas livres, calçadas, praças e córregos, sendo uma região notória por problemas de drenagem.

Diretrizes

- Compatibilizar o atendimento habitacional para família em situação precária de moradia de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH;
- Viabilizar os instrumentos de regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH, em especial, nas comunidades Goitá, Piratininga, Jardim Piratininga e Jardim São Francisco;
- Encaminhar alteração do nome da comunidade Favela do Sapo para Jardim Flávia;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro Educacional Infantil (CEI), Unidade Básica de Saúde (UBS), Assistência Técnica Ambulatorial (AMA), creches etc.;
- Qualificar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e integração entre modais (trem, ônibus, bicicleta, pedestre) e demais equipamentos;
- Reformular as vias de acesso para Guarulhos, melhorando o fluxo e as conexões metropolitanas;
- Qualificar a conectividade dos bairros com o restante do território por meio da implantação de travessias e transposições para veículos e pedestres na Rodovia do Parque e na Linha 12-Safira de trem da CPTM;

- Qualificar e implantar calçadas, vias de pedestres e sinalização específica tendo em vista a acessibilidade universal, em especial, na Rua Quatiara e nas ruas da comunidade Vila Paz, Piratininga e São Francisco;
- Qualificar e implantar novas transposições sob a Linha Férrea 12-Safira da CPTM, tornando acessível a mobilidade entre bairros para veículos e pedestres, em especial, a passarela de ligação entre a Rua Olga Artacho e a Rua Jacira Artacho;
- Qualificar e implantar novas transposições sob Linha Férrea 12-Safira da CPTM na Avenida Dr. Assis Ribeiro para os pedestres e veículos, em especial, na diretriz da Rua Quatiara, tornando possível o cruzamento para ambos os sentidos;
- Viabilizar a implantação do corredor de ônibus, proposto pelo Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/14), na Avenida Dr. Assis Ribeiro;
- Qualificar a iluminação pública em toda a região;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo- PGIRS;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental, em especial, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, por exemplo, no Córrego Negrinhos;
- Qualificar a arborização e promover melhorias quantitativas e qualitativas nas praças;
- Qualificar os abrigos dos pontos de ônibus;
- Promover a qualificação urbana e ambiental do Rio Tietê e seus afluentes por meio da implantação de infraestrutura de saneamento ambiental, em especial, no Córrego Negrinho e no Córrego da Rua Coríntios;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial, na Avenida Olga Artacho e na Avenida Assis Ribeiro na altura com a Rua Hugo Wolf;
- Promover maior usufruto do Parque Ecológico do Tietê por meio da qualificação dos acessos até o equipamento;
- Salvar os limites do Parque Ecológico do Tietê, incentivando seu uso enquanto equipamento de lazer e educação ambiental.

2) ID 137 | Avenida Aricanduva

Caracterização

Perímetro de escala regional, engloba, segundo o PDE, tanto a Macrozona de Estruturação Urbana (Aricanduva e Penha) quanto a de Proteção e Recuperação Ambiental (Itaquera e São Mateus), assim como diferentes Macroáreas (Estruturação Metropolitana, Qualificação da Urbanização e de Redução da Vulnerabilidade Urbana). A Avenida Aricanduva é um importante eixo viário que conecta a Zona Leste às áreas centrais da cidade de São Paulo (seu início está próximo à Radial Leste,

sendo que conecta a ela e à Marginal Tietê através do Viaduto Engenheiro Alberto Brada). Apesar disso, ainda verifica-se necessidade de melhor aproveitamento e qualificação de seu potencial viário. Pode ser considerada uma barreira urbana uma vez que a circulação e a transposição de pedestres e, em alguns trechos, também para transporte viário, são escassas. Por ser uma avenida de fundo de vale, observa-se grande incidência de inundação e alagamentos na várzea do Rio Aricanduva.

Diretrizes

- Solucionar a demanda por equipamentos, especialmente a expansão de UBSs;
- Promover soluções habitacionais no mesmo perímetro para famílias em situações precárias de moradia segundo as diretrizes do PMH (Plano Municipal de Habitação);
- Aumentar a permeabilidade do solo na várzea do (Rio Aricanduva), de modo a adequar a capacidade do sistema de macrodrenagem;
- Viabilizar obras de controle de inundações e enchentes na Bacia do Rio Aricanduva, como o PAC-Aricanduva/ PRA 2 (Programa de Redução de Alagamento). Especialmente nos cruzamentos da Avenida Aricanduva com Avenida Itaquera e com a Avenida Afonso de Sampaio e Souza, entre outros;
- Na Avenida Mazaroppi foi apontada necessidade de manutenção de córrego e de via;
- Prover saneamento ambiental, tratamento de esgoto, bueiros com dreno para evitar lixos no rio;
- Promover melhorias de calçadas para a acessibilidade universal e a segurança dos pedestres;
- Melhorar o desempenho do transporte público da Avenida Aricanduva e garantir a conexão entre modais (ônibus, metrô) e demais equipamentos, visando a diminuição do trânsito na Avenida. Há propostas de corredores de ônibus nas avenidas Aricanduva e Itaquera;
- Compatibilizar a proposta de corredores de ônibus nas avenidas Aricanduva e Itaquera com as áreas verdes existentes na região;
- Viabilizar a implantação de travessias e transposições ao longo da Avenida Aricanduva, especialmente no cruzamento entre a Avenida Aricanduva com: Avenida Itaquera, Avenida Governador Adhemar Pereira de Barros e Avenida Odilon Pires;
- Melhorar o acesso viário e de pedestre e promover qualificação urbana no entorno do Terminal Aricanduva (próximo à Radial Leste) e nos arredores Shopping e CEU Aricanduva, (Subprefeitura de Itaquera). Facilitar o acesso pela Avenida Aricanduva à Sede da Subprefeitura de Itaquera;

- Garantir iluminação pública (principalmente no trecho no trecho da Avenida Rio das Pedras entre a Avenida Mazzaropi e Rua Dr. Mariano Cursino de Moura) e arborização nas vias.

3) ID 146 | Córregos Gamelinha e Guaiaúna

Caracterização

Esta é uma região de alta vulnerabilidade social, com sobreposição de riscos ambientais. É uma área repleta de assentamentos precários implantados ao longo das margens e sobre os Córregos Gamelinha e Guaiaúna, como as comunidades: Esperantinópolis, Dejanira, São José Barroca, Benedito Salgado Cambalacho, Mário Furtado, Cagassu e Boa Esperança. O perímetro compreende ainda a área da COHAB - Padre José de Anchieta e do Conjunto Habitacional Padre Manoel de Paiva, no limite com a Subprefeitura Itaquera.

Esta região será contemplada pelo Território CEU Anchieta-Gamelinha, em implantação, que visa qualificar a articulação do CEU aos demais equipamentos, praças e principais percursos de pedestre. A área demarcada como perímetro carece de equipamentos urbanos sociais e qualificação de suas redes de infraestrutura de saneamento ambiental. Há demanda por melhoramentos no sistema de circulação de pedestre e qualificação das centralidades existentes na Rua Waldemar Tietz, na Rua Pereira Vergueiro e na Avenida Prof. Edgard Santos

Diretrizes

- Compatibilizar o atendimento habitacional e os instrumentos de regularização fundiária para família em situação precária de moradia de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Centro Educacional Infantil (CEI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Referência a Saúde do Idoso (URSI), creches e Centro Cultural;
- Requalificar os equipamentos esportivos da região, em especial, o CEL José de Anchieta e o CDC Vila Matilde;
- Requalificar a Biblioteca Pública Jovina Rocha Álvares Pessoa, tornando-a acessível;
- Requalificar e construir o Hospital Alexandre Zaio;
- Fortalecer e qualificar a centralidade existente no entorno da Rua Waldemar Tietz, da Rua Pereira Vergueiro e da Avenida Prof. Edgard Santos, promovendo ações

indutoras do desenvolvimento econômico local por meio de qualificação dos espaços públicos da região;

- Qualificar e viabilizar a implantação de calçadas, vias de pedestres, passarelas e sinalização específica, tendo em vista a acessibilidade universal, em especial, entre a Avenida Professor Edgard dos Santos e a Avenida Waldemar Tietz;
- Implantar o território CEU Padre Anchieta-Gamelinha, projeto que visa qualificar os acessos entre equipamentos públicos, praças e percursos existentes e futuros;
- Qualificar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e integração entre modais (ônibus, bicicleta, pedestre) e demais equipamentos;
- Implantar uma ciclovia entre a Avenida Professor Edgard dos Santos e a Avenida Waldemar Tietz, criando alternativas de mobilidade na região;
- Promover melhoramentos viários na Avenida Itaquera;
- Qualificar os abrigos dos pontos de ônibus;
- Qualificar a arborização e promover melhorias quantitativas e qualitativas nas praças, em especial, na Praça dos Aposentados (Rua São Vitório); na Praça dos Esportes (Rua Silva Lisboa); na Praça Dr. Pedro Conde e na Praça Leonardo de Barros Carvalho;
- Qualificar a iluminação pública de toda a região;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo- PGIRS;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, em especial, na Rua Saturnino de Souza;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial: na Rua Nelson Madureira, na conexão da Rua Gabriel de Campos com a Avenida Waldemar Tietz e na Avenida Itaquera, na altura da Rua Maiaca;
- Promover a qualificação urbana e ambiental dos Córregos Gamelinha e Guaiaúna, preservando suas nascentes;
- Implantar nos córregos Gamelinha e Guaiaúna um parque linear para proteção das áreas de borda, qualificar a drenagem e criar áreas de lazer e permanência, promovendo igualmente a integração das áreas verdes existentes com maior manutenção e instalação de equipamentos de lazer e esporte;
- Prever maior número de transposições sobre os córregos para promover maior acessibilidade e qualificar as conexões com a rede de transporte público;
- Qualificar a conectividade dos bairros com o restante do território, implantando travessias e transposições para pedestres sobre a Linha 11-Coral de trem da CPTM.

4) ID 241 | Av. Cangaíba e Av. Danfer

Caracterização

Perímetro abrange os bairros ao longo das Avenidas Cangaíba e Danfer, assim como o entorno da centralidade existente no envoltório da Estação de Trem Engenheiro Goulart (Linha 12- Safira), local que precisa de qualificação por meio de ações indutoras do desenvolvimento econômico local. O perímetro engloba também inúmeras áreas de risco, assentamentos precários e loteamentos irregulares, como: Caixa D'Água, Luís Olivieri, Cidade de Deus, Entre Rios I e II, Jardim Arizona, Silvia, Imperial, Danfer, Gonzaga, Libanesa, Vasconcelos Chaves, Vila Brasil, Araguaia Reloteamento, Santa Helena/ Vila Margarida, Buenos Aires, Paulo Fontelli e Conjunto Habitacional Cangaíba.

Esta é uma região com alta vulnerabilidade social e ambiental, principalmente ao longo do Córrego Ponte Rasa e de suas nascentes. Há demanda por equipamentos urbanos sociais e qualificação das áreas livres, calçadas, praças e córregos, sendo uma região notória por problemas de saneamento ambiental.

Diretrizes

- Compatibilizar o atendimento habitacional para família em situação precária de moradia de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH;
- Viabilizar os instrumentos de regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH, em especial, nas comunidades: Arizona, Entre Rios II, Luís Olivieri, Libanesa e o loteamento Jardim Danfer e o Loteamento Conjunto Habitacional Cangaíba;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Centro Educacional Infantil (CEI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro para Criança e Adolescente (CCA), Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM), Assistência Técnica Ambulatorial (AMA), Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), creches e Centro Cultural;
- Atender a demanda por serviços públicos de abastecimento por meio da implantação de feira-livre na centralidade consolidada da região;
- Qualificar e implantar calçadas, vias de pedestres e sinalização específica tendo em vista a acessibilidade universal, em especial: na Avenida Cangaíba; Avenida Danfer; Rua Olavo Egídio de Souza Aranha; Rua Pastoril de Itapetinga; Rua José do Campestre e na Rua Luís Imparato;

- Implantar, no entorno do CEU Quinta do Sol, um projeto de Território CEU, que visa qualificar os acessos entre equipamentos públicos, praças e percursos existentes e futuros;
- Qualificar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e integração entre modais (trem, ônibus, bicicleta, pedestre) e demais equipamentos;
- Viabilizar a implantação dos corredores de ônibus, propostos pelo Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/14), na Avenida Governador Carvalho Pinto e na Avenida Dr. Assis Ribeiro;
- Qualificar os acessos e conexões para pedestres entre a Avenida Cangaíba e o Parque Tiquatira, em especial, na Rua Vinte e Quatro de Fevereiro;
- Qualificar a arborização e promover melhorias quantitativas e qualitativas nas praças da região;
- Qualificar os abrigos dos pontos de ônibus;
- Qualificar a iluminação pública em toda a região;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo- PGIRS;
- Promover a qualificação urbana e ambiental do Córrego Ponte Rasa e de suas nascentes;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial na Rua Jorge Pimenta e na Rua Silveira;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental, em especial, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- Fortalecer e qualificar a centralidade existente no entorno da Estação de Trem Engenheiro Goulart, promovendo ações indutoras do desenvolvimento econômico local por meio da qualificação dos espaços públicos da região.

5) ID 244 | Córrego Tiquatira / Av. Governador Carvalho Pinto

Caracterização

O perímetro compõe parte da Zona de Estruturação Urbana Prevista (ZEUP), definida segundo o Zoneamento (Lei nº 16.402/16) para o eixo do corredor de ônibus a ser implantado na Avenida Governador Carvalho Pinto. Abrange igualmente o Parque Linear existente ao longo do Córrego Tiquatira, local que é uma das áreas verdes e de lazer mais utilizadas pelos moradores da região. O parque fica condicionado entre as duas pistas da Avenida Governador Carvalho Pinto, um dos principais eixos de conexão Leste-Oeste no interior da Subprefeitura Penha, fazendo a ligação entre a

Avenida Gabriela Mistral e o interior da Zona Leste, ao se encontrar com a Avenida São Miguel.

Diretrizes

- Realizar melhorias de zeladoria e arborização no interior do Parque Tiquatira;
- Implantar ciclovia no interior do parque conectando-a com a ciclovia da Avenida Dr. Assis Ribeiro por meio da construção da ciclovia da Avenida Gabriela Mistral;
- Promover qualificação urbana e ambiental do Córrego Tiquatira, promovendo seu usufruto enquanto espaço de lazer e educação ambiental;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial, na Rua Coatimirim e na conexão entre a Avenida Governador Carvalho Pinto e a Avenida São Miguel;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental, em especial, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- Estudar projeto de expansão do Parque Tiquatira até o Córrego Ponte Rasa e o Córrego Franquinho, aumentando as áreas verdes livres e de lazer na região;
- Qualificar o desempenho do transporte público e cicloviário na região, garantindo a conexão e interligação entre modais (ônibus, bicicleta, pedestre) e demais equipamentos, seguindo diretrizes do PlanMob 2015;
- Implantar intervenção pontual de adequação geométrica no entroncamento da Avenida Gabriela Mistral com a Avenida Governador Carvalho Pinto, melhorando a acessibilidade do ônibus articulado;
- Promover alargamento viário para duplicação da Avenida Gabriela Mistral - entre Avenida Dr. Assis Ribeiro e Avenida Governador Carvalho Pinto- para melhoria da acessibilidade e do transporte coletivo, assim como a integração com a futura Estação do Metrô - Linha 2 Verde e o Terminal de ônibus previsto;
- Viabilizar a implantação do corredor de ônibus, proposto pelo Plano Diretor Estratégico -2014 (Lei nº 16.050/14), na Avenida Governador Carvalho Pinto, sendo seu entorno uma Zona de Estruturação Urbana Prevista, conforme definido pelo Zoneamento- Lei nº 16.402/16;
- Prever, no projeto de Corredor de ônibus da Avenida Governador Carvalho Pinto, melhorias nas distâncias entre os pontos de parada;
- Viabilizar a conectividade do Parque Tiquatira com restante do território, qualificando os acessos, as calçadas, a sinalização específica e as transposições tendo em vista a acessibilidade universal, em especial, na Rua Vinte e Quatro de Fevereiro.

6) ID 251 | Território CEU Tiquatira / Av Gabriela Mistral

Caracterização

Configura uma área isolada, com pouca conectividade entre bairros e entre meios de transporte. Esta é uma região com alta vulnerabilidade ambiental- no entorno do Córrego Tiquatira- e social, repleta de conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e assentamentos precários, como as comunidades: Chaparral, Tiquatira, Gabriela Mistral, Vila José Augusto, Jau, Jahu Cangaíba e Bueru. Há demanda por equipamentos urbanos sociais e qualificação das áreas livres, calçadas, praças e córregos, sendo uma região notória por problemas de saneamento ambiental.

Diretrizes

- Compatibilizar o atendimento habitacional para família em situação precária de moradia de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH;
- Promover diálogo com CDHU para viabilizar a qualificação urbana e arquitetônica dos conjuntos habitacionais em situação de precariedade e irregularidade;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Centro para Crianças e Adolescentes (CCA); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro Educacional Infantil (CEI) e Unidade Básica de Saúde (UBS);
- Requalificar os equipamentos esportivos e de lazer da região, em especial, o CEE Luiz Martinez- Tiquatira;
- Implantar, no CEU Tiquatira, um projeto de Território CEU, que visa qualificar os acessos entre equipamentos públicos, praças e percursos existentes e futuros;
- Qualificar a iluminação pública em toda a região;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo- PGIRS;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental, em especial, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário e abastecimento de água;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial: na Avenida Airton Pretini, na Rua Armando Cardoso Alves (Clube Esportivo) e na Rua Elisabeth de Robiano;
- Promover a qualificação urbana e ambiental do Córrego Tiquatira;
- Qualificar a arborização e promover melhorias quantitativas e qualitativas nas praças;
- Qualificar as calçadas, as vias de pedestre, as transposições e sua sinalização específica tendo em vista a acessibilidade universal, principalmente sobre a Linha 12- Safira de trem da CPTM;

- Implantar travessias para pedestre conectando esta região ao território das Subprefeituras Penha e Vila Maria/ Vila Guilherme;
- Reformular as vias de acesso para Guarulhos, melhorando o fluxo e as conexões metropolitanas;
- Qualificar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e integração entre modais (trem, ônibus, bicicleta, metrô, pedestre) e demais equipamentos;
- Promover alargamento viário para duplicação da Avenida Gabriela Mistral - entre Avenida Dr. Assis Ribeiro e Avenida Governador Carvalho Pinto, melhorando a acessibilidade e o transporte coletivo, assim como a integração com a futura Estação do Metrô-Linha 2 Verde e o Terminal de ônibus previsto;
- Promover melhoramentos no viário da Avenida Rodovalho Jr. e da Rua Ataléia, desde sua conexão com a Avenida Celso Garcia até a Avenida Gabriela Mistral;
- Conectar a ciclovia, a ser implantada no interior do Parque Tiquatira, até a ciclovia da Avenida Dr. Assis Ribeiro por meio da construção da ciclovia da Avenida Gabriela Mistral;
- Implantar intervenção pontual de adequação geométrica no entroncamento da Avenida Gabriela Mistral com a Avenida Governador Carvalho Pinto, melhorando a acessibilidade do ônibus articulado.

7) ID 253 | Centro Histórico da Penha

Caracterização

O perímetro é composto pelo Centro Histórico da Penha, um dos bairros mais antigos e tradicionais do município de São Paulo, formado a partir do aglomerado urbano instaurado após a construção, na segunda metade do Século XVII, da Catedral de Nossa Senhora da Penha de França e da Igreja Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em 1802. Esta é uma região que precisa ser qualificada e fortalecida enquanto centralidade, salvaguardando o Centro Histórico e potencializando seu papel de importante núcleo de urbanização regional. Passa por esta região diversas linhas de ônibus, desenvolvendo-se ali um sub-centro da Zona Leste, com comércio varejista composto por variadas lojas de rua implantadas no alinhamento, principalmente na Rua Coronel Rodovalho, Rua Padre Antônio Benedito e na Avenida Penha de França.

Diretrizes

- Preservar a identidade do bairro e das áreas de interesse histórico-cultural, valorizando as características históricas, sociais e culturais desta região;

- Possibilitar o desenvolvimento ordenado e sustentável das áreas de interesse histórico e cultural, tendo como premissa a preservação do patrimônio cultural no Centro Histórico da Penha e promovendo o turismo local;
- Implantar sinalização para turismo e áreas de permanência no Centro Histórico da Penha, potencializando o uso e a convivência na centralidade;
- Realizar um plano de revitalização das fachadas com valor arquitetônico;
- Estimular a fruição e o uso público do patrimônio cultural, consolidando nesta área uma centralidade cultural e histórica, articulando os equipamentos existentes, como: o Centro Cultural da Penha, o Teatro Martins Pena, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, a Catedral Nossa Senhora da Penha de França e o Colégio Estadual Nossa Senhora da Penha;
- Qualificar e implantar calçadas, vias de pedestre, calçadões, sinalização específica e espaços para convívio, em especial, na Rua Padre Antônio Benedito e na Rua Dr. João Ribeiro, melhorando a segurança e acessibilidade de pedestres;
- Implantar bolsões de estacionamento em detrimento de vagas para veículos ao longo das vias principais do Centro Histórico, pois as ruas são muito estreitas;
- Qualificar a iluminação pública da região, em especial, no entorno da Estação Penha do Metrô- Linha 3 Vermelha;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS); Serviço de Acolhimento Institucional à população em situação de rua (CREAS POP) e Centro para Crianças e Adolescentes (CCA);
- Integrar a centralidade da Avenida Amador Bueno da Veiga ao Centro Histórico da Penha;
- Qualificar o desempenho do transporte público e cicloviário da região, garantindo a conexão e integração entre modais (ônibus, bicicleta, metrô e pedestre) e demais equipamentos;
- Promover melhoramentos viários na Avenida Rodovalho Jr. e na Rua Ataléia, desde sua conexão com a Avenida Celso Garcia até a Avenida Gabriela Mistral;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial na Rua Guaiaúna;
- Elaborar um projeto que atenda, ao mesmo tempo, a demanda por drenagem, saneamento ambiental (coleta e tratamento do esgotamento sanitário) e inclusão do entorno do Córrego Rincão enquanto parte do sistema de espaços livres públicos do município, qualificando-o como área de lazer;

- Implantar equipamentos no interior da futura área de lazer do Córrego Rincão, como: pista de caminhada, ciclovia, projeto de arborização, equipamentos de ginástica.

8) ID 258 | Av. Amador Bueno da Veiga

Caracterização

A Avenida Amador Bueno da Veiga (continuação do eixo da Avenida Celso Garcia) é uma importante via arterial da Zona Leste de São Paulo, constituindo um eixo de ligação entre os bairros centrais e a porção Leste do Município, ao conectar-se com a Avenida São Miguel, na Subprefeitura Ermelino Matarazzo.

Este é um dos principais eixos viários e de comércio/ serviços da região, configurando-se como uma centralidade consolidada. Grande parte do perímetro é contemplado por uma Zona de Centralidade (ZC), conforme definido pelo Zoneamento- Lei nº 16.402/16. Esta é uma centralidade que deve ser fortalecida e qualificada, com promoção de qualificação dos espaços livres públicos, arborização, calçadas, praças e áreas de permanência.

Diretrizes

- Promover o alargamento da Avenida Amador Bueno da Veiga, com ampliação, em alguns trechos, do leito carroçável e das calçadas para qualificar a circulação do transporte coletivo e possibilitar a continuidade da faixa exclusiva de ônibus;
- Qualificar a centralidade comercial e de serviços consolidada ao longo da Avenida Amador Bueno da Veiga, integrando-a ao Centro Histórico da Penha;
- Fortalecer e qualificar a centralidade existente, promovendo ações indutoras do desenvolvimento econômico local por meio de qualificação dos espaços públicos da região;
- Qualificar o desempenho do transporte público e cicloviário na região, garantindo a conexão e integração entre modais (ônibus, bicicleta, pedestre) e demais equipamentos, seguindo diretrizes do PlanMob 2015;
- Qualificar e implantar calçadas, vias de pedestre, sinalização específica e espaços para permanência, garantindo segurança e acessibilidade aos pedestres, não somente no eixo da Avenida Amador Bueno, mas também nas vias do entorno e na proximidade de escolas, em especial da Escola Estadual Barão de Ramalho, da Escola Professor Ortiz e da Escola Almirante Custódio José de Melo;
- Requalificar o entroncamento das ruas Cirene Jorge Ribeiro, Paulino Rolim de Moura e Manoel Luzio, adequando a geometria dos leitos carroçáveis ao espaço necessário

para veículos e transformando o mar de asfalto em espaços qualificados para pedestres, com vistas à segurança de circulação e permanência de pessoas;

- Qualificar a iluminação pública em toda a região;
- Promover arborização e melhorias quantitativas e qualitativas nas praças;
- Qualificar os abrigos dos pontos de ônibus;
- Solucionar problema de drenagem no entroncamento da Avenida Amador Bueno com Avenida Calim Eid, no eixo do Córrego Franquinho

9) ID 265 | Entorno da Estação Guilhermina – Esperança

O perímetro compreende o entorno da Estação de Metrô Guilhermina - Esperança (Linha 3 Vermelha); trecho da Linha 11- Coral de trem da CPTM e trecho do corredor de ônibus planejado, segundo o Plano Diretor Estratégico -2014 (Lei nº 16.050/14), para a Radial Leste, assim como a área de influência, grafada pelo Zoneamento (Lei nº 16.402/16) como Zona de Estruturação Urbana (ZEU).

A área delimitada demanda melhorias no sistema de circulação de pedestres e do transporte coletivo, principalmente devido ao conflito espacial existente entre transeuntes, linhas de ônibus, lotações e comércio ambulante no entorno da Estação Guilhermina- Esperança de Metrô.

Diretrizes

- Qualificar as calçadas, as vias de pedestre, a sinalização específica e as transposições garantindo a acessibilidade e segurança dos pedestres;
- Equacionar os conflitos espaciais decorrentes da sobreposição entre a área de integração do metrô, as linhas de transporte coletivo e o alto fluxo de pedestres no entorno da Estação de Metrô Guilhermina - Esperança (Linha 3 Vermelha)
- Estudar alternativas para desafogar o conflito espacial existente por meio de adequação das linhas de ônibus que circulam pelo local;
- Promover espaços adequados para o embarque e desembarque dos passageiros de ônibus e lotação;
- Estudar a viabilidade de implantar um Terminal de ônibus integrado a Estação de Metrô Guilhermina - Esperança;
- Promover a complementação da via de ligação que passa no entorno da Estação de Metrô Guilhermina -Esperança, melhorando o acesso à Avenida Alvinópolis e qualificando a circulação do transporte coletivo;
- Viabilizar a implantação do projeto de corredor de ônibus da Radial Leste, previsto pelo Plano Diretor Estratégico -2014 (Lei nº 16.050/14), conectando-o aos demais

modais; • Otimizar o aproveitamento do solo ao longo das Zonas de Estruturação da Transformação Urbana, promovendo ampliação dos espaços livres públicos;

- Implantar transposição da linha férrea por meio de ligação viária entre a Praça Divinolândia e a Rua Mandaguai, melhorando a acessibilidade de pedestres e veículos.

10) ID 389 | Vila Luisa / Viaduto Alberto Brada

Área com predomínio de uso residencial parcialmente verticalizada, principalmente ao longo das margens do Rio Aricanduva e na Av. Celso Garcia. Concentra usos mistos de comércio, serviços, indústrias e armazéns ao longo da Av. Airton Pretini e R. Alfredo de Franco, bem como junto a orla ferroviária. A região, em especial o bairro Vila Luisa, apresenta problemas de conectividade com o restante do território da Subprefeitura, principalmente em relação ao transporte público coletivo e acessos para pedestres, caracterizando-se como uma ilha urbana em função de grandes barreiras existentes no território (Rio Aricanduva, linha ferroviária, Av. Conde de Frontin e linha de alta tensão).

É caracterizado pela presença de grandes áreas demarcadas como ZEIS-3 e ZEIS-5 pelo PDE (Lei 16.050/14) e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei 16.402/16), além de englobar eixos de estruturação da transformação urbana, existente (ZEU) e previsto (ZEUP), relacionados respectivamente à Linha 3 Vermelha do Metrô e ao Corredor de Ônibus Planejado na Av. Celso Garcia.

Concentra população em situação de vulnerabilidade social abrangendo o assentamento precário localizado às margens do Rio Aricanduva (Favela Pau Queimado - Habitasampa) que foi incorporado como ZEIS-1 pela LPUOS e a Favela Aiamá, localizada em terreno público da CPTM. E também concentra população em situação de rua e usuária de drogas, sendo necessárias ações de assistência social destinada a estes grupos. A relação entre as edificações e o assentamento precário com o Rio Aricanduva se dá de maneira frágil, corroborando para a degradação ambiental de curso d'água e suas margens.

Diretrizes

- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas).
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque

para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU e ZEUP), R. Alfredo de Franco e Av. Airton Pretini.

- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para Praça Júlio Botelho e Praça Padre Juan Carlo Guardiola.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a circulação de pedestres nos bairros.
- Estudar proposta de criação de parque linear que atenda ao mesmo tempo a demanda por drenagem, provisão habitacional e a inclusão do entorno do Rio Aricanduva enquanto parte do sistema de espaços livres públicos do município, qualificando-o como área de lazer.
- Promover qualificação urbana e ambiental do Rio Aricanduva, conservando suas margens e integrando-as aos espaços livres públicos existentes, promovendo seu usufruto enquanto área de lazer e fruição local, além do maior convívio e apropriação social dos espaços livres por parte dos moradores.
- Implantar equipamentos no interior da futura área de lazer, como: pista de caminhada, ciclovia, projeto de arborização, equipamentos de ginástica, mobiliário urbano, etc.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial no cruzamento da R. Cirino de Abreu com a R. Ingu.
- Organizar a coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos, em conformidade com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos.
- Viabilizar a conectividade desta área com o restante do território, qualificando os acessos e integrando-os a futura área de lazer e aos meios de transporte público, como o Terminal Aricanduva.
- Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre as subprefeituras Mooca, Penha e Aricanduva-Vila Formosa nas atuais transposições ao Rio Aricanduva, a Av. Conde de Frontin e linha ferroviária.
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para o Rio Aricanduva, linha ferroviária e Av. Conde de Frontin.
- Aumentar a oferta de mobilidade interbairros com o uso de transporte público.

- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (favelas e ocupações).
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos. Destaque para as praças e principais conexões viárias da área.

11) ID 391 | Córrego Franquinho/ Av. Calim Eid

Caracterização Perímetro compreende o entorno dos principais eixos de centralidade da região Norte do Distrito de Artur Alvim, tais como: a Rua Esperantina, a Avenida Águia de Haia, a Rua Regina Rosa Gonçalves, a Rua Sonho Gaúcho e Avenida Calim Eid.

Esta é uma região carente de equipamentos públicos sociais e que necessita de melhorias em sua arborização, calçamento, espaços livres públicos e conexões entre modais. É uma região com vulnerabilidade ambiental, no entorno das nascentes dos Córregos Franquinho e Ponte Rasa (este último, local grafado como ZEPAM pelo Zoneamento- Lei nº 16.402/16) e social- com conjuntos habitacionais, favelas e loteamentos irregulares, como: Artur Alvim, A.E. Carvalho (Glebas 1, 2 e 3), Brook Taylor, Ocupação Max Planck, Alvim, Nordeste, Rui Barbosa, Conjunto Habitacional Águia e Conjunto Habitacional Haia e AE Carvalho.

Diretrizes

- Viabilizar os instrumentos de regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Centro Educacional Infantil (CEI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), creches, Centro Cultural e Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos (CEDESP) e Centro para Crianças e Adolescentes (CCA);
- Requalificar os equipamentos esportivos da região, em especial, o CDC São Luiz II;
- Qualificar e viabilizar a implantação de calçadas, vias de pedestres, passarelas e sinalização específica tendo em vista a acessibilidade universal, em especial: na Rua Esperantina, na Avenida Águia de Haia, na Rua Regina Rosa Gonçalves, na Rua

Sonho Gaúcho, na Avenida Calim Eid, na Rua Marques de Laplace e na Rua Piraquara;

- Fortalecer e qualificar as centralidades existentes, promovendo ações indutoras do desenvolvimento econômico local por meio de qualificação dos espaços públicos da região;
- Qualificar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e integração entre modais (trem, ônibus, metrô, bicicleta, pedestre) e demais equipamentos;
- Promover melhoramentos e complementação do viário entre a Rua Itinguçu e a Rua José Giordano, assim como na Avenida Águia de Haia;
- Viabilizar a implantação do corredor de ônibus, proposto pelo Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/14), na Avenida Calim Eid;
- Qualificar a conectividade dos bairros com o restante do território, implantando travessias e transposições para veículos e pedestres sobre a Linha 11-Coral de trem da CPTM, por exemplo, na área de conexão entre a Avenida Luiz Ayres, a Rua Independência e a Rua Itinguçu;
- Destinar espaços regularizados para o comércio ambulante no entorno da Estação de Metrô Artur Alvim- Linha 3 Vermelha;
- Promover melhorias quantitativas e qualitativas nas praças, em especial, na Praça Padre Rossetti e na Praça Santa Quitéria (Rua Piraquara);
- Qualificar a arborização de toda a região;
- Qualificar a iluminação pública em toda a região, em especial, no entorno da Estação de Metrô Artur Alvim- Linha 3 Vermelha;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo- PGIRS;
- Implantar o Ecoponto Córrego Franquinho;
- Promover a qualificação urbana e ambiental dos Córregos Ponte Rasa e Franquinho, assim como de suas nascentes;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial: no entorno da Estação Artur Alvim; na conexão entre a Rua Agreste de Itabaiana e a Rua Nicolau

Jacinto e na Avenida Calim Eid, na altura da Rua Igaroi;

- Solucionar problemas de saneamento ambiental, em especial, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- Viabilizar a implantação de um Parque nas nascentes do Córrego Ponte Rasa, grafada como ZEPAM pelo Zoneamento- Lei nº 16.402/16;

- Promover a implantação de áreas verdes ao longo da Avenida Calim Eid, eixo do Córrego Franquinho e da Avenida Dom Elder Câmara;
- Implantar e requalificar as áreas verdes ao longo dos Córregos Franquinho e Ponte Rasa, estudando a viabilidade de expandir o Parque Tiquatira em direção do eixo destes dois corpos d'água, melhorando a drenagem da região.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020

Esta seção apresenta a territorialização das Metas de 2019-2020 que incidem na Subprefeitura Penha e a avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e as Metas de 2019-2020, por Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura

As ações contidas no Programa de Metas 2019-2020 estão apresentadas no **Quadro 3**, o qual permite visualizá-las para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura. Sobre isso, observar a territorialização do Programa de Metas 2019-20 no mapas do **Anexo 02**.

Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Regularização fundiária 34 unidades Jardim Piratininga - SEHAB Reforma UBS Jardim São Francisco - SMS Readequação de calçadas - SMSUB Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Av Assis Ribeiro e Gabriela Mistral - SMT
ID 137 Avenida Aricanduva	Regularização– Miguel Russiano – SEHAB (meta Subprefeitura Penha) Regularização da Dois de maio – SEHAB (meta subprefeitura São Mateus) Revitalização do CEE Vicente Ítalo Feola – SEME (meta Subprefeitura Aricanduva) Inspeção de Ponte Aricanduva e do Viaduto Eng. Alberto Badra - SIURB (meta Subprefeituras Penha e Mooca) Corredor de ônibus Aricanduva – SIURB (passa pelas Subprefeituras Penha, Aricanduva, São Mateus e Itaquera) Readequação de extravasores - Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 2) – SIURB (meta Subprefeituras São Mateus e Itaquera) Obra do corredor de ônibus Itaquera I – SIURB (passa pelas Subprefeituras Aricanduva e Mooca) Obra do corredor de ônibus Radial Leste trecho 1 - SIURB

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
<p>Continuação..... ID 137 Avenida Aricanduva</p>	<p>(passa pelas Subprefeituras Mooca e Aricanduva) Projeto executivo Corredor Radial Leste - Trecho 2 - SIURB (meta Subprefeitura Penha) - SIURB Plano de Redução de Alagamentos - PRA lote 5 Rua Armando Cardoso Alves (Clube Desportivo da Penha) – microdrenagem – SIURB (meta Subprefeitura Penha) Reservatório 7 Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 1) – SIURB (meta Subprefeitura Aricanduva) Alteamento da ponte Manilha Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 1) – SIURB (meta Subprefeituras Aricanduva e Penha) Reservatório 6 Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 1) – SIURB (meta Subprefeitura Aricanduva) Reservatório 8 Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 1) - SIURB (meta Subprefeitura Aricanduva) Plano de Redução de Alagamentos - PRA lote 5 Rua Formoselha – microdrenagem – SIURB (meta Subprefeitura Aricanduva) Biblioteca Lenyra Fraccarolli – SMC (pertence Aricanduva) Wi-fi gratuito – SMIT Requalificação das praças de atendimento – Descomplica – SMIT (meta Subprefeitura São Mateus) Reforma UBS Vila Nova Manchester - SMS Reforma AMA/UBS Vila Itapema – SMS Obra emergencial de contenção de margem córrego Tapera – SMSUB (meta Subprefeitura Aricanduva) Requalificação de calçadas - Adequação e Adaptação de Calçada – SMSUB (meta Subprefeituras Aricanduva, Penha) Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – SMT Ragueb Chohfi (meta Subprefeitura São Mateus) Requalificação de ciclovias e ciclofaixas Arraias do Araguaia SMT (meta Subprefeituras Aricanduva e São Mateus) Requalificação de ciclovias e ciclofaixas Parque São Lourenço - SMT (meta Subprefeitura São Mateus) Requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus na Av. Celso Garcia - elaboração de projetos – SPtrans (meta Subprefeitura Mooca) Requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus na Av. Celso Garcia – execução de obras – SPtrans (meta Subprefeitura Mooca) Implantação do Parque Nair Belo - SVMA (meta Subprefeitura Itaquera)</p>

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 146 Córregos Gamelinha e Guaiaúna	Regularização/ 228 unidades – Esperantinópolis - SEHAB Revitalização do CEL Padre José de Anchieta - SEME Obra Corredor Itaquera II- SIURB CEU Jose de Anchieta (Território) -novo equipamento - SIURB Corredor Itaquera I - SIURB Corredor Radial Leste - Trecho 3 - SIURB Wifi gratuito – SMIT Reforma de instalações HM Dr Alexandra Zaio - SMS Reforma AMA/UBS Padre Manoel da Nóbrega - SMS Reforma Cecco Padre Manoel da Nóbrega - SMS SMS Reforma UBS Antônio Pires Pereira Vila Lobo - SMS Reforma UBS Padre José de Anchieta - SMS Readequação de passeio público – SMSUB Requalificação de calçadas – SMSUB Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas - Av. Waldemar Tietz e Maria Luiza Americano – SMT Requalificação de ciclovias e ciclofaixas – Gamelinha - SMT
ID 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Regularização fundiária - 136 unidades Jd sem denom. – SEHAB Regularização fundiária 110 unidades Jd Arizona – SEHAB Regularização fundiária - 312 unidades Jd Danfer – SEHAB Wifi gratuito - SMIT Reforma AMA/UBS Cangaíba Carlos Gentile de Mello - SMS Requalificação de calçadas – SMSUB Readequação de passeio público – SMSUB Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Avenida Assis Ribeiro –SMT Requalificação de novas ciclovias e ciclofaixas Av. Carvalho Pinto Trecho I- SMT
ID 244 Córrego Tiquatira / Av. Governador carvalho pinto	Revitalização do CEE Luiz Martinez – SEME Wifi gratuito – SMIT Reforma AMA/UBS Chácara Cruzeiro do Sul - SMS Readequação de passeios públicos –SMSUB Requalificação de calçadas na Av São Miguel - SMSUB Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Av. São Miguel - SMT Requalificação de ciclovias e ciclofaixas Av. Carvalho Pinto – trecho 1 e trecho 2 - SMT
ID 251 Território CEU Tiquatira / Av Gabriela Mistral	Inspeção da Ponte Aricanduva – SIURB Inspeção no Viaduto Gal Milton Tavares de Souza – SIURB Plano de Redução de Alagamentos - -PRA lote 5 Rua Armando Cardoso Alves – microdrenagem - SIURB Wifi gratuito – SMIT Execução de obra de emergência no córrego Tiquatira de drenagem e recomposição da via pública – SMSUB Implantação ciclovias e ciclofaixas na Gabriela Mistral - SMT Requalificação de ciclovias e ciclofaixas na Av. Carvalho Pinto – trecho 2; (SMT) Requalificação de ciclofaixas Ponte Domingos Franciulli Neto - SMT
ID 253 Centro	Regularização/ 80 unidades Miguel Russiano - SEHAB

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
Histórico da Penha	<p>Corredor Radial Leste - Trecho 1 e 2 – SIURB Requalificação da Av. Amador Bueno –projeto executivo–SIURB Reforma e Serviços de conservação do Centro Cultural Penha – SMC Wifi gratuito – SMIT Reforma e ampliação do CAPS III AD Penha -- SMS Reforma AMA/UBS AE Maurice Pate – SMS Reforma CR DST AIDS Penha - SMS Requalificação de calçadas/ adequação e adaptação de calçada – SMSUB Implantação ciclovias e ciclofaixas na Gabriela Mistral - SMT</p>
ID 258 Av. Amador Bueno da Veiga	<p>Requalificação da Av. Amador Bueno –projeto executivo–SIURB Reforma UBS Emilio Santiago - SMS Readequação de passeios públicos - SMSUB Requalificação de calçadas - SMSUB Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Av São Miguel - SMT Requalificação de ciclovias e ciclofaixas Av. Calim Eid - SMT Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus – Av São Miguel - SPtrans</p>
ID 265 Entorno da Estação Guilhermina - Esperança	<p>Regularização fundiária – 112 unidades – Rua Nilza - SEHAB Corredor Radial Leste - Trecho 2 - SIURB</p>
ID 389 Vila Luisa / Viaduto Alberto Brada	<p>Inspeção de Viaduto Eng. Alberto Badra – SIURB Requalificação de calçadas - SMSUB Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SPtrans – pertence à Mooca Requalificação de corredores e fxs exclusivas de ônibus Av. Celso Garcia - elaboração de projetos – SMT pertence à Mooca Requalificação de corredores e fxs exclusivas de ônibus Av. Celso Garcia - execução das obras 8,4 km – SMT pertence à Mooca</p>
ID 391 Córrego Franquinho/ Av. Calim Eid	<p>Regularização Brook Tailor – 38 unidades - SEHAB Corredor Radial Leste trechos 2 e 3 - SIURB Readequação de passeio público – SMSUB Reforma de UBS Antônio Estevão de Carvalho – SMS Reforma de AMA/UBS integrada J Nordeste - SMS Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Av Aguia de Haia - SMT Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Av Waldemar Tietz- SMT Requalificação de ciclovias e ciclofaixas Av. Calim Eid -trecho I e II e Jose Pinheiro Borges - Trecho 2 - SMT Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SPtrans</p>

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação

Esse item tem como objetivo analisar a relação qualitativa entre as diretrizes dos Perímetros de Ação apresentadas no item 1.2, e as Metas 2019-2020 que estão no Quadro 03 do item 2.1.

1 - A área que contempla o Perímetro de Ação ID 75 | Jardim Piratininga e Jardim São Francisco apresenta-se como de alta vulnerabilidade social e ambiental, com diversos assentamentos precários e loteamentos irregulares e, tem como principal objetivo estabelecido pelo Plano Regional atender a população em situação de vulnerabilidade social, possibilitando o direito à moradia.

Nesse sentido, uma das principais diretrizes do Plano Regional para essa região é a regularização fundiária nas comunidades lá existentes. Essa diretriz será atendida pela SEHAB por meio da Meta 18 do Programa de Metas 2019-2020 - beneficiando 34 unidades no Jardim Piratininga, ainda que parcialmente, pois também existem outras demandas de regularização fundiária nas comunidades Jardim Santo Henrique, Jardim Flávia, Jardim São Francisco, Ac. R. Olga Artacho, Juraci Artacho, Ac. R. Guira-Acangatara, Cubiara, Goita, Mauad, Vila Paz, Ac. R. Copara e Paulistânia, que não estão sendo atendidas pelas metas.

Acrescenta-se também, que há metas 2019-2020 para readequação de calçadas no Jardim Piratininga e São Francisco, que vão ao encontro das diretrizes estabelecidas pelo Plano Regional, melhorando a mobilidade, segurança dos pedestres e melhor qualidade dos bairros; e, reforma da UBS São Francisco equipamento de suma importância para a comunidade.

Outra meta prevista pela Secretaria Municipal de Transportes é a Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Avenida Assis Ribeiro, que possibilita a conectividade entre diferentes meios de transporte público, que é uma demanda importante nessa região.

Por outro lado, não há metas 2019-2020 para um dos principais problemas dessa área que é a questão da insuficiência da drenagem urbana.

2 - O Perímetro de Ação ID 137 | Avenida Aricanduva é um importante eixo viário que conecta a Zona Leste às áreas centrais da cidade de São Paulo (seu início está

próximo à Radial Leste, sendo que conecta a ela e à Marginal Tietê através do Viaduto Engenheiro Alberto Brada). Engloba também a desembocadura do Rio Aricanduva no Tietê.

Esse Perímetro de Ação tem como desafios principais as questões de drenagem de habitação e de mobilidade urbana, essa última vem da necessidade de conexão entre modais (ônibus e metrô) e equipamentos públicos, visando a diminuição do trânsito na Avenida Aricanduva.

As metas 2019-2020 previstas para esse Perímetro são: regularização da Miguel Russiano; inspeção de Ponte Aricanduva e do Viaduto Eng. Alberto Badra; implantação de corredores de ônibus nas Avenidas Aricanduva Radial Leste e Radial Leste – trecho-2; Plano de Redução de Alagamentos - PRA lote 5 Rua Armando Cardoso Alves - Clube Desportivo da Penha (microdrenagem); construção de reservatórios na Bacia do Aricanduva (macrodrenagem), wifi gratuito; reforma da UBS Vila Nova Manchester, reforma AMA/UBS da Vila Itapema e requalificação de calçadas (adequação e adaptação de calçada). Essas metas atendem em certa medida as diretrizes estabelecidas pelo Plano Regional e contribuem para minimizar os principais problemas dessa região que são as enchentes e inundações e o desempenho do transporte público.

3 - A área que contempla o Perímetro de Ação ID 146 | Córregos Gamelinha e Guaiaúna é marcada pela alta vulnerabilidade social, englobando comunidades em situação de assentamentos precários ao longo dos Córregos Gamelinha e Guaiaúna, tais como Esperantinópolis, Dejanira, São José Barroca, Benedito Salgado Cambalacho, Mário Furtado, Cagassu e Boa Esperança. O perímetro compreende ainda a área da COHAB - Padre José de Anchieta e do Conjunto Habitacional Padre Manoel de Paiva.

Nesse sentido, o desafio nesse Perímetro de Ação é o atendimento habitacional e a regularização fundiária para as famílias em situação precária de moradia e que está parcialmente atendido por meio da regularização fundiária na comunidade Esperantinópolis - meta 18 do Programa de metas 2019-2020, beneficiando 228 unidades, porém as demais comunidades citadas também esperam pela regularização fundiária.

Outro desafio dessa área é melhorar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e a integração entre modais (ônibus, bicicleta e pedestre), que está sendo atendido pela meta 2019-2020 por meio da implantação do Corredor Itaquera II e Corredor Radial Leste - trecho 3, bem como pela meta de Implantação de novas

ciclovias e ciclofaixas nas Avenidas Waldemar Tietz e Maria Luiza Americano e a requalificação de ciclovias e ciclofaixas – Gamelinha, criando alternativas de mobilidade na região. Essas ações podem fortalecer e qualificar as centralidades existentes nos entornos da Rua Waldemar Tietz, da Rua Pereira Vergueiro e da Avenida Prof. Edgard Santos e podem promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local com a qualificação dos espaços públicos da região.

Soma-se a esse elenco de metas a instalação de Wifi gratuito por meio da Secretaria Municipal de Inovação Tecnológica, que auxiliará no desenvolvimento da região e vai ao encontro das diretrizes do Plano Regional.

A implantação do novo equipamento Território CEU Jose de Anchieta contemplado no Programa de metas 2019-2020 é uma diretriz também prevista no Plano Regional, projeto que visa qualificar os acessos entre equipamentos públicos, praças e percursos existentes, diretriz essa que está atendida.

A meta de revitalização do Clube Escola Padre José de Anchieta por meio da Secretaria Municipal de Esporte também é uma diretriz do Plano Regional que está sendo atendida.

Soma-se também as metas as reformas dos equipamentos de saúde: HM Dr Alexandra Zaio, AMA/UBS Padre Manoel da Nóbrega, Cecco Padre Manoel da Nóbrega UBS Antônio Pires Pereira Vila Lobo UBS Padre José de Anchieta, que são de extrema importância para a comunidade e é uma diretriz que está sendo parcialmente atendida.

A readequação de passeio público e requalificação de calçadas, que são metas da Secretaria Municipal das Subprefeituras para 2019-2020, também são premissas do Plano Regional, com vistas a acessibilidade universal e qualificação dos bairros.

4 - A área contemplada pelo Perímetro de Ação ID 241 | Av. Cangaíba e Av. Danfer é de alta vulnerabilidade social e ambiental, engloba áreas de risco, assentamentos precários e loteamentos irregulares ao longo do Córrego Ponte Rasa. Tem uma centralidade existente no entorno da Estação de Trem Engenheiro Goulart (linha 12-Safira) que necessita ser melhorada. Há demanda por equipamentos sociais. É uma área marcada pela ausência de saneamento básico em especial de coleta e tratamento de esgoto e equacionamento da drenagem urbana.

As principais diretrizes desse perímetro estão relacionadas a provisão habitacional; regularização fundiária; equipamentos sociais; saneamento básico; qualificação das áreas livres, calçadas, praças e córregos.

As metas 2019-2020 para essa Perímetro são de regularização fundiária das comunidades: Jd sem denominação (136 unidades), Jd Arizona (110 unidades) Jd Danfer (312 unidades). Essas metas atendem parcialmente o previsto no Plano Regional, pois há também uma demanda por regularização de muitas outras comunidades tais como, Arizona, Entre Rios II, Luís Olivieri, Libanesa, o Loteamento Conjunto Habitacional Cangaíba.

Além da regularização fundiária, é necessário o esforço do poder público para atender as famílias em situação precária de moradia, como reforçado no Plano Regional e que não estão contempladas nas metas 2019-2020.

As metas para reforma AMA/UBS Cangaíba Carlos Gentile de Mello; requalificação de calçadas e implantação de wifi atendem parcialmente as diretrizes do Plano Regional.

Soma-se, também nesse elenco, as metas 2019-2020 de implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Avenida Assis Ribeiro; requalificação de novas ciclovias e ciclofaixas Avenida Carvalho Pinto Trecho I, possibilitando uma das demandas do Plano Regional, que é a integração entre os modais de transporte público

5 - Perímetro de Ação ID 244 | Córrego Tiquatira / Av. Governador Carvalho Pinto é compreendido pelo entorno do Córrego Tiquatira e Avenida Governador Carvalho Pinto, abrange o Parque Linear Tiquatira uma referência regional de área verde e de lazer pelos moradores. É também um importante Eixo de Estruturação e Transformação Urbana.

As principais diretrizes para esse perímetro estão relacionadas a qualificação do sistema viário; sistema de transporte; conectividade do Parque Tiquatira com restante do território, qualificando os acessos, as calçadas, a sinalização específica e as transposições; saneamento ambiental, em especial, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário.

As metas 2019-2020 previstas são importantes e necessárias para a melhoria do bairro e da vida das comunidades para essa área, mas não atendem as principais diretrizes do Plano Regional, tais como, a requalificação de calçadas na Avenida São Miguel; readequação de passeios públicos no entorno da UBS Chácara Cruzeiro do Sol; requalificação de ciclovias e ciclofaixas na Avenida Carvalho Pint; implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Avenida São Miguel; a implantação de wifi e a revitalização do Centro Educacional Esportivo (CEL) Luiz Martinez.

Por outro lado, as demandas previstas no Plano Regional para essa área são em grande parte de caráter estruturantes, definidas pelo Plano Diretor (PDE/2014), tais

como alargamentos viários, implantação de corredores, além das questões relacionadas à drenagem urbana e esgotamento sanitário, que não estão contempladas nas metas 2019-2020 e são de suma importância para a qualificação local e regional.

6 - Perímetro ID 251 | Território CEU Tiquatira / Av Gabriela Mistral – área composta por bairros confinados pelas barreiras físicas da Marginal Tietê, da Ponte Domingos Franciulli Netto, da Avenida Gen. Milton Távares de Souza e dos trilhos da Linha 12-Safira de trem da CPTM. Região marcada pela alta vulnerabilidade ambiental e social com conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e assentamentos precários, como as comunidades: Chaparral, Tiquatira, Gabriela Mistral, Vila José Augusto, Jau, Jahu Cangaíba e Bueru.

As principais diretrizes desse perímetro estão relacionadas ao atendimento habitacional para família em situação precária de moradia; equipamentos sociais; saneamento ambiental; sistema viário e sistema de transporte público (conexão e integração entre modais trem, ônibus, bicicleta, metrô, pedestre) com os equipamentos sociais.

Não há metas 2019-2020 para dar conta dessas questões, exceto a meta 2019-2020 de obra emergencial de drenagem no córrego Tiquatira e a redução de alagamento no lote 5 Rua Armando Cardoso Alves (microdrenagem) do Plano de Redução de Alagamentos – PRA de extrema importância para a região, porém insuficiente.

Há metas 2019-2020 de inspeção da Ponte Aricanduva e viaduto Gal Milton Tavares de Souza, mas não é diretriz de âmbito de Plano Regional, que deveriam fazer parte de uma política pública de manutenção dos equipamentos e obras públicas da cidade.

Há meta para a implantação de wifi no território CEU Tiquatira e é de grande valia e vai ao encontro das diretrizes estabelecidas para esse equipamento, que é de qualificação e articulação com os equipamentos existentes e futuros. Não é suficiente, mas necessária e indispensável nessa era tecnológica.

A requalificação de ciclovias e ciclofaixas Avenida Carvalho Pinto – trecho 2, Ponte Domingos Franciulli, Av. Carvalho Pinto – trecho 2 e a implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Gabriela Mistral, previstas como metas 2019-2020, promovem melhoria da mobilidade urbana e contribui para a integração dos modos de transporte.

7 - ID 253 | Centro Histórico da Penha – Engloba o Centro histórico da Penha, importantes vias como Avenida Penha de França, a Avenida Rodovalho Jr., a Rua Coronel Rodovalho, a Rua Dr. João Ribeiro, a Rua Padre Antônio Benedito, a Rua

Guaiaúna, a Avenida Airton Pretini e a Avenida Alvinópolis, além de estações de metrô Penha e Vila Matilde – linha vermelha. Assim, em grande parte é demarcada como zona de estruturação urbana. Essa área que necessita ser qualificada e fortalecida em seu papel de centralidade.

No Plano Regional, esse Perímetro de Ação é marcado por ações de preservação histórico-cultural, que visam valorizar as características sociais e culturais desta região, lembrando que o Centro histórico da Penha é um dos bairros mais antigos e tradicionais do município de São Paulo. Nesse sentido, não há nenhuma meta 2019-2020 que dê conta dessas ações. A única meta 2019-2020 de competência da Secretaria Municipal de Cultura para essa área é a reforma e serviços de conservação do Centro Cultural Penha.

De outro lado, há metas 2019-2020 de caráter estruturante, já definido pelo PDE, como a execução do Corredor de ônibus Radial Leste - Trechos 1 e 2, que possibilita melhora no desempenho do transporte público da região e conexão e integração entre modais (ônibus, bicicleta, metrô e pedestre) e demais equipamentos. Além da implantação ciclovias e ciclofaixas na Gabriela Mistral.

Não menos importantes foram previstas metas que poderão auxiliar na qualificação e fortalecimento da centralidade do Centro histórico da Penha, promovendo melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e dos bairros, como a requalificação da Avenida Amador Bueno; instalação de wifi gratuito; reforma e ampliação do CAPS III AD Penha; reforma da AMA/UBS AE Maurice Pate; reforma CR DST AIDS Penha e requalificação de calçadas/adequação e adaptação de calçadas.

Também há como meta 2019-2020 a regularização fundiária para 80 unidades da comunidade Miguel Russiano, promovendo direito social a moradia, já prevista no PDE em área demarcada como ZEIS-1.

8 – Esse Perímetro de Ação ID 258 | Av. Amador Bueno da Veiga trata-se de uma centralidade consolidada e é um dos principais eixos viários e de comércio/ serviços da região, que conecta o centro histórico da Penha até a Avenida São Miguel na Subprefeitura Ermelino Matarazzo.

Essa centralidade necessita ser requalificada, tendo o Plano Regional estabelecido várias diretrizes nesse sentido, como o alargamento da Avenida Amador Bueno, a qualificação de calçadas, requalificação de pontos de ônibus, a integração entre modais do transporte público e na mesmo foco as metas 2019-2020 desse Perímetro estão atendendo essas diretrizes, ainda que parcialmente, são elas: requalificação da Av. Amador Bueno –projeto executivo; reforma UBS Emilio Santiago; requalificação de

calçadas na Avenida São Miguel; readequação de passeios públicos na UBS Emílio Santiago de Oliveira; implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Avenida São Miguel; requalificação de ciclovias e ciclofaixas na Avenida Calim Eid; requalificações em locais de parada de ônibus na Avenida São Miguel.

9 - ID 265 | Entorno da Estação Guilhermina – Esperança – trata-se de uma centralidade da Estação de Metrô Guilhermina - Esperança, Linha 3 Vermelha. O foco principal dessa área é o sistema de circulação de pedestres e de transporte coletivo, principalmente devido ao conflito espacial existente entre transeuntes, linhas de ônibus, lotações e comércio ambulante no entorno da Estação.

Para essa área foram identificadas apenas 2 metas 2019-2020: a implantação do Corredor de ônibus Radial Leste - trecho 2, obra estrutural prevista pelo PDE e que tem relação direta com a diretriz do Plano Regional, que possibilita a conexão com os demais modais de transporte. E a meta de regularização fundiária de 112 unidades na Rua Nilza, que apesar de não explicitada no Plano Regional e nem no PDE, possibilita direito social à moradia e acesso digno à cidade.

10 – Essa área ID 389 | Vila Luísa / Viaduto Alberto Brada – tem características semelhantes ao Perímetro de Ação 251 no que se refere a sua configuração (ilha urbana) por estar entre barreiras urbanas, como linhas ferroviárias, o viaduto e o rio. Assim, o foco principal dessa área é a conectividade com o restante do território da Subprefeitura, principalmente em relação ao transporte público coletivo e acessos para pedestres. Pequena parcela dessa área está contida na Subprefeitura Penha, sendo a maior parte na Subprefeitura Mooca.

As metas 2019-2020, na parcela que pertence à Subprefeitura Penha são requalificação de calçadas, que atende parcialmente diretrizes do Plano Regional e a Inspeção do Viaduto Alberto Brada, que não atende diretrizes previstas no Plano Regional para essa área, pois não é matéria de Plano Regional.

11 - ID 391 | Córrego Franquinho/ Avenida Calim Eid – Área que compreende o entorno dos principais eixos de centralidade da região Norte do Distrito de Artur Alvim, tais como: a Rua Esperantina, a Avenida Águia de Haia, a Rua Regina Rosa Gonçalves, a Rua Sonho Gaúcho e Avenida Calim Eid, que necessitam de requalificação e fortalecimento das centralidades por meio de implantação de calçadas, vias de pedestres, passarelas, sinalização específica e melhoramento dos

espaços públicos da região, bem como, melhorar a acessibilidade e mobilidade local, que são diretrizes contidas no Plano Regional.

Nesse sentido as metas 2019-2020 são: corredor de ônibus da Avenida Radial Leste trechos 2 e 3; readequação de passeio público no entorno da UBS / AMA Jardim Nordeste; requalificação de ciclovias e ciclofaixas nas Avenidas Calim Eid - trecho I e II, Jose Pinheiro Borges - Trecho 2; implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Avenida Águia de Haia, Waldemar Tietz e requalificações em locais de parada de ônibus, que contribuem de forma significativa para promover qualificação e fortalecimento das centralidades, ainda que parcialmente.

As reformas das UBS J Nordeste e Antônio Estevão de Carvalho, estabelecidas como metas 2019-2020 são de extrema importância para a comunidade e também vão ao encontro dos objetivos do Plano Regional.

É marcante nessa área a quantidade de conjuntos habitacionais, favelas e loteamentos irregulares, como: Artur Alvim, A.E. Carvalho (Glebas 1, 2 e 3), Brook Taylor, Ocupação Max Planck, Alvim, Nordeste, Rui Barbosa, Conjunto Habitacional Águia e Conjunto Habitacional Haia e AE Carvalho. No entanto, não há metas 2019-2020 definidas para esse enfrentamento.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020

Em que pese maior ou menor convergência das metas 2019-2020 em relação às diretrizes estabelecidas nos 11 Perímetros de Ação definidos no Plano Regional, boa parte dessas metas, que também são compromissos do PDE, são estruturantes para região e município, assumidas pelo Plano Regional. As ações e intervenções dessas metas promoverão impacto significativo, em especial, com a implantação de corredores de ônibus na Avenida Radial Leste e Avenida Aricanduva; alargamento da Avenida Amador Bueno, possibilitando melhora no desempenho do transporte público da região e conexão e integração entre modais (ônibus, bicicleta, metrô e pedestre) e demais equipamentos.

Estão contempladas, também, metas para a implantação de novas ciclovias e ciclofaixas e requalificação das existentes bem como a requalificação de calçadas, requalificação de pontos de ônibus, ainda que previstas em pequenas partes do território, promoverão melhoras significativas.

Soma-se aos impactos positivos dessas metas a implantação do novo equipamento Território CEU Jose de Anchieta contemplado no Programa de metas 2019-2020, que é uma diretriz também prevista no Plano Regional, projeto que visa qualificar os acessos entre equipamentos públicos, praças e percursos existentes e de grande valia para a comunidade

Há, também, metas para regularização fundiária de algumas áreas demarcadas como ZEIS-1, que trarão impactos sociais importantes, mas insuficientes para atender a regularização frente ao número de áreas a serem regularizadas na região.

Há que ressaltar a insuficiência de metas 2019-2020 para atender diversas questões importantíssimas como: (i) a provisão habitacional para diversas comunidades que estão em situação de alta vulnerabilidade; (ii) solução dos problemas de drenagem urbana, coleta e tratamento de esgoto; recuperação dos córregos; (iii) soluções de conectividade de áreas consideradas ilhas urbanas por estarem encravadas em barreiras urbanas como linhas ferroviárias, o viaduto e o rio; (iv) atendimento da demanda por equipamentos e serviços públicos.

Por fim, ressalta-se, também, a inexistência de metas 2019-2020 para preservação do patrimônio histórico-cultural para o Centro histórico da Penha, que é um dos bairros mais antigos e tradicionais do município de São Paulo.

Assim, para o próximo Programa de Metas o desafio é fortalecer o ciclo de planejamento participativo, pautando as discussões no atendimento das diretrizes ainda não atendidas e apresentadas pelo Plano Regional, formulado e validado democraticamente.

A implementação dos Perímetros de Ação, estabelecidos pelo Plano Regional, requer uma priorização, conforme consta no Decreto nº57.537/2016, e para tanto foi desenvolvida uma metodologia e critérios adotados, que estão abordados na seção a seguir.

3. Priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras

Esta seção apresenta a metodologia para a priorização dos Perímetros de Ação (PA) nos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos respectivos Perímetros de Ação e aplicada em reuniões realizadas nos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

As orientações a seguir pautaram os objetivos das Oficinas de Planejamento para a priorização dos PAs nos Planos Regionais de cada Subprefeitura

“...as discussões dos Núcleos Regionais de Planejamento tenderão a abordar quais intervenções previstas para 2020 adequam-se às diretrizes dos Planos Regionais e quais não se adequam – e esse registro terá a dupla finalidade de qualificar a intervenção prevista para 2020 que se inserem nos perímetros de ação e gerar, desde então, conteúdos para o ciclo participativo de planejamento a ser iniciado em 2021.”

Fonte: Documento de orientações para a condução das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento [Fonte: Documento Interno – Elaboração: SGM, out/19].

Com base nessas orientações, os Planos de Ação de cada uma das Subprefeituras refletirão o ano de 2020 e, também, o planejamento de ações para o ano de 2021, servindo também, como subsídio para discussão do futuro Programa de Metas 2021-2024.

O método aplicado ao estudo de cada Subprefeitura está estruturado em etapas, pertinentes e aplicáveis ao estudo de 32 Subprefeituras da cidade de São Paulo nos respectivos NRPs, sendo essas etapas:

Etapas 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

Etapas 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios.

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs.

Etapas 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o PA 2020.

Etapas 5. Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs.

Adiante segue o detalhamento e orientações metodológicas para as Etapas acima definidas.

Etapa 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

A formulação da Cesta de Critérios para análise e priorização dos Perímetros de Ação nos Planos Regionais, é baseada nas orientações e na estratégia de ordenamento territorial do PDE 2014, referenciada no Art. 8º, do Título II, Capítulo I - da Estruturação e Ordenação Territorial, conforme destaca-se a seguir:

Art. 8º: Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões:

*I - a **dimensão social**, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito à moradia, à mobilidade, à infraestrutura básica e ao acesso aos equipamentos sociais; (destaque nosso)*

*II - a **dimensão ambiental**, fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do Município;*

*III - a **dimensão imobiliária**, fundamental para garantir a produção dos edifícios destinados à moradia e ao trabalho;*

*IV - a **dimensão econômica**, fundamental para garantir as atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços indispensáveis para gerar trabalho e renda;*

*V - a **dimensão cultural**, fundamental para garantir a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos, essenciais para a vida das cidadãs e dos cidadãos.*

Art. 9º A estratégia territorial do Plano Diretor, na perspectiva de observar de maneira equilibrada as dimensões definidas no artigo anterior e, ainda, os princípios, diretrizes e objetivos da Política Urbana, estrutura-se a partir dos seguintes elementos (grifo nosso):

*I - **macrozonas e macroáreas**, áreas homogêneas que orientam, ao nível do território, os objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação dos instrumentos urbanísticos e ambientais;*

*II - **rede de estruturação e transformação urbana**, onde se concentram as transformações estratégicas propostas pelo Plano Diretor, composta pelos seguintes elementos estruturadores do território:*

*a) **macroárea de Estruturação Metropolitana**, que tem um papel estratégico na reestruturação urbana no Município por apresentar grande potencial de transformação urbana, que precisa ser planejado e equilibrado;*

*b) **rede estrutural de transporte coletivo**, definidora dos eixos de estruturação da transformação urbana, ao longo da qual se propõe concentrar o processo de adensamento demográfico e urbano e qualificar o espaço público;*

*c) **rede hídrica e ambiental** constituída pelo conjunto de cursos d'água, cabeceiras de drenagem e planícies aluviais, de parques urbanos, lineares e naturais, áreas verdes significativas e áreas protegidas e espaços livres, que constitui o arcabouço ambiental do Município e desempenha funções estratégicas para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade urbanos;*

*d) **rede de estruturação local**, que articula as políticas públicas setoriais no território indispensáveis para garantir os direitos de cidadania e reduzir a desigualdade socio territorial e gerar novas centralidades em regiões menos estruturadas, além de qualificar as existentes.*

Parágrafo único. *Fica o território do Município de São Paulo dividido nas seguintes macrozonas, cada uma delas subdivididas em quatro macroáreas, conforme Mapas 1 e 2, anexos ao PDE 2014:*

I - Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana;

II - Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental

A Cesta de Critérios referenciada no PDE 2014 visa uniformizar os parâmetros de análise dos Perímetros de Ação em cada Subprefeitura, para fins de priorização, conforme os critérios a seguir.

1. Estruturação e Transformação Urbana Local: As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas Diretrizes do PDE 2014 incidentes no território da Subprefeitura. Sem esgotar todas as proposições de estruturação urbana e ambiental do PDE, a análise está voltada a presença das seguintes questões:

- Propostas e intervenção ou obra estruturante; intervenções planejadas,
- Centralidades a serem criadas, potencializadas e/ou qualificadas;
- Inserção em Macroárea (s): Exemplo: Macrozonas e Macroáreas. Tipo de Macroáreas: Macroárea de Estruturação Metropolitana- MEM.
- Inserção em Eixos e Estruturação da Transformação Urbana- EETU;
- Implantação de sistema de transporte: Metrô, Corredor de ônibus, trem, Terminais de transporte entre outros; Grandes Equipamentos Urbanos.

2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a vulnerabilidade social expressas nas propostas de inclusão social do PDE 2014. O maior exemplo é a presença no território de tipologias de Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS, bem como aspectos relacionados a produção de habitação social, regularização fundiária, e equipamentos de interesse social (saúde, educação, assistência social, cultura e outros), e unidades territoriais com indicadores de vulnerabilidade social, como o Índice Paulista Vulnerabilidade Social – IPVS, e outros indicadores referenciados no IBGE, SEADE e Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO).

3. Economia Urbana Local:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da economia local/regional, expressas nas diretrizes do PDE 2014 voltadas a dinamização econômica. Destacam-se a presença de Zonas de Desenvolvimento Econômico - ZDE, Zonas Predominantemente Industrial – ZPIs, Territórios de Interesse Cultural; áreas com potencial para o Turismo, de estímulo à Produção de Agricultura tradicional e/ou objeto de transformação para agricultura orgânica a exemplo do Projeto Ligue os Pontos, grande presença de imóveis subutilizados, entre outros.

4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a carência de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana no território. A exemplo de rede de água e esgotos, sistemas de tratamento de resíduos ou sanitários, iluminação pública, calçamento e pavimentação viária, espaços públicos, entre outros.

5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento:

Refere-se a possibilidade de obtenção de recursos de fundos de financiamento urbano, ambiental, habitacional ou de saneamento básico com recursos governamentais “carimbados” a exemplo do FUNDURB; FMSAI; FEMA; Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo, entre outros.

6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a importância ambiental dos recursos naturais presentes no território, regulamentadas como unidades de conservação ou não, e que contribuam para ampliar a resiliência urbana ao clima e a manutenção e produção de serviços ambientais de interesse para a qualidade urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana. Em contrapartida, também são valorizados nesse quesito aspectos relacionados a vulnerabilidade ambiental e social, tais como, presença de áreas contaminadas, áreas de risco de escorregamento ou de inundação, fragilidades ambientais e ocorrências naturais especiais (paisagens notáveis, depressões, solos frágeis entre outras).

7. Mobilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da mobilidade urbana e do transporte sustentável. Embora estejam correlacionados a transformação urbana no item 1 da cesta de critérios, a presença ou implantação proposta de sistemas de transportes valorizam e potencializam o território em relação a melhoria da qualidade de vida, sendo também objeto de valorização. Destaca-se a presença ou travessia do território por corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, sistemas especiais de transporte, viário e hidroviário e ferroviário, ciclovias, terminais modais e intermodais e outras modalidades de transporte ativo. As diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana 2015 são também importantes para subsidiar essa análise

8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas ao conhecimento da demanda local por soluções urbanas nos diferentes territórios e PAs das Subprefeituras, pelos gestores locais pautados nas reivindicações da sociedade local. Além da pontuação específica esse quesito é também considerado um elemento

chave para as decisões sobre a priorização dos Perímetros de Ação e seu reflexo no Programa de Metas, conforme a seguir discutido.

Refere-se a análise realizada pela Subprefeitura sobre a avaliação da importância do PA para a gestão urbana participativa, baseada nas demandas apresentadas pela população local no dia a dia da Subprefeitura.

Etapa 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios

Para a análise dos Perímetros de Ação foi proposto um método de pontuação com base na Cesta de Critérios, consolidado em uma Planilha de Avaliação e Pontuação de PAs para cada Plano Regional.

O método de Pontuação dos Perímetros do PRS é baseado na Cesta de Critérios proposta na Etapa 1, com o detalhamento de alguns subitens para viabilizar uma avaliação mais expedita dentro do prazo estabelecido para a execução dessa atividade.

A pontuação adotada segue o modelo binário, atribuindo-se o valor 1 (um) para o atendimento do critério de análise proposto (sim), ou o (zero) para o não atendimento do critério de análise (não).

Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS PERÍMETROS DE AÇÃO	PONTUAÇÃO	
	Sim	Não
<p>1. Estruturação e Transformação Urbana Local: Consta no PDE 2014 como intervenção/obra estruturante e intervenções planejadas? Tem centralidades a serem potencializadas e/ou qualificadas? Está inserido em qual (ais) Macroárea (s)? Está em Eixos de Estruturação Urbana?</p>	1	0
<p>2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social: ZEIS?</p>	1	0
<p>3. Economia Urbana Local: Contribui com a economia local? ZDE; ZPI? Turismo, ligue os pontos, outros.</p>	1	0
<p>4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos: Tem carência de equipamentos e serviços?</p>	1	0
<p>5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento: Existência de projetos com recursos “carimbados” FUNDURB; FMSAI; FEMA; SABESP - Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo.</p>	1	0
<p>6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana: Quesitos que contribuam para ampliar a resiliência urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana; Contaminação do Solo; Áreas de Risco.</p>	1	0
<p>7. Mobilidade Urbana: Previsão ou execução de corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, ciclovias, terminais modais e intermodais e modalidades de transporte ativo.</p>	1	0
<p>8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil: Pontuação pela equipe do Núcleo Regional de Planejamento.</p>	1	0
Pontuação dos Perímetros		

Elaboração: Consultores UNESCO.

No final da análise é realizada uma somatória de pontos atribuídos ao Perímetro de Análise, de forma a valorar sua importância para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Dessa forma obtém-se a seleção dos Perímetros de Ação (PA) com maior importância para a elaboração do Plano de Ação 2020 com recomendações para 2021 e/ou para os próximos ciclos de planejamento.

Detalhamento da análise para os Próximos Ciclos de Planejamento

Alternativamente, foi proposto por PLANURBE-SMDU um modelo que aprofunda o detalhamento da metodologia em priorização dos perímetros de cada PRS analisados com base na cesta de critérios, porém, com a possibilidade de um levantamento mais detalhado de informações e indicadores, para a aplicação dos itens de análise de cada um dos itens da cesta de critérios para priorização dos PAs em cada Plano Regional das Subprefeituras.

Em função da exigência de aprofundamento dos levantamentos e da exiguidade dos prazos optou-se por indicar essa proposta para os próximos ciclos de planejamento, com vistas a formulação de um modelo de pontuação aplicável a qualquer período futuro de planejamento, por exemplo 2021-2024. **(Vide Planilha de Pontuação Detalhada no Roteiro Metodológico – Anexo 1).**

Etapa 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs

A partir das orientações da Etapa 2, a pontuação dos Perímetros de Ação é obtida com a aplicação de Fatores de Ponderação pactuados para a priorização de PAs junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

Esses fatores de ponderação são aplicados em associação à Cesta de Critérios. Foi definida uma forma de ponderação dos resultados baseada em três itens de análise por fator de ponderação, análise com potencial multiplicador sobre a pontuação obtida pela análise do Perímetro de Ação. Os fatores de ponderação são os apresentados a seguir.

1. Relevância do Projeto (meta ou ação proposta) no Plano de Metas 2019-2020. Refere-se a avaliação da relevância do projeto proposto para atingir as diretrizes previstas para o respectivo **Perímetro de Ação**.

RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA O PA			
Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	

1	2	4	Fator de Multiplicação
---	---	---	------------------------

2. Situação do projeto definido pela meta ou ação. Refere-se ao estágio de desenvolvimento do projeto, obra ou atividade avaliado para sua implantação.

Projetos ou ações previstas pelo PDE 2014, pelo Programa de Metas 2019-2020, e pelas secretarias municipais foram avaliados em termos de: *fase de planejamento*, *em execução*, ou *executado*. Adotou-se como referência a territorialização do Programa de Metas e as informações georreferenciadas elaboradas para a 2ª Rodada de Oficinas dos Núcleos Regionais de Planejamento, realizada em dezembro de 2019. A territorialização do Programa de Metas 2019-2020 foi realizada a partir das informações organizadas por PLANURBE-SMDU, coletadas junto às secretarias municipais até a realização das reuniões em 19 de fevereiro de 2020. Essas informações foram apresentadas na base cartográfica elaborada para os Planos Regionais das Subprefeituras.

ESTÁGIO DO PROJETO			
Em Planejamento	Executado	Em execução	
1	2	4	Fator de Multiplicação

Ao final dessa análise e respectivas pontuações são apresentados os resultados da priorização final obtida para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020, bem como as recomendações para os ciclos subsequentes de planejamento urbano.

Etapa 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o Plano de Ação 2020.

Conforme o artigo Art. 9º do Decreto nº 57.537/2016, os Planos de Ação de cada Subprefeitura têm por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais. No seu § 1º, definiu-se que os Planos de Ação terão os seguintes conteúdos:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por cada secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

Destaca-se ainda o definido no § 2º:

“Todas as intervenções públicas no território, mesmo as não previstas nos Planos de Ação das Subprefeituras, devem ser previamente informadas aos Núcleos Regionais de Planejamento para sua consideração”.

Dessa forma recomenda-se considerações sobre os resultados obtidos na priorização dos PAs, indicando as lacunas existentes em relação a PAs considerados prioritários, mas não atendidos no Programa de Metas 2019-2020.

As informações orçamentárias fizeram parte das informações consolidadas na base de informação para a análise e priorização, sendo um ponto de aperfeiçoamento no levantamento de informações para a elaboração dos próximos Planos de Ação.

Nas considerações finais deverão ser destacados PAs com importância para a efetivação dos objetivos e diretrizes gerais do Plano Regional, mas não atendidos integralmente pelo Programa de Metas 2019-2020. Nesse caso, esses PAs deverão ser apontados com as possíveis alternativas de financiamento pelas opções de fundos de financiamento municipais e governamentais existentes, e/ou possíveis revisões orçamentárias durante os exercícios, e/ou inclusão nos exercícios de 2021 a 2024.

Etapa 5 – Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs

Neste item orienta-se a apresentação dos resultados esperados e sintetizados com a respectiva justificativa da Priorização dos PAs para cada Subprefeitura, a partir da sistematização da análise realizada na 2ª Rodada dos NRPs. são:

- **Priorização dos Perímetros de Ação**, onde descreve-se os PAs priorizados acompanhados das respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização.
- **Considerações Finais e apresentação do Quadro Síntese de Justificativas** da seleção dos Perímetros de Ação.

O resultado da Priorização dos PAs fornece os primeiros contornos para a elaboração dos Planos de Ação 2020. Esse resultado definiu o conteúdo para as audiências públicas realizadas no período 03/02/2020 a 19/02/2020 com os Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, sustentando a discussão sobre os Planos de Ação da Subprefeitura.

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Penha

Aplicando-se a metodologia acima apresentada chegou-se à sugestão de priorização dos perímetros para o Plano de Ação da Subprefeitura Penha exposta a seguir:

A sugestão de priorização prévia dos Perímetros de Ação da Subprefeitura Penha foi realizada junto aos técnicos da Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU) e membros do Núcleo Regional de Planejamento (NRP) durante a segunda rodada de oficina realizada no dia 05 de dezembro de 2019.

Salienta-se que com base no critério 8 – “Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil” foram escolhidos pelo NRP perímetros que representam alta vulnerabilidade social e ambiental e mobilidade urbana, mesmo com poucas ações definidas do programa de metas 2019-2020. Esse critério levou a destacar perímetros que possuem diretrizes com demandas importantes, porém, que apresentavam poucas ações contempladas no programa de metas 2019-2020 que correspondiam a estas demandas, como é o caso dos **Perímetros ID 146 | Córregos Gamelinha e Guaiaúna e ID 391 | Córrego Franquinho/ Avenida Calim Eid.**

Retomando-se o conteúdo do Plano Regional da Subprefeitura Penha este é constituído conforme exposto anteriormente de 11 Perímetros de Ação a saber:

1. ID 75 | Jardim Piratininga e Jardim São Francisco;
2. ID 137 | Avenida Aricanduva;
3. ID 146 | Córregos Gamelinha e Guaiaúna;
4. ID 241 | Av. Cangaíba e Av. Danfer;
5. ID 244 | Córrego Tiquatira / Av. Governador Carvalho Pinto;
6. ID 251 | Território CEU Tiquatira / Av Gabriela Mistral;
7. ID 253 | Centro Histórico da Penha;
8. ID 258 | Av. Amador Bueno da Veiga;
9. ID 265 | Entorno da Estação Guilhermina – Esperança;
10. ID 389 | Vila Luisa / Viaduto Alberto Brada;
11. ID 391 | Córrego Franquinho/ Av. Calim Eid.

Desses 11 Perímetros, 06 foram selecionados para serem desenvolvidos prioritariamente, atendendo as principais diretrizes estabelecidas no Caderno⁶ de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura Penha, são eles:

⁶ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Perímetros de Ação – Penha

1. ID 137 | Avenida Aricanduva;
2. ID 146 | Córregos Gamelinha e Guaiaúna;
3. ID 391 | Córrego Franquinho/ Av. Calim Eid;
4. ID 241 | Av. Cangaíba e Av. Danfer;
5. ID 251 | Território CEU Tiquatira / Av Gabriela Mistral
6. ID 253 | Centro Histórico da Penha.

Descreve-se a seguir os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização. As metas 2019-2020 que incidiram nesses 06 Perímetros de Ação foram espacializadas e podem ser visualizadas nos mapas do **Anexo 02**, referentes à segunda rodada de oficina do NRP.

1. O Perímetro ID 137 | Avenida Aricanduva engloba as quadras adjacentes da Avenida Aricanduva e da desembocadura do Rio Aricanduva no Rio Tietê (Marginal Tietê). A avenida é limítrofe entre as subprefeituras Aricanduva, Penha, São Mateus e Itaquera, mas o perímetro engloba também a subprefeitura Mooca. Área com recorrentes problemas de macrodrenagem (enchentes) e microdrenagem (alagamentos). Carece de transposições para pedestres e em alguns trechos para o transporte. Necessita de requalificação e melhor aproveitamento do potencial viário.

Consta no PDE que parcela desse perímetro está inserida na MEM; alguns lotes em torno do metrô Penha são ⁷Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (EETU), que correspondem ao critério de *estruturação e transformação urbana*; previsão de corredor de ônibus na Avenida Aricanduva (era para ano 2016 e está como meta 2019-2020); linha de metrô e de trem (ano 2025) e importantes intervenções viárias planejadas, que correspondem ao critério de mobilidade urbana.

Esse perímetro conta como o Parque Linear Aricanduva com área de aproximadamente 64.000 m², que corresponde ao critério de *resiliência e vulnerabilidade urbana*. Tem população em situação de moradias irregulares e precárias, demarcadas como Zona Especial de Interesse Social-ZEIS-1, 2 e 3, que correspondem ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Destacam-se para esse perímetro as metas 2019-2020 para obras de macrodrenagem na Bacia do Aricanduva (implantação de reservatórios), que correspondem ao critério de *infraestrutura e serviços urbanos básicos* e de corredores de ônibus nas Avenidas Aricanduva e Radial Leste (trechos 1 e 2), que correspondem ao critério de *mobilidade*

<<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>

⁷ Os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana são porções do território onde é necessário um processo de transformação do uso do solo, com o adensamento populacional e construtivo articulado a uma qualificação urbanística dos espaços públicos, mudança dos padrões construtivos e ampliação da oferta de serviços e equipamentos públicos. (Lei 16.050 de 2014 – Plano Diretor Estratégico-PDE)

urbana. Regularização fundiária da comunidade Miguel Russiano, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

2. O Perímetro ID 146 | Córregos Gamelinha e Guaiaúna compreende bairros ao longo dos Córregos Gamelinha e Guaiaúna das Subprefeituras Penha e Itaquera.

Tem alta vulnerabilidade social com assentamentos precários ao longo dos Córregos Gamelinha e Guaiaúna, a exemplo das comunidades Esperantinópolis, Dejanira, São José Barroca, Benedito Salgado Cambalacho, Mário Furtado, Cagassu e Boa Esperança. Necessita de regularização fundiária para as famílias em situação precária de moradia e melhorar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e a integração entre modais (ônibus, bicicleta e pedestre); fortalecer e qualificar as centralidades existentes nos entornos da Rua Waldemar Tietz, da Rua Pereira.

Esse perímetro tem vários lotes demarcados como ZEIS-1 e alguns como ZEIS-2, que correspondem ao critério de inclusão socioeconômica. Está parcialmente inserido na MEM; alguns lotes, no entorno da estação Artur Alvim, inseridos em EETU existente e alguns lotes que são EETU previstos ao longo da Avenida Itaquera, que correspondem ao critério de *estruturação e transformação urbana*.

Consta no PDE implantação de corredor de ônibus na Avenida Itaquera (ano de 2025), que corresponde ao critério de mobilidade urbana.

Para esse perímetro destacam-se as metas 2019-2020 de regularização fundiária para a comunidade Esperantinópolis, beneficiando 590 famílias, que corresponde ao critério de inclusão socioeconômica. A implantação dos corredores de ônibus nas Avenidas Radial Leste (trecho 3) e Itaquera (trechos 1 e 2); readequação de passeio público; requalificação de calçadas; requalificação de ciclovias e ciclofaixas – Gamelinha e implantação de novas ciclovias e ciclofaixas nas Avenidas Waldemar Tietz e Maria Luiza Americano que correspondem ao critério de *mobilidade urbana*. Tem, também, como meta a construção do novo equipamento Território CEU Jose de Anchieta, que corresponde ao critério de *infraestrutura e serviços urbanos básicos*.

3. O Perímetro ID 391 | Córrego Franquinho/ Avenida Calim Eid. Área que compreende o entorno dos principais eixos de centralidade da região norte do Distrito de Artur Alvim, tais como: a Rua Esperantina, a Avenida Águia de Haia, a Rua Regina Rosa Gonçalves, a Rua Sonho Gaúcho e Avenida Calim Eid. Perímetro com quantidade expressiva de conjuntos habitacionais, favelas e loteamentos irregulares, como: Artur Alvim, A.E. Carvalho (Glebas 1, 2 e 3), Brook Taylor, Ocupação Max

Planck, Alvim, Nordeste, Rui Barbosa, Conjunto Habitacional Águia e Conjunto Habitacional Haia e AE Carvalho.

Necessidade de requalificar e fortalecer a centralidade. Melhorar a acessibilidade e mobilidade local.

Há ZEIS-1,2,3, que correspondem ao critério de inclusão socioeconômica. Tem vários lotes, no entorno da estação Artur Alvim, que são EETU, que corresponde ao critério de mobilidade urbana.

No PDE consta a implantação do corredor de ônibus na Avenida Águia de Haia, que corresponde ao critério de mobilidade urbana.

Para esse perímetro destacam-se as metas 2019-2020 da implantação do corredor de ônibus da Avenida Radial Leste (trechos 2 e 3); implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Avenida Águia de Haia; requalificação de ciclovias e ciclofaixas nas Avenidas Calim Eid (trechos 1 e 2) e José Pinheiro Borges (trecho 2), que correspondem ao critério de *mobilidade urbana*. Reforma da UBS J Nordeste e UBS Antônio Estevão de Carvalho, que corresponde ao critério *infraestrutura e serviços urbanos básicos*.

4. O Perímetro ID 241 | Avenida Cangaíba e Avenida Danfer compreende os bairros ao longo das Avenidas Cangaíba e Danfer. Tem alta vulnerabilidade social e ambiental, engloba áreas de risco, assentamentos precários e loteamentos irregulares ao longo do Córrego Ponte Rasa. Ausência de saneamento básico em especial de coleta e tratamento de esgoto e equacionamento da drenagem urbana.

Presença de vários lotes demarcados como ZEIS-1, e alguns como ZEIS-3, que correspondem ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Esse perímetro está inserido na MEM; centralidade existente no entorno da estação de trem Engenheiro Goulart (linha 12-Safira) que necessita ser melhorada, critérios que correspondem a *estruturação e transformação urbana*.

Presença de EETU existente em torno da estação de trem Eng. Goulart; e EETU previsto na Avenida São Miguel com área de influência na Avenida Gentil Braga, que correspondem ao critério de mobilidade urbana.

Conta com o Parque linear Tiquatira com 320.000 m² ao longo das Avenidas Dr. Assis Ribeiro, Cangaíba e Governador Carvalho Pinto e o Parque linear Ponte Rasa (planejamento), que correspondem ao critério de resiliência e vulnerabilidade urbana.

Nesse perímetro, destacam-se as metas 2019-2020 de regularização fundiária para 136 famílias do Jd sem denom, 110 unidades do Jd Arizona, 312 famílias do Jd Danfer, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

5. O Perímetro ID 253 | Centro Histórico da Penha abrange o Centro histórico da Penha, importantes vias como Avenida Penha de França, a Avenida Rodovalho Jr., a Rua Coronel Rodovalho, a Rua Dr. João Ribeiro, a Rua Padre Antônio Benedito, a Rua Guaiaúna, a Avenida Airton Pretini e a Avenida Alvinópolis, além de estações de metrô Penha e Vila Matilde. Necessita de qualificar e fortalecer a centralidade e de incentivos para preservação histórico-cultural.

O perímetro está parcialmente inserido na MEM; a maior parte está em EETU existente e a menor parte em EETU previsto, que correspondem, respectivamente, aos critérios *estruturação e transformação urbana e mobilidade urbana*.

Tem vários lotes em ZEIS-3, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*. No PDE consta a implantação de corredor de ônibus na Avenida Conde de Frontim; linha e estação de metrô e linha de trem, que correspondem ao critério de *mobilidade urbana*. Também com Parque Linear Rincão (em planejamento), *critério de resiliência e vulnerabilidade urbana*.

Destacam-se para esse perímetro as metas 2019-2020: implantação do corredor de ônibus da Avenida Radial Leste (trechos 1 e 2); requalificação da Avenida Amador Bueno requalificação de calçadas (adequação e adaptação de calçada), que correspondem ao critério de mobilidade urbana; reforma e ampliação do CAPS III AD Penha e reforma e serviços de conservação do Centro Cultural Penha, que correspondem ao critério *infraestrutura e serviços urbanos básicos*; regularização fundiária para 80 famílias, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

6. O Perímetro ID 251 | Território CEU Tiquatira / Avenida Gabriela Mistral é composto por bairros confinados pelas barreiras físicas da Marginal Tietê, da Ponte Domingos Franciulli Netto, da Avenida Gen. Milton Tavares de Souza e dos trilhos da Linha 12-Safira de trem da CPTM. Região marcada pela alta vulnerabilidade ambiental e social com conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e assentamentos precários, como as comunidades: Chaparral, Tiquatira, Gabriela Mistral, Vila José Augusto, Jau, Jahu Cangaíba e Bueru.

Esse perímetro está inserido na MEM e grande parte está em EETU previsto, que correspondem, respectivamente, aos critérios de *estruturação e transformação urbana e mobilidade urbana*. Presença de alguns lotes demarcados como ZEIS-1, 2 e 3, que correspondem ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Conta com o Parque linear Tiquatira com 320.000 m² ao longo das Avenidas Dr. Assis Ribeiro, Cangaíba e Governador Carvalho Pinto, que corresponde ao critério de *resiliência e vulnerabilidade urbana*.

Consta no PDE a implantação do corredor de ônibus na Rua Ataléia continuidade da Avenida Celso Garcia e de Linha de trem planejada para 2025, que correspondem ao critério de *mobilidade urbana*.

Destacam-se para esse perímetro as metas 2019-2020 execução de obra de emergência no córrego Tiquatira de drenagem; requalificação de ciclovias e ciclofaixas na Avenida Governador Carvalho Pinto – (trecho 2) e Ponte Domingos Franciulli, implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Avenida Gabriela Mistral, que correspondem, respectivamente aos critérios *infraestrutura e serviços urbanos básicos e mobilidade urbana*.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação

Durante a 2ª Rodada de Oficinas, o Núcleo Regional de Planejamento pré-selecionou 06 perímetros de ação enquanto prioritários. Esses 06 perímetros de ação foram apresentados para validação dos representantes do Conselho Municipal Participativo e sociedade civil, com o objetivo de ampliar a discussão, colher propostas e sugestões. Esse resultado também visa a contribuir na elaboração do Programa de Metas 2021-2024.

Os critérios de análise para os Perímetros de Ação destacados pelo NRP foram: resiliência e vulnerabilidade urbana e inclusão socioeconômica. Esses destaques podem ser observado no **Quadro 5**.

Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.

Perímetro de Ação	Critérios de seleção do Perímetro de Ação
ID 137 Avenida Aricanduva	Área com recorrentes problemas de macrodrenagem (enchentes) e microdrenagem (alagamentos). Carece de transposições para pedestres e em alguns trechos para o transporte. Necessita de requalificação e melhor aproveitamento do potencial viário. Presença de ZEIS-1 e 2. Inserido na MEM. Conta com Parque Linear Aricanduva (aproximadamente 64.000 m ²)
ID 146 Córregos Gamelinha e Guaiaúna	Tem alta vulnerabilidade social com assentamentos precários ao longo dos Córregos Gamelinha e Guaiaúna. Necessita de regularização fundiária para as famílias em situação precária de moradia e melhorar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e a integração entre modais (ônibus, bicicleta e pedestre); fortalecer e qualificar as centralidades existentes. Presença de ZEIS-1 e 2. Inserido na MEM.
ID 391 Córrego Franquinho/ Avenida Calim Eid	Quantidade expressiva de conjuntos habitacionais, favelas e loteamentos irregulares. Necessidade de requalificar e fortalecer a centralidade. Melhorar a acessibilidade e mobilidade local. Presença de ZEIS-1, 2 e 3.
ID 241 Avenida Cangaíba e Avenida Danfer	Tem alta vulnerabilidade social e ambiental, engloba áreas de risco, assentamentos precários e loteamentos irregulares ao longo do Córrego Ponte Rasa. Ausência de saneamento básico (esgotamento sanitário e drenagem urbana). Presença de ZEIS-1 e 3. Inserido na MEM.
ID 253 Centro Histórico da Penha	Necessita de qualificar e fortalecer a centralidade e de incentivos para preservação histórico-cultural. Presença de ZEIS-3. Inserido na MEM.
ID 251 Território CEU Tiquatira / Avenida Gabriela	Alta vulnerabilidade ambiental e social com conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e assentamentos precários. Presença de ZEIS-1, 2 e 3. Inserido na MEM.

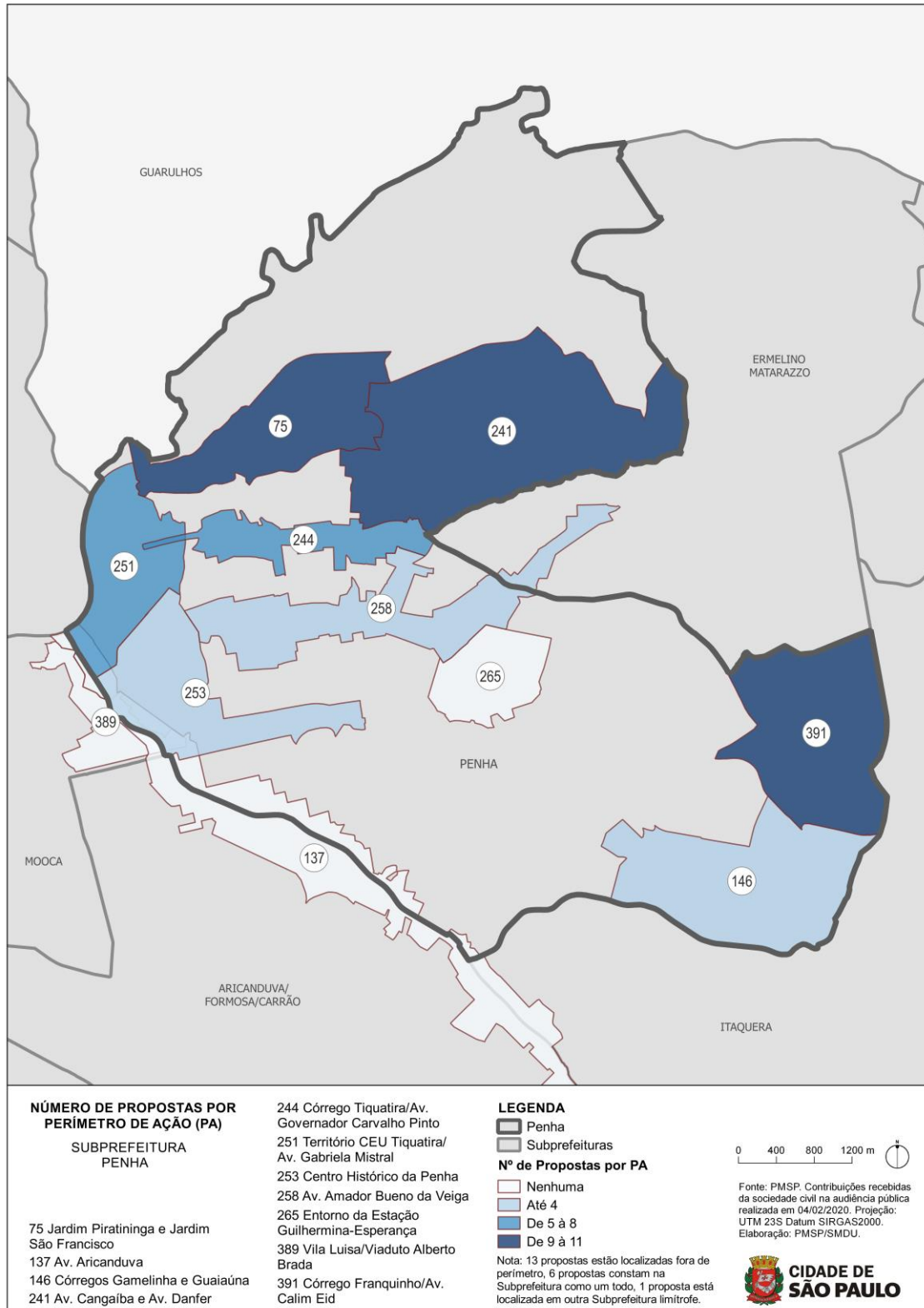
Mistral	
---------	--

Elaboração: Consultores Unesco.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta de forma sistematizada as contribuições da sociedade na consulta pública realizada no dia 04 de fevereiro de 2020, uma síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal, a pertinência da proposta para o Plano de Ação e as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas/propostas dos munícipes.

Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. **Elaboração:** Consultores UNESCO.
Mapa 2 é apresentado no formato A3 no Anexo 04.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública

O estudo das contribuições da sociedade inclui informações sobre (a) proposta, (b) Perímetro de Ação (PA), e (c) classificação da proposta.

A relação estabelecida entre (a) propostas e (b) Perímetro de Ação foi aprimorada por consultores UNESCO, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Governo Municipal (SGM). A classificação das propostas é estabelecida do seguinte modo: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria.

Na classificação no item (i) **investimentos** nos referimos a propostas que remontam a despesas de capital, e significam a ampliação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais nas Subprefeituras, com vistas a atender necessidades existentes. Na classificação no item (ii) **gestão e monitoramento urbano** nos referimos a estratégias de administração do uso das infraestruturas e serviços públicos, por exemplo gestão de concessão de ônibus, gestão de equipamentos de saúde e educação, e de controle e fiscalização por parte da administração pública, tal como fiscalização sanitária dos comércios. Em (iii) **planos, diretrizes e estudos urbanos**, nos referimos a propostas que ainda demandam algum tipo de avaliação de viabilidade técnica e que, inclusive, se relacionam a planos e estudos já existentes e/ou em andamento. As propostas de (iv) **zeladoria** se referem à manutenção e conservação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais, que contribuam com a melhoria da qualidade de vida, e em geral remontam na aplicação das despesas de custeio pela administração pública.

Por fim, também se definiu uma coluna no **Quadro 6** contendo a análise da “**pertinência**” da demanda apresentada ao Plano de Ação da Subprefeitura. O conceito de pertinência utilizado sintetiza se a demanda apresentada se integra ao processo de planejamento, ao Plano Regional e ao Plano de Ação da Subprefeitura. Caso não seja considerada “pertinente ao Plano de Ação”, a proposta da sociedade civil deverá ainda ser encaminhada a outras esferas de administração da Prefeitura, por exemplo: limpeza de terreno, que é uma atividade de zeladoria e de rotina da Subprefeitura, não necessita estar no Plano de Ação.

A Subprefeitura Penha recebeu 55 contribuições / propostas da sociedade civil. Essas são apresentadas adiante, organizadas de acordo com os respectivos Perímetros de Ação.

Foram ainda identificados pela SGM-PMSP os setoriais municipais responsáveis para avaliação e possível atendimento das propostas. Em seguida são apresentados as análises e o posicionamento pelos setoriais municipais sobre as propostas a eles afetas. Por fim, é analisada pelo consultor a pertinência das propostas para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

Verificou-se que há propostas genéricas e que não encontram correspondência clara com territórios específicos da Subprefeitura. Neste caso, elas foram tratadas de modo genérico, com implicações sobre todo o território da Subprefeitura. Essas propostas também foram classificadas, em acordo com sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura.

Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Penha.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
1.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Readequação da calçada da Av Assis Ribeiro, início.	Melhoria na Mobilidade urbana (Acessibilidade)	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
2.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Readequação da calçada da Av Assis Ribeiro, início.	Melhoria na Mobilidade urbana (Acessibilidade)	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
3.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Criar uma UBS no bairro, já que a mais próxima fica muito longe	Oferta de equipamento de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim
4.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Transporte deficitário, especialmente na rua dos Continentes	Oferta de transporte público	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
5.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Reforma das Vias	Qualificação do sistema viário	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
6.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Reforma das Vias	Qualificação do sistema viário	Zeladoria	19 - Mobilidade e Transportes	Não
7.	391 Córrego Franquinho/Av.	Equipamentos Sociais (principalmente para idosos)	Oferta de equipamento	Investimento	08 - Direitos Humanos e	Sim

⁸ A coluna "Proposta municipal" é de elaboração da Secretaria de Governo Municipal. O corpo técnico responsável pela sistematização das propostas da sociedade civil optou pela transcrição *ipsis litteris*. De modo a preservar o esforço de transcrição literal da administração municipal, mantemos a transcrição *ipsis litteris*. Isso implica reprodução de possíveis erros de ortografia.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muncípe (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
	Calim Eid		público social		Cidadania	
8.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Regularização e adequação das calçadas	Melhoria na mobilidade urbana (acessibilidade)	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
9.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Reforma da praça Sta Quitéria (com poda, colocação de equipamentos de ginástica e reformas dos brinquedos já existentes)	Melhoria em espaço público	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
10.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Recapeamento das vias secundárias	Manutenção de asfalto nas vias	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
11.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Fiscalização das Feiras Livres, principalmente, quanto ao horário de funcionamento e limpeza	Fiscalização	Gestão e monitoramento urbano	26 - Subprefeituras	Não
12.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Fiscalização das Feiras Livres, principalmente, quanto ao horário de funcionamento e limpeza	Fiscalização	Gestão e monitoramento urbano	06 - Desenvolvimento Econômico	Não
13.	Toda Sub	Utilização da Guarda Municipal para rondar ruas do bairro, principalmente, áreas que envolvam duas delegacias, onde não sentem o conhecimento de onde pertence aquela rua, normalmente esta rua não é policiada.	Fiscalização	Gestão e monitoramento urbano	25 - Segurança Urbana	Não
14.	Toda Sub	Criação de mais ecopontos e conscientização da população sobre a importância da sua utilização, inclusive utilizando os CEUS e escolas municipais com as crianças e pais.	Oferta de ecopontos	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
15.	Toda Sub	Criação de mais ecopontos e conscientização da população sobre a importância da sua utilização, inclusive utilizando os CEUS e	Oferta de ecopontos	Investimento	09 - Educação	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
		escolas municipais com as crianças e pais.				
16.	Toda Sub	Detalhamento de um plano de ação social para maiores vulnerabilidades (execução, ação e cronograma)	Plano de Ação Social	Planos, diretrizes e estudos urbanos	08 - Direitos Humanos e Cidadania	Não
17.	Geral	Maior comprometimento dos Secretários das Subprefeituras para tratamento do Plano de Ação. Sem presença dos secretários é a de um plano sem execução.	Comprometimento dos gestores públicos	-----	26 - Subprefeituras	Não
18.	Toda Sub	Ausência de qualquer ação visando educação e cultura que resulte em queda de criminalidade e melhoria da população, de sua qualidade de vida	Promover ações de educação e cultura	Planos, diretrizes e estudos urbanos	09 - Educação	Sim
19.	146 Córrego Gamelinha e Guaiaúna	Implantação do residencial São Pedro Diferenciado II, localizado na avenida Waldemar Tiete com Rua Silvío Torres através do Novo Programa Pode Entrar Cohab-SP	Oferta de moradia	Investimento	14 - Habitação	Sim
20.	Fora de perímetro	Abertura da Rua Fábio Carriel França, paralela com a Avenida Dom Helder Câmara, para ida e vinda de carros, pois parte desta rua está sendo usada como "PARTICULAR", por um bar Point 8, localizado na Rua Dona Cecília Santana, 520.	Ampliação do sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
21.	Fora de perímetro	Abertura da Rua Fábio Carriel França, paralela com a Avenida Dom Helder Câmara, para ida e vinda de carros, pois parte desta rua está sendo usada como "PARTICULAR", por um bar Point 8, localizado na Rua Dona Cecília Santana, 520.	Ampliação do sistema viário	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
22.	Fora de perímetro	Colocação de Faróis para Pedestres nas	Ampliação de	Investimento	19 - Mobilidade e	Não

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
		faixas: 1- Rua Dona Cecilia Santana, em frente nº 520, com Dom Helder Câmara. 2- Av Dom Helder Camara (em frente ao Posto BR), com R- Jujui. "Locais Muito Perigosos", ou seja, muito trânsito.	equipamentos de trânsito (semáforos)		Transportes	
23.	253 Centro Histórico da Penha	Mobilidade com relação a conectividade- muito isolado o CEU, difícil acesso por falta de transportes coletivos. Poderia colocar mais ônibus no entorno, pois o circular não supre as necessidades da população que faz uso do CEU.	Oferta de transporte público para acessar o equipamento público (CEU)	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
24.	253 Centro Histórico da Penha	Mobilidade com relação a conectividade- muito isolado o CEU, difícil acesso por falta de transportes coletivos. Poderia colocar mais onibus no entorno, pois o circular não supre as necessidades da população que faz uso do CEU.	Oferta de transporte público para acessar o equipamento público (CEU)	Investimento	09 - Educação	Sim
25.	253 Centro Histórico da Penha	Sem sinalização para redução de velocidade na área da escola. Melhorias de mobilidade, demarcar próximo a escola Barão de Ramalho, ali na Amador de Veiga como área com fluxo de crianças e estudantes com placas de radares, informando a existência da escola para maior atenção dos motoristas. Muito perigoso as crianças ali na frente expostas ao movimento.	Instalações para garantir mobilidade de pessoas (sinalização, semáforos)	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
26.	253 Centro Histórico da Penha	Reforma da AMA Maurício Pate	Reforma de equipamento de saúde	Investimento	24 - Saúde	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
27.	258 Av. Amador Bueno da Veiga	Requalificação de calçadas	Melhoria na mobilidade urbana (Acessibilidade)	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
28.	251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral	Cessão da área municipal aonde está instalado o Mercado da Penha, antiga fábrica de gelo, fechada a 35 anos e que está vazia. Necessitamos da liberação da área para construção	Cessão de área pública	Gestão e monitoramento urbano	26 - Subprefeituras	Não
29.	241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): urbanização	Urbanização de favela	Investimento	14 - Habitação	Sim
30.	241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): implantação de CEU	Oferta de equipamento público (CEU)	Investimento	09 - Educação	Sim
31.	241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): recapeamento de todo o entorno	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
32.	241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): sinalização da Av. Cangaíba que foi interrompida e continua na Av. Danfer	Instalações para garantir mobilidade de pessoas (sinalização)	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
33.	Fora de perímetro	Vila Silvia e Vila Cisper: urbanização e regularização de assentamentos	Resolução da questão habitacional (urbanização e regularização fundiária)	Investimento	14 - Habitação	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
34.	Fora de perímetro	Vila Silvia e Vila Cisper: recapeamento de vias	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
35.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer 251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral 244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto 258 Av. Amador Bueno da Veiga Fora de perímetro	Todos os acessos do Cangaíba: implantação de sinalização de orientação "Cangaíba" na Ayrton Senna, Ponte Nordestinos, R. Dr. Assis Ribeiro, Av. Gabriela Mistral, Av. Gov. Carvalho Pinto, Av. São Miguel	Instalações para garantir mobilidade de pessoas (sinalização)	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
36.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco; 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer; 251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Ministral e	Recapeamento Av. Cangaíba	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
	Fora de perímetro					
37.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Recapeamento R. João Gonçalves Ribeiro	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
38.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco e Fora perímetro	Recapeamento R. Miguel Sutil	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
39.	241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Recapeamento R. Luiz Olivieri	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
40.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Recapeamento R. Jose Adorno	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
41.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Recapeamento R. Goita	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
42.	241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Recapeamento Av. Rubens Fraga de Toledo Arruda	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
43.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Recapeamento R. Miguel Garcia	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
44.	241 Av. Cangaíba	Recapeamento R. Entre Rios	Manutenção de	Zeladoria	26 -	Não

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
	e Av. Danfer		asfalto nas vias (recapeamento)		Subprefeituras	
45.	244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 258 Av. Amador Bueno da Veiga e Fora de perímetro	Recapeamento R. Cel. Meireles	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
46.	244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 258 Av. Amador Bueno da Veiga e Fora de perímetro	Recapeamento R. S. Florêncio	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
47.	Fora de perímetro	Recapeamento R. Londrina	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
48.	244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto e Fora de perímetro	Recapeamento R. Oldham	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
49.	244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto e Fora de perímetro	Recapeamento R. Oxford	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
50.	244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto	Recapeamento R. Celestino Augusto Ribeiro	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento)	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
51.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Regularização fundiária do Conjunto Habitacional Cingapura Maraial, com a retificação dos alinhamentos da Lei 8.849/1978. Deverá haver a regularização das unidades habitacionais, com venda das mesmas pelos ocupantes, realizando o muramento do Conjunto e construção de lixeiras conforme legislação municipal.	Resolução da questão habitacional (Regularização fundiária)	Investimento	14 - Habitação	Sim
52.	391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Ampliar a reforma e requalificação ao longo da Av. Calim Eid, em ambos os sentidos da Avenida, dentro do perímetro 391	Melhoria da mobilidade urbana (inclusive de pedestres) e melhoria paisagística	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
53.	241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Canalização e/ou limpeza do córrego que passa na Av. Buenos Aires, no limite do perímetro 241, paralelo à Av. São Miguel. O córrego, até o limite com o perímetro de Ermelino, apresenta preocupação para a população local, e é uma região de enchentes e acúmulo de lixo, com forte cheiro de esgoto. Descrição do córrego: ele sai do Córrego Tiquatira, segue pela Av. Buenos Aires, depois paralelamente à R. Gentil Braga, corta a Rua	Oferta de Infraestrutura de coleta de esgoto e tratamento de esgoto e de drenagem urbana	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
		Ouro Fino (problemas na ponte, sujeira e alagamento), atravessa a R. Florêncio da Silva, passando por trás da R. Jacinto de Lima Santos (muitos problemas com alagamentos por acúmulo de sujeira nessa parte do córrego), depois ele segue paralelo à Av. Pedra Preta, e continua no perímetro de outra Subprefeitura. Há muitos anos é solicitado pela população o tratamento devido a esse córrego, sem resposta da Prefeitura				
54.	Geral	Obrigar que indivíduos responsáveis pelos setores públicos da prefeitura estejam presentes na reunião. São ridículas suas ausências.	Comprometimento dos gestores públicos	Gestão	13 - Governo	Não
55.	253 Centro Histórico da Penha	Já solicitada área Rua Vera Cruz, 288 ao Governo Federal. Área tombada que precisa ser preservada.	Preservação de área	Gestão e monitoramento urbano	05 - Cultura	Sim
56.	244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco; 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer e Fora de perímetro	O Distrito de Cangaíba está sozinho, além do Córrego Tiquatira, ao lado da ermellino e ponte Rosa. O Cangaíba é 2 vezes maior que Artur Alvim, duas vezes a Ponte Rosa, maior que Penha e Vila Matilde, uma vez e meia Ermelino Matarazzo e não temos: Hospital, UPA 24horas, Ceu na área da Vila Engu Goulart, delegacia, CIA da PM, Bombeiro, Urbanização das Favelas (invasões e Assaltos). Além de sobrecarregar os vizinhos, a falta de equipamentos está gerando um problema social, que está gerando um	Ampliar oferta de equipamentos públicos de saúde, educação e de segurança urbana. Resolução de questão habitacional	Investimento	24 - Saúde	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
		problema de segurança pública.				
57.	244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco; 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer e Fora de perímetro	O Distrito de Cangaíba está sozinho, além do Córrego Tiquatira, ao lado da ermellino e ponte Rosa. O Cangaíba é 2 vezes maior que Artur Alvim, duas vezes a Ponte Rosa, maior que Penha e Vila Matilde, uma vez e meia Ermelino Matarazzo e não temos: Hospital, UPA 24horas, Ceu na área da Vila Engu Goulart, delegacia, CIA da PM, Bombeiro, Urbanização das Favelas (invasões e Assaltos). Além de sobrecarregar os vizinhos, a falta de equipamentos está gerando um problema social, que está gerando um problema de segurança pública.	Ampliar oferta de equipamentos públicos de saúde, educação e de segurança urbana. Resolução de questão habitacional	Investimento	09 - Educação	Sim
58.	244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco; 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer e Fora de perímetro	O Distrito de Cangaíba está sozinho, além do Córrego Tiquatira, ao lado da ermellino e ponte Rosa. O Cangaíba é 2 vezes maior que Artur Alvim, duas vezes a Ponte Rosa, maior que Penha e Vila Matilde, uma vez e meia Ermelino Matarazzo e não temos: Hospital, UPA 24horas, Ceu na área da Vila Engu Goulart, delegacia, CIA da PM, Bombeiro, Urbanização das Favelas (invasões e Assaltos). Além de sobrecarregar os vizinhos, a falta de equipamentos está gerando um problema social, que está gerando um problema de segurança pública.	Ampliar oferta de equipamentos públicos de saúde, educação e de segurança urbana. Resolução de questão habitacional	Investimento	25 - Segurança Urbana	Sim
59.	75 Jardim Piratininga e	Jardim Francisco e Piratininga: Urbanização e regularização de lotes	Resolução de questão	Investimento	14 - Habitação	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
	Jardim São Francisco		habitacional (urbanização e regularização)			
60.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Jardim Francisco e Piratininga: Educação e Lazer (população carente, vítima de tráfico de drogas)	Ampliar oferta de equipamentos de educação e lazer	Investimento	09 - Educação	Sim
61.	75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Jardim Francisco e Piratininga: Educação e Lazer (população carente, vítima de tráfico de drogas)	Ampliar oferta de equipamentos de educação e lazer	Investimento	10 - Esportes e Lazer	Sim
62.	251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral	Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: urbanização de favelas, regularização de lotes.	Resolução de questão habitacional (urbanização e regularização)	Investimento	14 - Habitação	Sim
63.	251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral	Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: recapeamento das vias e serviços de coleta de lixo.	Manutenção de asfalto nas vias (recapeamento) Coleta de lixo	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
64.	251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral	Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: UBS Trindade em local de difícil acesso- falta de mobilidade	Melhoria no sistema viário	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim
65.	251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral	Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: UBS Trindade em local de	Melhoria no sistema viário	Investimento	24 - Saúde	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçipe (ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP) ⁸	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração : consultoria)
		díficil acesso- falta de mobilidade				

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas

As propostas apresentadas para a Subprefeitura Penha são de competência de 11 secretarias municipais, conforme **Quadro 7**. Algumas propostas foram encaminhadas para a avaliação de mais de uma secretaria municipal.

Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.

Setorial municipal	Contagem de Propostas por Setorial municipal
05 - Cultura	01
06 - Desenvolvimento Econômico	01
08 - Direitos Humanos e Cidadania	02
09 - Educação	06
10 - Esportes e Lazer	01
13 - Governo	01
14 - Habitação	06
19 - Mobilidade e Transportes	10
24 - Saúde	04
25 - Segurança Urbana	02
26 - Subprefeituras	31

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

As propostas foram encaminhadas pela Secretaria de Governo Municipal aos setoriais competentes. A posição dos setoriais esteve orientada pelos seguintes itens (i) proposta; (ii) devolutiva; (iii) justificativa devolutiva. Nem todos os setoriais apresentaram suas devolutivas, ou a devolutiva para todas as propostas. As posições dos setoriais sobre as propostas foram sistematizadas e organizadas em acordo com os Perímetros de Ação pelos consultores UNESCO, demonstradas pelo **Quadro 8**.

Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais – Subprefeitura Penha.

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Readequação da calçada da Av Assis Ribeiro, início.	SMT	Demanda não concerne à Secretaria	
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Readequação da calçada da Av Assis Ribeiro, início.	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Esta demanda não está contemplada no Decreto Municipal nº 58.845, de 10 de julho de 2018, define as rotas emergenciais, deverá ser encaminhada à Subprefeitura Penha Trecho avenida Gabriela Mistral até Avenida Dr. Salomão Vasconcelos passeio deteriorado
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Jardim Francisco e Piratininga: Educação e Lazer (população carente, vítima de tráfico de drogas)	SME	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Aceitamos de indicação de terrenos para análise da possibilidade de implantação de equipamentos.
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Jardim Francisco e Piratininga: Educação e Lazer (população carente, vítima de tráfico de drogas)	SEME	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Jardim Francisco e Piratininga: Urbanização e regularização de lotes	SEHAB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	PDM 2017-2020 março: Consta nas metas "Jardim Piratininga" previsão 2020-06. 4190 famílias beneficiadas.

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco; 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer; 251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Ministral e Fora de perímetro	Recapeamento Av. Cangaíba	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Recapeamento R. João Gonçalves Ribeiro	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco e Fora perímetro	Recapeamento R. Miguel Sutil	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Recapeamento R. Jose Adorno	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Recapeamento R. Goita	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco	Recapeamento R. Miguel Garcia	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
146 Córrego Gamelinha e Guaiaúna	Implantação do residencial São Pedro Diferenciado II, localizado na avenida Waldemar Tiete com Rua Silvio Torres através do Novo Programa Pode Entrar	SEHAB	Demanda não inteligível ou genérica	Não identificamos a qual área se referem.

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
	Cohab-SP			
241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Canalização e/ou limpeza do córrego que passa na Av. Buenos Aires, no limite do perímetro 241, paralelo à Av. São Miguel. O córrego, até o limite com o perímetro de Ermelino, apresenta preocupação para a população local, e é uma região de enchentes e acúmulo de lixo, com forte cheiro de esgoto. Descrição do córrego: ele sai do Córrego Tiquatira, segue pela Av. Buenos Aires, depois paralelamente à R. Gentil Braga, corta a Rua Ouro Fino (problemas na ponte, sujeira e alagamento), atravessa a R. Florêncio da Silva, passando por trás da R. Jacinto de Lima Santos (muitos problemas com alagamentos por acúmulo de sujeira nessa parte do córrego), depois ele segue paralelo à Av. Pedra Preta, e continua no perímetro de outra Subprefeitura. Há muitos anos é solicitado pela população o tratamento devido a esse córrego, sem resposta da Prefeitura	SMSUB		
241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): implantação de CEU	SME	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	Em execução obra parcial emergencial de contenção das margens do córrego na Av. Buenos Aires
241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): urbanização	SEHAB	Demanda em estudo para o	Para região da Subprefeitura da Penha está previsto para o PPA 23018-2021, a implantação de um equipamento do tipo CEU - Artur Alvim com previsão de entrega em 06/2020. A implantação do CEU na Favela Caixa d'água poderá ser analisada no próximo PPA 2022-2025. Não consta neste departamento informações sobre as referidas ações. Será encaminhado

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
			Planejamento de 2021	para coordenadoria responsável para verificação da viabilidade da ação.
241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): sinalização da Av. Cangaíba que foi interrompida e continua na Av. Danfer	SMT	Demanda não inteligível ou genérica	Precisamos de maiores informações
241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): recapeamento de todo o entorno	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	Não é possível determinar o local a que se refere a solicitação.
241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Recapeamento R. Luiz Olivieri	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Recapeamento Av. Rubens Fraga de Toledo Arruda	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
241 Av. Cangaíba e Av. Danfer	Recapeamento R. Entre Rios	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco; 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer e Fora de perímetro	O Distrito de Cangaíba está sozinho, além do Córrego Tiquatira, ao lado da Ermelino e ponte Rosa. O Cangaíba é 2 vezes maior que Artur Alvim, duas vezes a Ponte Rosa, maior que Penha e Vila Matilde, uma vez e meia Ermelino Matarazzo e não temos: Hospital, UPA 24horas, Ceu na área da Vila Engu Goulart, delegacia, CIA da PM, Bombeiro, Urbanização das Favelas (invasões e Assaltos). Além de sobrecarregar os vizinhos, a falta de	SMS	Demanda não inteligível ou genérica	A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território.

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
	equipamentos está gerando um problema social, que está gerando um problema de segurança pública.			
244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco; 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer e Fora de perímetro	O Distrito de Cangaíba está sozinho, além do Córrego Tiquatira, ao lado da ermellino e ponte Rosa. O Cangaíba é 2 vezes maior que Artur Alvim, duas vezes a Ponte Rosa, maior que Penha e Vila Matilde, uma vez e meia Ermelino Matarazzo e não temos: Hospital, UPA 24horas, Ceu na área da Vila Engu Goulart, delegacia, CIA da PM, Bombeiro, Urbanização das Favelas (invasões e Assaltos). Além de sobrecarregar os vizinhos, a falta de equipamentos está gerando um problema social, que está gerando um problema de segurança pública.	SME	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Para região da Subprefeitura da Penha está previsto para o PPA 23018-2021, a implantação de um equipamento do tipo CEU - Arthur Alvim com previsão de entrega em 06/2020. A implantação do CEU na Vila Eng. Goulart poderá ser analisada no próximo PPA 2022-2025.
244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 75 Jardim Piratininga e Jardim São Francisco; 241 Av. Cangaíba e Av. Danfer e Fora de perímetro	O Distrito de Cangaíba está sozinho, além do Córrego Tiquatira, ao lado da ermellino e ponte Rosa. O Cangaíba é 2 vezes maior que Artur Alvim, duas vezes a Ponte Rosa, maior que Penha e Vila Matilde, uma vez e meia Ermelino Matarazzo e não temos: Hospital, UPA 24horas, Ceu na área da Vila Engu Goulart, delegacia, CIA da PM, Bombeiro, Urbanização das Favelas (invasões e Assaltos). Além de sobrecarregar os vizinhos, a falta de equipamentos está gerando um problema social, que está gerando um problema de segurança pública.	SMSU	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Considero não ser da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, a parte que concerne de implantações de hospitais, UPAS, CEU'S, Corpo de Bombeiros e urbanização de Comunidades, no entanto no planejamento 2020 estamos realizando o policiamento nos próprios municipais e nas ruas do bairro de forma a coibindo assim os crimes de oportunidade.
244 Córrego Tiquatira/Av.	Recapeamento R. Oldham	SMSUB	Demanda em estudo para o	Será feito verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
Governador Carvalho Pinto e Fora de perímetro			Planejamento de 2021	de 2021.
244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto e Fora de perímetro	Recapeamento R. Oxford	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto	Recapeamento R. Celestino Augusto Ribeiro	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 258 Av. Amador Bueno da Veiga e Fora de perímetro	Recapeamento R. Cel. Meireles	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
244 Córrego Tiquatira/Av. Governador Carvalho Pinto; 258 Av. Amador Bueno da Veiga e Fora de perímetro	Recapeamento R. S. Florêncio	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral	Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: UBS Trindade em local de difícil acesso- falta de mobilidade	SMS	Demanda não concerne à Secretaria	Demandas relacionadas a mobilidade urbana e transportes estão fora da competência da Secretaria Municipal de Saúde.
251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral	Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: recapeamento das vias e	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento	Será realizado estudo preliminares para verificar a possibilidade de inclusão da referida via na programação de recapeamento 2021

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
	serviços de coleta de lixo.		de 2021	
251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral	Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: urbanização de favelas, regularização de lotes.	SEHAB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Não consta neste departamento informações sobre as referidas ações. Será encaminhado para coordenadoria responsável para verificação da viabilidade da ação.
251 Território CEU Tiquatira/Av. Gabriela Mistral	Cessão da área municipal aonde está instalado o Mercado da Penha, antiga fábrica de gelo, fechada a 35 anos e que está vazia. Necessitamos da liberação da área para construção	SMSUB	Demanda não concerne à Secretaria	Competência Secretaria de Desenvolvimento Urbano
253 Centro Histórico da Penha	Já solicitada área Rua Vera Cruz, 288 ao Governo Federal. Área tombada que precisa ser preservada.	SMC	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	O DPH/CONPRESP realizaram através da Resolução 13/2018 a proteção do núcleo histórico da Penha, no qual o imóvel em questão está inserido e é listado como tombado. Se trata de área verde, com remanescentes de trilhos de antigo ramal ferroviário, hoje ocupada com vegetação, cujo estudo de tombamento recomenda a destinação do local à praça ou parque.
253 Centro Histórico da Penha	Mobilidade com relação a conectividade- muito isolado o CEU, difícil acesso por falta de transportes coletivos. Poderia colocar mais ônibus no entorno, pois o circular não supre as necessidades da população que faz uso do CEU.	SPTtrans - SPO/GNL		Entendemos se tratar do CEU Tiquatira atendido por transporte coletivo pelas linhas 211V-10 VI. Paranagua - Penha e/ou 3206-10 Metrô Penha - Conj. Chaparral que se utilizam da circulação viária existe no entorno do estabelecimento, tendo em vista a complexidade de acesso.
253 Centro Histórico da Penha	Mobilidade com relação a conectividade- muito isolado o CEU, difícil acesso por falta de transportes coletivos. Poderia colocar mais ônibus no entorno, pois o circular não supre as necessidades da população que	SME	Demanda não concerne à Secretaria	

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
	faz uso do CEU.			
258 Av. Amador Bueno da Veiga	Reforma da AMA Maurício Pate	SMS	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Consta no plano de ação da subprefeitura da Penha, a reforma da unidade Assistência Médica Ambulatorial (AMA) / Unidade Básica de Saúde (UBS) Integrada Jardim Nordeste. Ainda assim, a Secretaria Municipal de Saúde tem revisado fluxos e processos de atendimento em Unidades Básicas de Saúde, de modo a torná-lo mais eficaz e adequado. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades do território.
258 Av. Amador Bueno da Veiga	Requalificação de calçadas	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	A Lei nº 14.675 de 23 de janeiro de 2008, institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC) e o Decreto Municipal nº 58.845, de 10 de julho de 2018, define as rotas emergenciais
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Criar uma UBS no bairro, já que a mais próxima fica muito longe	SMS	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Atualmente, a subprefeitura da Penha conta com 21 Unidades Básicas de Saúde (UBS), que inclui cinco unidades integradas com Assistência Médica Ambulatorial (AMA), destas consta no plano de ação a reforma da AMA/UBS Integrada Jardim Nordeste. Também, vale salientar que a Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território.
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Equipamentos Sociais (principalmente para idosos)	SMDHC	Demanda não inteligível ou genérica	A Secretaria possui atualmente o Polo Cultural da Terceira Idade, localizado em território da sub Sé, prevê a sua qualificação, porém, não a abertura de novos equipamentos.
391 Córrego	Fiscalização das Feiras Livres,	SMDET	Demanda não	A proposta sugere ação da SMSUB

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
Franquinho/Av. Calim Eid	principalmente, quanto ao horário de funcionamento e limpeza		concerne à Secretaria	
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Fiscalização das Feiras Livres, principalmente, quanto ao horário de funcionamento e limpeza	SMSUB	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	O Decreto de feiras determina que a fiscalização seja feita pela Subprefeitura com o apoio do Departamento de Abastecimento e Agricultura.
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Transporte deficitário, especialmente na rua dos Continentes	SPTans - SPO/GNL		Informamos que a Rua dos Continentes é atendido por 09 linhas que operam diurnamente e 01 da Rede Noturno, as quais propiciam ligação aos principais polos de interesse da região, bem como, conexão sem ônus tarifário as demais linhas do sistema, estando dimensionadas conforme a demanda.
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Reforma das Vias	SMT	Demanda não concerne à Secretaria	
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Reforma das Vias	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	Não é possível determinar o local a que se refere a solicitação.
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Regularização fundiária do Conjunto Habitacional Cingapura Maraial, com a retificação do alinhamento da Lei 8.849/1978. Deverá haver a regularização das unidades habitacionais, com venda das mesmas pelos ocupantes, realizando o muramento do Conjunto e construção de lixeiras conforme legislação municipa.	SEHAB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Não consta neste departamento informações sobre as referidas ações. Será encaminhado para coordenadoria responsável para verificação da viabilidade da ação.
391 Córrego Franquinho/Av.	Regularização e adequação das calçadas	SMSUB	Demanda não inteligível ou	A Lei nº 14.675 de 23 de janeiro de 2008, institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC) e o

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
Calim Eid			genérica	Decreto Municipal nº 58.845, de 10 de julho de 2018, define as rotas emergenciais
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Reforma da praça Sta Quitéria (com poda, colocação de equipamentos de ginástica e reformas dos brinquedos já existentes)	SMSUB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Reforma da praça Santa Quitéria consta do planejamento de 2020 aguarda liberação de recursos
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Recapeamento das vias secundárias	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Demanda sendo necessário verificação preliminar de competência das Subprefeitura e planos de bairros
391 Córrego Franquinho/Av. Calim Eid	Ampliar a reforma e requalificação ao longo da Av. Calim Eid, em ambos os sentidos da Avenida, dentro do perímetro 391	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	Não está especificado o tipo de serviço necessário no local.
Toda Sub	Criação de mais ecopontos e conscientização da população sobre a importância da sua utilização, inclusive utilizando os CEUS e escolas municipais com as crianças e pais.	SME	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	A Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral participa da Virada Sustentável nos 46 Centros Educacionais Unificados, evento que chegou a sua nona edição em 2019 e reuniu mais de 600 atrações em 200 espaços diferentes da cidade de São Paulo. O evento promove a consciência sobre a sustentabilidade, incentivando à coleta seletiva, mostrando vídeos sobre o assunto, oficinas de culinária sustentável, de reciclagem de horta comunitária e palestras sobre o tema destinados a comunidade interna e externa dos CEUs no intuito da transformação social no território. Neste sentido, a COCEU segue buscando implementar projetos de conscientização.
Toda Sub	Criação de mais ecopontos e conscientização da população sobre a	SMSUB	Demanda já contemplada	A criação de novos Ecopontos está incorporada ao plano de metas do Governo e faz parte do

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
	importância da sua utilização, inclusive utilizando os CEUS e escolas municipais com as crianças e pais.		parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	planejamento de AMLURB desde o início da gestão. O problema é que faltam áreas públicas no município para implantação destes equipamentos. Sobre a utilização dos CEUs para implantação de Ecopontos, não é possível, já que o Ecoponto necessita de um espaço grande e que a movimentação de carros e municípios atrapalharia as atividades das escolas. O que se tem estudado e já está em fase de implantação é a instalação de PEVs para coleta seletiva dos recicláveis em Escolas e CEUs, atualmente já existe um piloto em execução que será ampliado.
Toda Sub	Ausência de qualquer ação visando educação e cultura que resulte em queda de criminalidade e melhoria da população, de sua qualidade de vida	SME	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	A Divisão de Cultura da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral, tem como atribuição formular e implementar programas e projetos de cidadania cultural e demais ações culturais realizadas nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) e nos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs), em parceria ou não com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Pontuamos que nesta parceria com SMC são desenvolvidos dois projetos como o Piá e Vocacional que promovem o acesso a cultura a partir de cursos de formação para crianças e adolescente. O Piá - Programa de Iniciação Artística, atende crianças e adolescentes de 5 a 14 anos, proporcionando convivência com as artes visuais, música, teatro, dança e literatura por meio da experiência e troca com os artistas educadores, que estimulam a ludicidade das atividades e o fazer artístico

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
				<p>promovendo a formação criativa e cidadã de crianças e adolescentes. O Vocacional é um programa de formação voltado para adolescentes maiores de 14 anos e estimula a atividade artística direcionadas as áreas da dança, música, teatro e demais linguagens, atendendo a demanda e vocação de cada território. Destacamos ainda, a parceria com Associação Santa Marcelina, no Programa Guri que acontece em 28 CEUs, que promove a educação musical e a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes. A COCEU promove também o programa de iniciação musical, que implica na contratação de instrutores de iniciação musical pra atuar nas Unidade Educacionais da Rede Municipal de Educação, que no ano de 2019, forma 99 Instrutores contratados, 164 Unidades Educacionais contempladas com 13.100 estudantes atendidos. Para 2020, a previsão é de expansão do projeto, com 222 Unidades Educacionais, sendo 219 de Ensino Fundamental e 03 da Educação Infantil, dessas 57 Unidades Educacionais contempladas com novos instrumentos musicais (decorrente de aquisição realizada por COCEU em 2019) e 140 Instrutores contratados. Assim, indicamos que a Secretaria de Educação desenvolve políticas públicas e as ações que contribuam para a diminuição da criminalidade, assim como da vulnerabilidade da população em geral, sendo os CEUs polos disseminadores da política pública que visa a melhoria da qualidade social, cultural e econômica da população, principalmente da</p>

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
				periférica.
Toda Sub	Utilização da Guarda Municipal para rondar ruas do bairro, principalmente, áreas que envolvam duas delegacias, onde não sentem o conhecimento de onde pertence aquela rua, normalmente esta rua não é policiada.	SMSU	Demanda não inteligível ou genérica	
Toda Sub	Detalhamento de um plano de ação social para maiores vulnerabilidades (execução, ação e cronograma)	SMDHC	Demanda não inteligível ou genérica	Verificar descomplica da penha e [...] por meio do Núcleo de Direitos Humanos a secretaria se articula com a rede local de serviços para incidir sobre as vulnerabilidades do território.
Geral	Obrigar que indivíduos responsáveis pelos setores públicos da prefeitura estejam presentes na reunião. São ridículas suas ausências.	SGM	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Para todas as audiências públicas de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, a Prefeitura de São Paulo garantiu a participação de ao menos três servidores públicos: um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, um representante da Secretaria de Governo Municipal e um da Subprefeitura correspondente. Em grande parte dos casos, entretanto, havia mais de uma pessoa da Subprefeitura e mais de uma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Assim sendo, informamos que havia técnicos presentes.
Geral	Maior comprometimento dos Secretários das Subprefeituras para tratamento do Plano de Ação. Sem presença dos secretários é a de um plano sem execução.	SMSUB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	O Secretário está representado pelos 32 Subprefeitos(as) que acompanham e as ações do Núcleo Regional de Planejamento para garantir a realização dos Planos de Ação, e têm autonomia para execução dos planejamentos em sua jurisdição.
Fora de perímetro e	Colocação de Faróis para Pedestres nas	SMT	Demanda	Pedido cadastrado no sistema CS da CET

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
outra subprefeitura	faixas: 1- Rua Dona Cecília Santana, em frente nº 520, com Dom Helder Câmara. 2- Av Dom Helder Camara (em frente ao Posto BR), com R- Jujui. "Locais Muito Perigosos", ou seja, muito trânsito.		acrescentada ao Planejamento de 2020	enviado para análise CS nº 96.25.00839/20-45
Fora de perímetro	Vila Silvia e Vila Cisper: urbanização e regularização de assentamentos	SEHAB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Consta nas metas "Vila Silvia - Quadra 10A" e "Vila Silvia - Quadra 20 Lote 01". Vila Cisper não consta nas metas.
Fora de perímetro	Abertura da Rua Fábio Carriel França, paralela com a Avenida Dom Helder Câmara, para ida e vinda de carros, pois parte desta rua está sendo usada como "PARTICULAR", por um bar Point 8, localizado na Rua Dona Cecília Santana, 520.	SMSUB	Demanda não concerne à Secretaria	Encaminhado para a Coordenadoria de Obras para estudo de projeto
Fora de perímetro	Abertura da Rua Fábio Carriel França, paralela com a Avenida Dom Helder Câmara, para ida e vinda de carros, pois parte desta rua está sendo usada como "PARTICULAR", por um bar Point 8, localizado na Rua Dona Cecília Santana, 520.	SMT	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	Pedido cadastrado no sistema CS da CET enviado para análise CS nº 96.25.00840/20-24
Fora de perímetro	Vila Silvia e Vila Cisper: recapeamento de vias	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.
Fora de perímetro	Recapeamento R. Londrina	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento	Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
			de 2021	

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. SGM. Informações atualizadas pela SGM em 17.08.2020. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública

Este item trata dos Perímetros de Ação priorizados, com vistas à elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura. Os Perímetros de Ação priorizados, a partir do atendimento as principais diretrizes estabelecidas no Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura Penha,⁹ são:

1. PERÍMETRO ID 137 | AVENIDA ARICANDUVA;
2. PERÍMETRO ID 146 | CÓRREGOS GAMELINHA E GUAIAÚNA;
3. PERÍMETRO ID 391 | CÓRREGO FRANQUINHO/ AV. CALIM EID;
4. PERÍMETRO ID 241 | AV. CANGAÍBA E AV. DANFER;
5. PERÍMETRO ID 251 | TERRITÓRIO CEU TIQUATIRA / AV GABRIELA MISTRAL;
6. PERÍMETRO ID 253 | CENTRO HISTÓRICO DA PENHA

A avaliação de propostas para o **Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021**, a partir das propostas apresentadas pela sociedade civil, se desenvolve em torno dos seguintes elementos:

- (i) Quando possível, e em acordo com os insumos fornecidos pelas secretarias municipais, tratar da viabilidade técnica e financeira das contribuições de sociedade civil;
- (ii) Justificativas e recomendações a respeito das propostas da sociedade consideradas inviáveis ou pouco aderentes ao Plano de Ação da Subprefeitura;
- (iii) Relação entre propostas da sociedade civil, diretrizes apresentadas por PRS e Programa de Metas 2019-2020;
- (iv) Inserção de propostas no Plano de Ação da Subprefeitura;
- (v) Recomendações para o próximo ciclo de planejamento, quando pertinente.

A análise das propostas foi organizada por Perímetro de Ação prioritários, conforme apresentada a seguir.

⁹ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras disponíveis em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>. Portal eletrônico consultado em abril de 2020.

1 - PERÍMETRO ID 137 | AVENIDA ARICANDUVA

Esse Perímetro de Ação ultrapassa o limite administrativo da Subprefeitura Penha, abrangendo partes das Subprefeituras Aricanduva, Mooca, Itaquera, São Mateus. As diretrizes para esse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional são:

- solucionar a demanda por equipamentos, especialmente a expansão de UBSs;
- promover soluções habitacionais no mesmo perímetro para famílias em situações precárias de moradia segundo as diretrizes do PMH (Plano Municipal de Habitação);
- aumentar a permeabilidade do solo na várzea do (Rio Aricanduva), de modo a adequar a capacidade do sistema de macrodrenagem;
- viabilizar obras de controle de inundações e enchentes na Bacia do Rio Aricanduva, como o PAC-Aricanduva/ PRA 2 (Programa de Redução de Alagamento). Especialmente nos cruzamentos da Avenida Aricanduva com Avenida Itaquera e com a Avenida Afonso de Sampaio e Souza, entre outros;
- Na Avenida Mazaroppi foi apontada necessidade de manutenção de córrego e de via;
- prover saneamento ambiental, tratamento de esgoto, bueiros com dreno para evitar lixos no rio;
- promover melhorias de calçadas para a acessibilidade universal e a segurança dos pedestres;
- melhorar o desempenho do transporte público da Avenida Aricanduva e garantir a conexão entre modais (ônibus, metrô) e demais equipamentos, visando a diminuição do trânsito na Avenida. Há propostas de corredores de ônibus nas avenidas Aricanduva e Itaquera;
- compatibilizar a proposta de corredores de ônibus nas avenidas Aricanduva e Itaquera com as áreas verdes existentes na região;
- viabilizar a implantação de travessias e transposições ao longo da Avenida Aricanduva, especialmente no cruzamento entre a Avenida Aricanduva com: Avenida Itaquera, Avenida Governador Adhemar Pereira de Barros e Avenida Odilon Pires;
- melhorar o acesso viário e de pedestre e promover qualificação urbana no entorno do Terminal Aricanduva (próximo à Radial Leste) e nos arredores Shopping e CEU Aricanduva, (Subprefeitura de Itaquera). Facilitar o acesso pela Avenida Aricanduva à Sede da Subprefeitura de Itaquera;

- garantir iluminação pública (principalmente no trecho da Avenida Rio das Pedras entre a Avenida Mazzaropi e Rua Dr. Mariano Cursino de Moura) e arborização nas vias.

E as ações previstas **no Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Regularização de 1834 unidades – Miguel Russiano – SEHAB (meta Subprefeitura **Penha**)

Regularização da comunidade Dois de maio – SEHAB (meta subprefeitura **Penha**)

Revitalização do CEE Vicente Ítalo Feola – SEME (meta Subprefeitura Aricanduva)

Inspeção de Ponte Aricanduva e do Viaduto Eng. Alberto Badra - SIURB (meta Subprefeituras Penha e Mooca)

Corredor de ônibus Aricanduva – SIURB (passa pelas Subprefeituras **Penha**, Aricanduva, São Mateus e Itaquera)

Readequação de extravasores - Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 2) – SIURB (meta Subprefeituras São Mateus e Itaquera)

Obra do corredor de ônibus Itaquera I – SIURB (passa pelas Subprefeituras Aricanduva e Mooca)

Obra do corredor de ônibus Radial Leste trecho 1 - SIURB (passa pelas Subprefeituras Mooca e Aricanduva)

Projeto executivo Corredor Radial Leste - Trecho 2 – SIURB (passa pelas Subprefeituras **Penha**, Itaquera e Guaianases)

Programa de Redução de Alagamentos - PRA lote 5 Rua Armando Cardoso Alves (Clube Desportivo da Penha) – microdrenagem – SIURB (meta Subprefeitura **Penha**)

Reservatório 7 Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 1) – SIURB (meta Subprefeitura Aricanduva)

Alteamento da Ponte Manilha Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 1) – SIURB (meta Subprefeituras Aricanduva e **Penha**)

Reservatório 6 Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 1) – SIURB (meta Subprefeitura Aricanduva)

Reservatório 8 Obras de macrodrenagem na Bacia do Ribeirão Aricanduva (Lote 1) - SIURB (meta Subprefeitura Aricanduva)

Programa de Redução de Alagamentos - PRA lote 5 Rua Formoselha – microdrenagem – SIURB (meta Subprefeitura Aricanduva)

Biblioteca Lenyra Fraccarolli – SMC (meta Subprefeitura Aricanduva)

Wifi gratuito – SMIT

Requalificação das praças de atendimento – Descomplica – SMIT (meta Subprefeitura São Mateus)

Reforma UBS Vila Nova Manchester – SMS (meta Subprefeitura Aricanduva)

Reforma AMA/UBS Vila Itapema – SMS (meta Subprefeitura Itaquera)

Obra emergencial de contenção de margem córrego Tapera – SMSUB (meta Subprefeitura Aricanduva)

Requalificação de calçadas - adequação e adaptação de calçada – SMSUB (meta Subprefeituras Aricanduva, Penha)

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – SMT Ragueb Chohfi (meta Subprefeitura São Mateus)

Requalificação de ciclovias e ciclofaixas Arraias do Araguaia SMT (meta Subprefeituras Aricanduva e São Mateus)

Requalificação de ciclovias e ciclofaixas Parque São Lourenço - SMT (meta Subprefeitura São Mateus)

Requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus na Av. Celso Garcia - elaboração de projetos – SPtrans (meta Subprefeitura Mooca)

Requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus na Av. Celso Garcia – execução de obras – SPtrans (meta Subprefeitura Mooca)

Implantação do Parque Nair Belo - SVMA (meta Subprefeitura Itaquera)

Não houve proposta na audiência pública para esse Perímetro de Ação, mas pode ser pelo fato das diretrizes estabelecidas no Plano Regional ainda não terem sido implementadas e ainda serem válidas, principalmente aquelas relacionadas à drenagem urbana (macrodrenagem e microdrenagem), ao esgotamento e tratamento de esgoto, a mobilidade urbana e a solução habitacional para população em situação de vulnerabilidade social. Pode ser também pela abrangência das metas 2019-2020, conforme descritas anteriormente, mas que não atendem totalmente essas diretrizes, as quais devem ser reforçadas e desenvolvidas prioritariamente no Plano de Ação 2020.

2 - PERÍMETRO ID 146 | CÓRREGOS GAMELINHA E GUAIAÚNA

As diretrizes, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Compatibilizar o atendimento habitacional e os instrumentos de regularização fundiária para família em situação precária de moradia de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH;

- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Centro Educacional Infantil (CEI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Referência a Saúde do Idoso (URSI), creches e Centro Cultural;
- Requalificar os equipamentos esportivos da região, em especial, o CEL José de Anchieta e o CDC Vila Matilde;
- Requalificar a Biblioteca Pública Jovina Rocha Álvares Pessoa, tornando-a acessível;
- Requalificar e construir o Hospital Alexandre Zaio;
- Fortalecer e qualificar a centralidade existente no entorno da Rua Waldemar Tietz, da Rua Pereira Vergueiro e da Avenida Prof. Edgard Santos, promovendo ações indutoras do desenvolvimento econômico local por meio de qualificação dos espaços públicos da região;
- Qualificar e viabilizar a implantação de calçadas, vias de pedestres, passarelas e sinalização específica, tendo em vista a acessibilidade universal, em especial, entre a Avenida Professor Edgard dos Santos e a Avenida Waldemar Tietz;
- Implantar o território CEU Padre Anchieta-Gamelinha, projeto que visa qualificar os acessos entre equipamentos públicos, praças e percursos existentes e futuros;
- Qualificar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e integração entre modais (ônibus, bicicleta, pedestre) e demais equipamentos;
- Implantar uma ciclovia entre a Avenida Professor Edgard dos Santos e a Avenida Waldemar Tietz, criando alternativas de mobilidade na região;
- Promover melhoramentos viários na Avenida Itaquera;
- Qualificar os abrigos dos pontos de ônibus;
- Qualificar a arborização e promover melhorias quantitativas e qualitativas nas praças, em especial, na Praça dos Aposentados (Rua São Vitório); na Praça dos Esportes (Rua Silva Lisboa); na Praça Dr. Pedro Conde e na Praça Leonardo de Barros Carvalho;
- Qualificar a iluminação pública de toda a região;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo- PGIRS;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, em especial, na Rua Saturnino de Souza;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial: na Rua Nelson Madureira, na conexão da Rua Gabriel de Campos com a Avenida Waldemar Tietz e na Avenida Itaquera, na altura da Rua Maiaca;

- Promover a qualificação urbana e ambiental dos Córregos Gamelinha e Guaiaúna, preservando suas nascentes;
- Implantar nos córregos Gamelinha e Guaiaúna um parque linear para proteção das áreas de borda, qualificar a drenagem e criar áreas de lazer e permanência, promovendo igualmente a integração das áreas verdes existentes com maior manutenção e instalação de equipamentos de lazer e esporte;
- Prever maior número de transposições sobre os córregos para promover maior acessibilidade e qualificar as conexões com a rede de transporte público;
- Qualificar a conectividade dos bairros com o restante do território, implantando travessias e transposições para pedestres sobre a Linha 11-Coral de trem da CPTM.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Regularização/ 228 unidades – Esperantinópolis - SEHAB

Revitalização do CEL Padre José de Anchieta - SEME

Obra Corredor Itaquera II- SIURB (meta subprefeitura Itaquera)

CEU Jose de Anchieta (Território) -novo equipamento - SIURB

Corredor Itaquera I – SIURB (meta subprefeitura **Penha** e Itaquera)

Corredor Radial Leste - Trecho 3 – SIURB (meta subprefeitura **Penha** e Itaquera)

Wifi gratuito – SMIT

Reforma de instalações HM Dr Alexandra Zaio - SMS

Reforma AMA/UBS Padre Manoel da Nóbrega - SMS

Reforma Cecco Padre Manoel da Nóbrega - SMS

Reforma UBS Antônio Pires Pereira Vila Lobo - SMS

Reforma UBS Padre José de Anchieta - SMS

Readequação de passeio público – SMSUB

Requalificação de calçadas – SMSUB

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas - Av. Waldemar Tietz e Maria Luiza

Americano – SMT

Requalificação de ciclovias e ciclofaixas – Gamelinha - SMT

Durante a audiência pública foi apresentada apenas uma proposta para esse Perímetro de Ação:

- Implantação do residencial São Pedro Diferenciado II, localizado na avenida Waldemar Tiete com Rua Silvio Torres através do Novo Programa Pode Entrar Cohab-SP. (sic)

É uma demanda pertinente de ser incluída no Plano de Ação da Subprefeitura. Porém a resposta da SEHAB para essa demanda foi a seguinte: *“Não identificamos a qual área se referem”*.

Apesar de apenas um registro na audiência pública para esse Perímetro de Ação, que é prioritário, as diretrizes estabelecidas no Plano Regional ainda são válidas, foram apresentadas para a sociedade e carecem de serem implementadas para a efetividade do perímetro, principalmente as diretrizes referentes ao atendimento habitacional, regularização fundiária para as famílias em situação precária de moradia, ao equacionamento do saneamento básico em especial coleta e tratamento de esgoto e da drenagem urbana. **As metas 2019-2020** estão aquém de atender essas diretrizes e que são passíveis de serem discutidas e desenvolvidas no Plano de Ação 2020. Em relação a carência de coleta e tratamento de esgoto, que compromete a qualidade ambiental dos Córregos Gamelinhas e Guaiauna, é necessária uma análise e discussão de prioridades de investimentos com a SABESP sob a ótica do “Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no Município de São Paulo” decorrente do contrato de concessão estabelecido entre o Governo municipal e Estadual de 2010, vinculado ao Plano Municipal de Saneamento Básico-PMBS (https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/PMBS_Caderno_Completo_-final-para-impressa%CC%83o.pdf).

3 - PERÍMETRO ID 391 | CÓRREGO FRANQUINHO/ AV. CALIM EID

As diretrizes desse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Viabilizar os instrumentos de regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Centro Educacional Infantil (CEI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), creches, Centro Cultural e Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos (CEDESP) e Centro para Crianças e Adolescentes (CCA);
- Requalificar os equipamentos esportivos da região, em especial, o CDC São Luiz II;

- Qualificar e viabilizar a implantação de calçadas, vias de pedestres, passarelas e sinalização específica tendo em vista a acessibilidade universal, em especial: na Rua Esperantina, na Avenida Águia de Haia, na Rua Regina Rosa Gonçalves, na Rua Sonho Gaúcho, na Avenida Calim Eid, na Rua Marques de Laplace e na Rua Piraquara;
- Fortalecer e qualificar as centralidades existentes, promovendo ações indutoras do desenvolvimento econômico local por meio de qualificação dos espaços públicos da região;
- Qualificar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e integração entre modais (trem, ônibus, metrô, bicicleta, pedestre) e demais equipamentos;
- Promover melhoramentos e complementação do viário entre a Rua Itinguçu e a Rua José Giordano, assim como na Avenida Águia de Haia;
- Viabilizar a implantação do corredor de ônibus, proposto pelo Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/14), na Avenida Calim Eid;
- Qualificar a conectividade dos bairros com o restante do território, implantando travessias e transposições para veículos e pedestres sobre a Linha 11-Coral de trem da CPTM, por exemplo, na área de conexão entre a Avenida Luiz Ayres, a Rua Independência e a Rua Itinguçu;
- Destinar espaços regularizados para o comércio ambulante no entorno da Estação de Metrô Artur Alvim- Linha 3 Vermelha;
- Promover melhorias quantitativas e qualitativas nas praças, em especial, na Praça Padre Rossetti e na Praça Santa Quitéria (Rua Piraquara);
- Qualificar a arborização de toda a região;
- Qualificar a iluminação pública em toda a região, em especial, no entorno da Estação de Metrô Artur Alvim- Linha 3 Vermelha;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo- PGIRS;
- Implantar o Ecoponto Córrego Franquinho;
- Promover a qualificação urbana e ambiental dos Córregos Ponte Rasa e Franquinho, assim como de suas nascentes;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial: no entorno da Estação Artur Alvim; na conexão entre a Rua Agreste de Itabaiana e a Rua Nicolau Jacinto e na Avenida Calim Eid, na altura da Rua Igaroi ;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental, em especial, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;

- Viabilizar a implantação de um Parque nas nascentes do Córrego Ponte Rasa, grafada como ZEPAM pelo Zoneamento- Lei nº 16.402/16;
- Promover a implantação de áreas verdes ao longo da Avenida Calim Eid, eixo do Córrego Franquinho e da Avenida Dom Elder Câmara;
- Implantar e requalificar as áreas verdes ao longo dos Córregos Franquinho e Ponte Rasa, estudando a viabilidade de expandir o Parque Tiquatira em direção do eixo destes dois corpos d'água, melhorando a drenagem da região.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são

Regularização Brook Tailor – 38 unidades - SEHAB

Corredor Radial Leste trechos 2 e 3 - SIURB

Readequação de passeio público – SMSUB

Reforma de UBS Antônio Estevão de Carvalho – SMS

Reforma de AMA/UBS integrada J Nordeste - SMS

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Av Águia de Haia - SMT

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Av Waldemar Tietz- SMT

Requalificação de ciclovias e ciclofaixas Av. Calim Eid -trecho I e II e Jose Pinheiro Borges - Trecho 2 - SMT

Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SPtrans

As propostas apresentadas pela sociedade para o Perímetro de Ação são:

- Criar uma UBS no bairro, já que a mais próxima fica muito longe. (sic)

Demanda pertinente de ser incluída no Plano de Ação com recomendações para 2021. A resposta da Secretaria Municipal da Saúde foi a seguinte: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Atualmente, a subprefeitura da Penha conta com 21 Unidades Básicas de Saúde (UBS), que inclui cinco unidades integradas com Assistência Médica Ambulatorial (AMA), destas consta no plano de ação a reforma da AMA/UBS Integrada Jardim Nordeste. Também, vale salientar que a Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território”.*

- Equipamentos Sociais (principalmente para idosos). (sic)

É uma demanda aderente ao Plano de Ação, no entanto, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, julgou que a demanda estava genérica e respondeu o seguinte: *A “Secretaria possui atualmente o Polo Cultural da Terceira Idade, localizado em território da sub Sé, prevê a sua qualificação, porém, não a abertura de novos equipamentos”.*

- Fiscalização das Feiras Livres, principalmente, quanto ao horário de funcionamento e limpeza. (sic)

O assunto fiscalização **não é pertinente de Plano de Ação** e sim ao trabalho rotineiro das Subprefeituras. Resposta de SMSUB foi a seguinte: *“Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020. O Decreto de feiras determina que a fiscalização seja feita pela Subprefeitura com o apoio do Departamento de Abastecimento e Agricultura”.*

- Transporte deficitário, especialmente na rua dos Continentes.

Demanda pertinente de ser discutida no Plano de Ação, no entanto, a resposta da SPtrans foi a seguinte: *“Informamos que a Rua dos Continentes é atendido por 09 linhas que operam diurnamente e 01 da Rede Noturno, as quais propiciam ligação aos principais polos de interesse da região, bem como, conexão sem ônus tarifário as demais linhas do sistema, estando dimensionadas conforme a demanda”.*

- Reforma das Vias. (sic)

Essa demanda **não necessita aguardar o desenvolvimento do Plano de Ação** e sim de zeladoria/manutenção habitual por parte da Subprefeitura, porém SMSUB respondeu que é necessário especificar quais são as vias demandadas.

- Regularização fundiária do Conjunto Habitacional Cingapura Maraial, com a retificação dos alinhamentos da Lei 8.849/1978. Deverá haver a regularização das unidades habitacionais, com venda das mesmas pelos ocupantes, realizando o muramento do Conjunto e construção de lixeiras conforme legislação municipal. (sic)

Essa demanda é pertinente de ser discutida no Plano de Ação. A SEHAB respondeu que essa *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Não consta neste departamento informações sobre as referidas ações. Será encaminhado para coordenadoria responsável para verificação da viabilidade da ação”.*

- Regularização e adequação das calçadas. (sic)

Demanda pertinente para ser desenvolvida no Plano de Ação. A resposta da SMSUB foi a seguinte: *"A Lei nº 14.675 de 23 de janeiro de 2008, institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC) e o Decreto Municipal nº 58.845, de 10 de julho de 2018, define as rotas emergenciais"*.

Não há metas 2019/2020 para esse quesito nesse Perímetro de Ação, mas segundo a Lei de 14.675/2008 que institui o Plano Emergencial de Calçadas – PEC e Decreto 58.845/ 2019 é possível a inserção de novas vias para regularizações e adequações.

- Reforma da praça Sta Quitéria (com poda, colocação de equipamentos de ginástica e reformas dos brinquedos já existentes). (sic)

Demanda pertinente para o Plano de Ação. Resposta da SMSUB: *"Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Reforma da praça Santa Quitéria consta do planejamento de 2020 aguarda liberação de recursos"*.

- Recapeamento das vias secundárias. (sic)

Essa demanda não necessita aguardar o desenvolvimento do Plano de Ação e sim de zeladoria/manutenção habitual por parte da Subprefeitura. A resposta da SMSUB foi a seguinte: *"Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Demanda sendo necessário verificação preliminar de competência das Subprefeituras e planos de bairros"*.

- Ampliar a reforma e requalificação ao longo da Av. Calim Eid, em ambos os sentidos da Avenida, dentro do perímetro 391. (sic)

Demanda adequada para o Plano de Ação. Consta no PDE 2014 que na Avenida Calim Eid tem previsão de corredor de ônibus (era para 2016) o que poderá ter uma adequação dessa via.

As demandas registradas durante a audiência pública e que são pertinentes de serem discutidas no âmbito do Plano de Ação, reforçam as principais diretrizes para efetivação do Perímetro no sentido de requalificação e fortalecimento das centralidades por meio de implantação de calçadas, vias de pedestres, passarelas, sinalização específica e melhoramento dos espaços públicos da região, bem como, melhorar a acessibilidade e mobilidade local.

Destaca-se também a necessidade de implementar as diretrizes de atendimento habitacional, regularização fundiária para as famílias em situação precária de moradia, equacionamento do saneamento básico em especial coleta e tratamento de esgoto e da drenagem urbana. As **metas 2019-2020** estão aquém de atender essas diretrizes e são passíveis de serem discutidas e desenvolvidas no Plano de Ação.

Cabe aqui o mesmo destaque, já descrito anteriormente, em relação à ausência de coleta e tratamento de esgoto, comprometendo a qualidade ambiental do Córrego Franquinho, sendo necessária uma análise e discussão de prioridades de investimentos em conjunto com a SABESP sob a ótica do Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 para o Município de São Paulo decorrente do contrato de concessão estabelecido entre o Governo municipal e Estadual de 2010.

Quanto à requalificação e adaptação de calçadas é importante fazer uma gestão junto à SMPED no sentido de discutir e alinhar e incluir como prioridade no Plano Emergencial da Calçadas – lei 14.675/2008 e Decreto 58.845/ 2019.

4 - PERÍMETRO ID 241 | AV. CANGAÍBA E AV. DANFER

As diretrizes desse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Compatibilizar o atendimento habitacional para família em situação precária de moradia de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH;
- Viabilizar os instrumentos de regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH, em especial, nas comunidades: Arizona, Entre Rios II, Luís Olivieri, Libanesa e o loteamento Jardim Danfer e o Loteamento Conjunto Habitacional Cangaíba;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Centro Educacional Infantil (CEI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro para Criança e Adolescente (CCA), Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM), Assistência Técnica Ambulatorial (AMA), Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), creches e Centro Cultural;
- Atender a demanda por serviços públicos de abastecimento por meio da implantação de feira-livre na centralidade consolidada da região;
- Qualificar e implantar calçadas, vias de pedestres e sinalização específica tendo em vista a acessibilidade universal, em especial: na Avenida Cangaíba; Avenida Danfer; Rua Olavo Egídio de Souza Aranha; Rua Pastoral de Itapetinga; Rua José do Campestre e na Rua Luís Imparato;

- Implantar, no entorno do CEU Quinta do Sol, um projeto de Território CEU, que visa qualificar os acessos entre equipamentos públicos, praças e percursos existentes e futuros;
- Qualificar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e integração entre modais (trem, ônibus, bicicleta, pedestre) e demais equipamentos;
- Viabilizar a implantação dos corredores de ônibus, propostos pelo Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/14), na Avenida Governador Carvalho Pinto e na Avenida Dr. Assis Ribeiro;
- Qualificar os acessos e conexões para pedestres entre a Avenida Cangaíba e o Parque Tiquatira, em especial, na Rua Vinte e Quatro de Fevereiro;
- Qualificar a arborização e promover melhorias quantitativas e qualitativas nas praças da região;
- Qualificar os abrigos dos pontos de ônibus;
- Qualificar a iluminação pública em toda a região;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo- PGIRS;
- Promover a qualificação urbana e ambiental do Córrego Ponte Rasa e de suas nascentes;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial na Rua Jorge Pimenta e na Rua Silveira;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental, em especial, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- Fortalecer e qualificar a centralidade existente no entorno da Estação de Trem Engenheiro Goulart, promovendo ações indutoras do desenvolvimento econômico local por meio da qualificação dos espaços públicos da região.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Regularização fundiária - 136 unidades Jd sem denom. – SEHAB

Regularização fundiária 110 unidades Jd Arizona – SEHAB

Regularização fundiária - 312 unidades Jd Danfer – SEHAB

Wifi gratuito - SMIT

Reforma AMA/UBS Cangaíba Carlos Gentile de Mello - SMS

Requalificação de calçadas – SMSUB

Readequação de passeio público – SMSUB

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Avenida Assis Ribeiro –SMT
Requalificação de novas ciclovias e ciclofaixas Av. Carvalho Pinto Trecho I- SMT

As propostas apresentadas pela sociedade para o Perímetro de Ação são:

- Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): urbanização. (sic)

Essa **demanda é pertinente de ser incluída no Plano de Ação e a resposta da SEHAB foi:** *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Não consta neste departamento informações sobre as referidas ações. Será encaminhado para coordenadoria responsável para verificação da viabilidade da ação”.*

- Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): implantação de CEU. (sic)

Demanda pertinente de ser incluída no Plano de Ação e a resposta da Secretaria Municipal da Educação foi: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Para região da Subprefeitura da Penha está previsto para o PPA 2018-2021, a implantação de um equipamento do tipo CEU - Artur Alvim com previsão de entrega em 06/2020. A implantação do CEU na Favela Caixa d'água poderá ser analisada no próximo PPA 2022-2025”.*

- Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): recapeamento de todo o entorno. (sic)

Essa demanda é tratada no âmbito da **zeladoria/manutenção** das atividades da subprefeitura, não necessita aguardar o Plano de Ação. Porém não houve resposta da SMSUB, até o fechamento deste relatório.

- Favela da Caixa D'Água (Av. Cangaíba/Danfer): sinalização da Av. Cangaíba que foi interrompida e continua na Av. Danfer. (sic)

Demanda pertinente de ser incluída no Plano de Ação, mas que SMT respondeu:

Demanda não inteligível ou genérica. Precisamos de maiores informações”.

- Todos os acessos do Cangaíba: implantação de sinalização de orientação "Cangaíba" na Ayrton Senna, Ponte Nordestinos, R. Dr. Assis Ribeiro, Av. Gabriela Mistral, Av. Gov. Carvalho Pinto, Av. São Miguel. (sic)

Demanda pertinente de Plano de Ação e a resposta da **SMT** foi: *“Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020. Pedido cadastrado no sistema CS da CET enviado para análise CS nº 96.25.00849/20-07”.*

- Recapeamento Av. Cangaíba; Recapeamento R. Luiz Olivieri; Recapeamento Av. Rubens Fraga de Toledo Arruda; Recapeamento R. Entre Rios Recapeamento R. Cel. Meireles; Recapeamento R. S. Florêncio; Recapeamento R. Oldham; Recapeamento R. Oxford; Recapeamento R. Celestino Augusto Ribeiro. (sic)

Trata-se de manutenção do asfalto das vias e atividade habitual da Subprefeitura e **considera-se que não há necessidade de aguardar o desenvolvimento de Plano de Ação para ser realizada.** A resposta de SMSUB para o recapeamento dessas vias foi a seguinte: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021.*

- Canalização e/ou limpeza do córrego que passa na Av. Buenos Aires, no limite do perímetro 241, paralelo à Av. São Miguel. O córrego, até o limite com o perímetro de Ermelino, apresenta preocupação para a população local, e é uma região de enchentes e acúmulo de lixo, com forte cheiro de esgoto. Descrição do córrego: ele sai do Córrego Tiquatira, segue pela Av. Buenos Aires, depois paralelamente à R. Gentil Braga, corta a Rua Ouro Fino (problemas na ponte, sujeira e alagamento), atravessa a R. Florêncio da Silva, passando por trás da R. Jacinto de Lima Santos (muitos problemas com alagamentos por acúmulo de sujeira nessa parte do córrego), depois ele segue paralelo à Av. Pedra Preta, e continua no perímetro de outra Subprefeitura. Há muitos anos é solicitado pela população o tratamento devido a esse córrego, sem resposta da Prefeitura. (sic)

Trata-se de investimento em infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto e de drenagem urbana. **Demanda pertinente para o Plano de Ação.** Resposta de SMSUB: *Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020. Em execução obra parcial emergencial de contenção das margens do córrego na Av. Buenos Aires*

- O Distrito de Cangaíba está sozinho, além do Córrego Tiquatira, ao lado da ermellino e ponte Rosa. O Cangaíba é 2 vezes maior que Artur Alvim, duas

vezes a Ponte Rosa, maior que Penha e Vila Matilde, uma vez e meia Ermelino Matarazzo e não temos: Hospital, UPA 24horas, Ceu na área da Vila Engu Goulart, delegacia, CIA da PM, Bombeiro, Urbanização das Favelas (invasões e Assaltos). Além de sobrecarregar os vizinhos, a falta de equipamentos está gerando um problema social, que está gerando um problema de segurança pública. (sic)

Trata-se de demanda que necessita de investimento para ampliar a oferta de equipamentos públicos de saúde, educação e de segurança urbana e de solução habitacional para a população em situação de vulnerabilidade. **Demanda pertinente para o Plano de Ação.** As respostas dos órgãos setoriais para essas demandas foram as seguintes:

Resposta da SMS: *“Demanda não inteligível ou genérica. A Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde do município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades de cada território”.*

Resposta da SMSU: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Considero não ser da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, a parte que concerne de implantações de hospitais, UPAS, CEU’S, Corpo de Bombeiros e urbanização de Comunidades, no entanto no planejamento 2020 estamos realizando o policiamento nos próprios municipais e nas ruas do bairro de forma a coibindo assim os crimes de oportunidade”.*

Resposta SME: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Para região da Subprefeitura da Penha está previsto para o PPA 2018-2021, a implantação de um equipamento do tipo CEU - Arthur Alvim com previsão de entrega em 06/2020. A implantação do CEU na Vila Eng. Goulart poderá ser analisada no próximo PPA 2022-2025”.*

A efetividade desse Perímetro de Ação cujo foco é qualificação da centralidade pauta-se na implementação das principais diretrizes, já estabelecidas no Plano Regional, e reforçadas pelos registros, ora expostos, pela sociedade durante a audiência pública, tais como: solução habitacional para população em situação de vulnerabilidade; coleta, tratamento de esgoto e drenagem urbana e oferta de equipamentos sociais. E **as metas 2019/2020** são insuficientes para tais realizações.

Em relação a expansão da rede de esgoto e tratamento, sem os quais há comprometimento da qualidade ambiental dos córregos, precisa ser realizado alinhamento de prioridades de investimentos em conjunto com a SABESP, sob a ótica do Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 para o Município de São Paulo e

respectivas revisões, decorrente do contrato de concessão estabelecido entre o Governo municipal e Estadual no ano de 2010.

5 - PERÍMETRO ID 251 | TERRITÓRIO CEU TIQUATIRA / AV GABRIELA MISTRAL

As diretrizes de Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Compatibilizar o atendimento habitacional para família em situação precária de moradia de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação- PMH;
- Promover diálogo com CDHU para viabilizar a qualificação urbana e arquitetônica dos conjuntos habitacionais em situação de precariedade e irregularidade;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Centro para Crianças e Adolescentes (CCA); Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro Educacional Infantil (CEI) e Unidade Básica de Saúde (UBS);
- Requalificar os equipamentos esportivos e de lazer da região, em especial, o CEE Luiz Martinez- Tiquatira;
- Implantar, no CEU Tiquatira, um projeto de Território CEU, que visa qualificar os acessos entre equipamentos públicos, praças e percursos existentes e futuros;
- Qualificar a iluminação pública em toda a região;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão dos resíduos sólidos do município de São Paulo- PGIRS;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental, em especial, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário e abastecimento de água;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial: na Avenida Airton Pretini, na Rua Armando Cardoso Alves (Clube Esportivo) e na Rua Elisabeth de Robiano;
- Promover a qualificação urbana e ambiental do Córrego Tiquatira;
- Qualificar a arborização e promover melhorias quantitativas e qualitativas nas praças;
- Qualificar as calçadas, as vias de pedestre, as transposições e sua sinalização específica tendo em vista a acessibilidade universal, principalmente sobre a Linha 12- Safira de trem da CPTM;
- Implantar travessias para pedestre conectando esta região ao território das Subprefeituras Penha e Vila Maria/ Vila Guilherme;
- Reformular as vias de acesso para Guarulhos, melhorando o fluxo e as conexões metropolitanas;

- Qualificar o desempenho do transporte público garantindo a conexão e integração entre modais (trem, ônibus, bicicleta, metrô, pedestre) e demais equipamentos;
- Promover alargamento viário para duplicação da Avenida Gabriela Mistral - entre Avenida Dr. Assis Ribeiro e Avenida Governador Carvalho Pinto, melhorando a acessibilidade e o transporte coletivo, assim como a integração com a futura Estação do Metrô-Linha 2 Verde e o Terminal de ônibus previsto;
- Promover melhoramentos no viário da Avenida Rodovalho Jr. e da Rua Ataléia, desde sua conexão com a Avenida Celso Garcia até a Avenida Gabriela Mistral;
- Conectar a ciclovia, a ser implantada no interior do Parque Tiquatira, até a ciclovia da Avenida Dr. Assis Ribeiro por meio da construção da ciclovia da Avenida Gabriela Mistral;
- Implantar intervenção pontual de adequação geométrica no entroncamento da Avenida Gabriela Mistral com a Avenida Governador Carvalho Pinto, melhorando a acessibilidade do ônibus articulado.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Inspeção da Ponte Aricanduva – SIURB

Inspeção no Viaduto Gal Milton Tavares de Souza – SIURB

Programa de Redução de Alagamentos - -PRA lote 5 Rua Armando Cardoso Alves – microdrenagem - SIURB

Wifi gratuito – SMIT

Execução de obra de emergência no córrego Tiquatira de drenagem e recomposição da via pública – SMSUB

Implantação ciclovias e ciclofaixas na Gabriela Mistral - SMT

Requalificação de ciclovias e ciclofaixas na Av. Carvalho Pinto – trecho 2; (SMT)

Requalificação de ciclofaixas Ponte Domingos Franciulli Neto - SMT

As propostas apresentadas pela sociedade para o Perímetro de Ação são:

- Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: UBS Trindade em local de difícil acesso - falta de mobilidade. (sic)

Em relação a falta de mobilidade SMT respondeu que essa demanda é genérica e não está clara o suficiente para ser respondida.

- Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: recapeamento das vias e serviços de coleta de lixo (sic)

A demanda de recapeamento de vias cabe a rotina da Subprefeitura e os serviços de coleta de lixo são contratos da AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) que devem ser fiscalizados pela subprefeitura e essas ações **não cabem no âmbito do Plano de Ação**. Resposta de SMSUB: “*Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Será realizado estudo preliminares para verificar a possibilidade de inclusão da referida via na programação de recapeamento 2021*”.

- Perímetro entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral: urbanização de favelas, regularização de lotes (sic)

Trata-se solução de questão habitacional e pertinente de Plano de Ação. Resposta SEHAB: “***Demanda em estudo para o Planejamento de 2021***. Não consta neste departamento informações sobre as referidas ações. Será encaminhado para coordenadoria responsável para verificação da viabilidade da ação”.

- Cessão da área municipal aonde está instalado o Mercado da Penha, antiga fábrica de gelo, fechada a 35 anos e que está vazia. Necessitamos da liberação da área para construção. (sic)

Trata-se de Cessão de área pública, assunto **não pertinente para Plano de Ação**. Até o fechamento desse Relatório não houve resposta.

- Recapeamento Av. Cangaíba. (sic)

Manutenção de asfalto nas vias **não é uma questão que necessita aguardar elaboração de Plano de Ação**, e sim, um planejamento da Subprefeitura **Resposta da SMSUB**: “***Demanda em estudo para o Planejamento de 2021***. Será feita verificação da possibilidade de execução e de inserir na previsão orçamentaria de 2021”.

As principais diretrizes para efetividade desse Perímetro de Ação, estabelecidas pelo Plano Regional apresentadas na audiência pública, têm como foco solucionar a pouca conectividade entre bairros e entre meios de transporte bem como solução para a alta vulnerabilidade social e ambiental do número significativo de conjuntos habitacionais,

loteamentos irregulares e assentamentos precários. Essas diretrizes foram reiteradas pelos presentes na audiência pública e reforçadas com algumas das demandas, elencadas anteriormente. As **metas 2019-2020** não dão conta de implementar as ações necessárias para esse Perímetro de Ação.

6 - PERÍMETRO ID 253 | CENTRO HISTÓRICO DA PENHA

As diretrizes desse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Preservar a identidade do bairro e das áreas de interesse histórico-cultural, valorizando as características históricas, sociais e culturais desta região;
- Possibilitar o desenvolvimento ordenado e sustentável das áreas de interesse histórico e cultural, tendo como premissa a preservação do patrimônio cultural no Centro Histórico da Penha e promovendo o turismo local;
- Implantar sinalização para turismo e áreas de permanência no Centro Histórico da Penha, potencializando o uso e a convivência na centralidade;
- Realizar um plano de revitalização das fachadas com valor arquitetônico;
- Estimular a fruição e o uso público do patrimônio cultural, consolidando nesta área uma centralidade cultural e histórica, articulando os equipamentos existentes, como: o Centro Cultural da Penha, o Teatro Martins Pena, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, a Catedral Nossa Senhora da Penha de França e o Colégio Estadual Nossa Senhora da Penha;
- Qualificar e implantar calçadas, vias de pedestre, calçadões, sinalização específica e espaços para convívio, em especial, na Rua Padre Antônio Benedito e na Rua Dr. João Ribeiro, melhorando a segurança e acessibilidade de pedestres;
- Implantar bolsões de estacionamento em detrimento de vagas para veículos ao longo das vias principais do Centro Histórico, pois as ruas são muito estreitas;
- Qualificar a iluminação pública da região, em especial, no entorno da Estação Penha do Metrô- Linha 3 Vermelha;
- Adequar, conforme as demandas, a oferta de equipamentos públicos efetivando a universalização de direitos sociais, tais como: Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS); Serviço de Acolhimento Institucional à população em situação de rua (CREAS POP) e Centro para Crianças e Adolescentes (CCA);
- Integrar a centralidade da Avenida Amador Bueno da Veiga ao Centro Histórico da Penha;

- Qualificar o desempenho do transporte público e cicloviário da região, garantindo a conexão e integração entre modais (ônibus, bicicleta, metrô e pedestre) e demais equipamentos;
- Promover melhoramentos viários na Avenida Rodovalho Jr. e na Rua Ataléia, desde sua conexão com a Avenida Celso Garcia até a Avenida Gabriela Mistral;
- Qualificar o manejo de águas pluviais e a drenagem na região, em especial na Rua Guaiaúna;
- Elaborar um projeto que atenda, ao mesmo tempo, a demanda por drenagem, saneamento ambiental (coleta e tratamento do esgotamento sanitário) e inclusão do entorno do Córrego Rincão enquanto parte do sistema de espaços livres públicos do município, qualificando-o como área de lazer;
- Implantar equipamentos no interior da futura área de lazer do Córrego Rincão, como: pista de caminhada, ciclovia, projeto de arborização, equipamentos de ginástica.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Regularização/ 80 unidades Miguel Russiano - SEHAB

Corredor Radial Leste - Trecho 1 e 2 – SIURB

Requalificação da Av. Amador Bueno –projeto executivo–SIURB

Reforma e Serviços de conservação do Centro Cultural Penha – SMC

Wifi gratuito – SMIT

Reforma e ampliação do CAPS III AD Penha – SMS

Reforma AMA/UBS AE Maurice Pate – SMS

Reforma CR DST AIDS Penha - SMS

Requalificação de calçadas/ adequação e adaptação de calçada – SMSUB

Implantação ciclovias e ciclofaixas na Gabriela Mistral - SMT

As propostas apresentadas pela sociedade para o Perímetro de Ação são:

- Mobilidade com relação a conectividade- muito isolado o CEU, difícil acesso por falta de transportes coletivos. Poderia colocar mais ônibus no entorno, pois o circular não supre as necessidades da população que faz uso do CEU. (sic)

Trata-se de oferta de transporte público para acessar o equipamento público (CEU).

Demanda pertinente para o Plano Ação e as respostas da SPtrans e SME foram as seguintes:

Resposta SPtrans: “Entendemos se tratar do CEU Tiquatira atendido por transporte coletivo pelas linhas 211V-10 Vl. Paranaguá - Penha e/ou 3206-10 Metrô Penha - Conj. Chaparral que

se utilizam da circulação viária existe no entorno do estabelecimento, tendo em vista a complexidade de acesso”.

Resposta da SME: A demanda não concerne a Secretaria

- Sem sinalização para redução de velocidade na área da escola. Melhorias de mobilidade, demarcar próximo a escola Barão de Ramalho, ali na Amador de Veiga como área com fluxo de crianças e estudantes com placas de radares, informando a existência da escola para maior atenção dos motoristas. Muito perigoso as crianças ali na frente expostas ao movimento. (sic)

Trata-se de Instalações para garantir mobilidade de pessoas (sinalização, semáforos).

Demanda pertinente para ser discutida no Plano de Ação. Resposta da SMT foi a seguinte: “*Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020. Pedido cadastrado no sistema CS da CET enviado para análise CS nº 96.25.00841/20-97*”.

- Reforma da AMA Maurício Pate. (sic)

Demanda sobre reforma de equipamento de saúde e **pertinente para Plano de Ação.**

Resposta da SMS foi a seguinte: “*Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Consta no plano de ação da subprefeitura da Penha, a reforma da unidade Assistência Médica Ambulatorial (AMA) / Unidade Básica de Saúde (UBS) Integrada Jardim Nordeste. Ainda assim, a Secretaria Municipal de Saúde tem revisado fluxos e processos de atendimento em Unidades Básicas de Saúde, de modo a torná-lo mais eficaz e adequado. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Saúde vem analisando os serviços de saúde no município de São Paulo, a fim de reestruturar a rede de equipamentos de saúde, partindo das necessidades do território*”.

- Já solicitada área Rua Vera Cruz, 288 ao Governo Federal. Área tombada que precisa ser preservada. (sic)

A demanda de preservação de área é **pertinente de ser tratada no Plano de Ação.**

A resposta da SMC foi a seguinte: “*Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. O DPH/Conpresp realizaram através da Resolução 13/2018 a proteção do núcleo histórico da Penha, no qual o imóvel em questão está inserido e é listado como tombado. Se trata de área verde, com remanescentes de trilhos de antigo ramal ferroviário, hoje ocupada com vegetação, cujo estudo de tombamento recomenda a destinação do local à praça ou parque*”.

A efetividade desse Perímetro de Ação pauta-se na qualificação e fortalecimento dessa centralidade de relevância na Subprefeitura Penha mediante preservação histórico-cultural do Centro histórico, um dos um dos bairros mais antigos e tradicionais do município de São Paulo. Nesse sentido as principais diretrizes estabelecidas no Plano Regional, anteriormente expostas, e que foram apresentadas e validadas pelos presentes na audiência pública precisam ser implementadas, uma vez que não foram totalmente superadas, tais como aquelas relacionadas à qualificação dos espaços públicos, requalificação e adaptação de calçadas, preservação das fachadas com valor histórico e das áreas de interesse histórico cultural e melhorar a mobilidade urbana.

Salienta-se que as metas 2019-2020 estão aquém de alcançar a efetividade desse perímetro, mas poderão ser contempladas no **Plano de Ação com recomendações para 2021**.

Além dessas propostas, para os Perímetros de Ação prioritários, foram registradas durante a audiência pública outras propostas que abrangem ou impactam todo o território da Subprefeitura, como pode ser observado a seguir.

PROPOSTAS COM ABRANGÊNCIA PARA TODO O TERRITÓRIO DA SUBPREFEITURA

Para debater as propostas apresentadas que são direcionadas para todo o território da Subprefeitura, cabe referenciar as diretrizes gerais para a Subprefeitura Penha segundo o Plano Regional da Subprefeitura. São elas:

- Prover habitação de interesse social para a população em situação de vulnerabilidade social de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Promover a regularização urbana e fundiária;
- Ampliar a oferta de equipamentos e serviços públicos, em especial de assistência social;
- Ampliar a oferta de transporte público e melhorar as condições de mobilidade e conexão dos sistemas de transporte coletivo;
- Melhorar as condições de mobilidade para pedestres, em especial da população idosa;
- Notificar terrenos que não cumprem sua função social da propriedade e estimulando o uso e edificação;

- Aumentar a oferta de áreas verdes públicas no território, qualificando as praças e parques existentes e promovendo novos equipamentos de esporte e lazer;
- Promover a qualificação urbana e ambiental dos córregos da subprefeitura, tais como: o Rio Tietê e seus afluentes; Córrego Gamelinha e Guaiaúna; Córrego Ponte Rasa e suas nascentes; Córrego Tiquatira; Córrego Rincão e Córrego Franquinho;
- Solucionar problemas de saneamento ambiental, em especial de coleta e tratamento de esgotamento sanitário e promoção de coleta e destinação de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo - PGIRS;
- Fortalecer e qualificar as centralidades existentes, promovendo ações indutoras do desenvolvimento econômico local por meio de qualificação no espaço público da região e estímulo à manutenção e criação de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa;
- Possibilitar o desenvolvimento ordenado e sustentável das áreas de interesse histórico e cultural, tendo como premissa a preservação do patrimônio existente no Centro Histórico da Penha, potencializando seu papel de importante núcleo de urbanização regional.

A propostas apresentadas pela sociedade de caráter geral com abrangência para todo o território da Subprefeitura e que são aderentes ao Plano de Ação 2020 com recomendações para 2021 são as seguintes:

- Criação de mais ecopontos e conscientização da população sobre a importância da sua utilização, inclusive utilizando os CEUS e escolas municipais com as crianças e pais. (sic)

Proposta que vai ao encontro das diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo (PGIRS) e que devem ser discutidas e articuladas com a AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) para o Plano de Ação.

Em relação a conscientização da população a Secretaria Municipal da Educação a resposta foi a seguinte: “Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. *A Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral participa da Virada Sustentável nos 46 Centros Educacionais Unificados, evento que chegou a sua nona edição em 2019 e reuniu mais de 600 atrações em 200 espaços diferentes da cidade de São Paulo. O evento promove a consciência sobre a sustentabilidade, incentivando à coleta seletiva, mostrando vídeos sobre o assunto, oficinas de culinária sustentável, de reciclagem de horta comunitária e palestras sobre o tema destinados a comunidade interna e externa dos*

CEUs no intuito da transformação social no território. Neste sentido, a COCEU segue buscando implementar projetos de conscientização”.

SMSUB respondeu o seguinte: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. A criação de novos Ecopontos está incorporada ao plano de metas do Governo e faz parte do planejamento de AMLURB desde o início da gestão. O problema é que faltam áreas públicas no município para implantação destes equipamentos. Sobre a utilização dos CEUs para implantação de Ecopontos, não é possível, já que o Ecoponto necessita de um espaço grande e que a movimentação de carros e munícipes atrapalharia as atividades das escolas. O que se tem estudado e já está em fase de implantação é a instalação de PEVs para coleta seletiva dos recicláveis em Escolas e CEUs, atualmente já existe um piloto em execução que será ampliado*

- Ausência de qualquer ação visando educação e cultura que resulte em queda de criminalidade e melhoria da população, de sua qualidade de vida. (sic)

A resposta da Secretaria Municipal de Educação foi a seguinte: *Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. A Divisão de Cultura da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral, tem como atribuição formular e implementar programas e projetos de cidadania cultural e demais ações culturais realizadas nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) e nos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs), em parceria ou não com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Pontuamos que nesta parceria com SMC são desenvolvidos dois projetos como o Piá e Vocacional que promovem o acesso a cultura a partir de cursos de formação para crianças e adolescente. O Piá - Programa de Iniciação Artística, atende crianças e adolescentes de 5 a 14 anos, proporcionando convivência com as artes visuais, música, teatro, dança e literatura por meio da experiência e troca com os artistas educadores, que estimulam a ludicidade das atividades e o fazer artístico promovendo a formação criativa e cidadã de crianças e adolescentes. O Vocacional é um programa de formação voltado para adolescentes maiores de 14 anos e estimula a atividade artística direcionadas as áreas da dança, música, teatro e demais linguagens, atendendo a demanda e vocação de cada território. Destacamos ainda, a parceria com Associação Santa Marcelina, no Programa Guri que acontece em 28 CEUs, que promove a educação musical e a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes. A COCEU promove também o programa de iniciação musical, que implica na contratação de instrutores de iniciação musical pra atuar nas Unidade Educacionais da Rede Municipal de Educação, que no ano de 2019, forma 99 Instrutores contratados, 164 Unidades Educacionais contempladas com 13.100 estudantes atendidos. Para 2020, a previsão é de expansão do projeto, com 222 Unidades Educacionais, sendo 219 de Ensino Fundamental e 03 da Educação Infantil, dessas 57 Unidades Educacionais contempladas com novos instrumentos musicais (decorrente de aquisição realizada por COCEU em 2019) e 140 Instrutores contratados. Assim, indicamos que*

a Secretaria de Educação desenvolve políticas públicas e as ações que contribuam para a diminuição da criminalidade, assim como da vulnerabilidade da população em geral, sendo os CEUs polos disseminadores da política pública que visa a melhoria da qualidade social, cultural e econômica da população, principalmente da periférica.

- Ausência de qualquer ação visando educação e cultura que resulte em queda de criminalidade e melhoria da população, de sua qualidade de vida. A Secretaria Municipal de Educação respondeu o seguinte: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. A Divisão de Cultura da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral, tem como atribuição formular e implementar programas e projetos de cidadania cultural e demais ações culturais realizadas nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) e nos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs), em parceria ou não com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Pontuamos que nesta parceria com SMC são desenvolvidos dois projetos como o Piá e Vocacional que promovem o acesso a cultura a partir de cursos de formação para crianças e adolescente. O Piá - Programa de Iniciação Artística, atende crianças e adolescentes de 5 a 14 anos, proporcionando convivência com as artes visuais, música, teatro, dança e literatura por meio da experiência e troca com os artistas educadores, que estimulam a ludicidade das atividades e o fazer artístico promovendo a formação criativa e cidadã de crianças e adolescentes. O Vocacional é um programa de formação voltado para adolescentes maiores de 14 anos e estimula a atividade artística direcionadas as áreas da dança, música, teatro e demais linguagens, atendendo a demanda e vocação de cada território. Destacamos ainda, a parceria com Associação Santa Marcelina, no Programa Guri que acontece em 28 CEUs, que promove a educação musical e a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes. A COCEU promove também o programa de iniciação musical, que implica na contratação de instrutores de iniciação musical pra atuar nas Unidade Educacionais da Rede Municipal de Educação, que no ano de 2019, forma 99 Instrutores contratados, 164 Unidades Educacionais contempladas com 13.100 estudantes atendidos. Para 2020, a previsão é de expansão do projeto, com 222 Unidades Educacionais, sendo 219 de Ensino Fundamental e 03 da Educação Infantil, dessas 57 Unidades Educacionais contempladas com novos instrumentos musicais (decorrente de aquisição realizada por COCEU em 2019) e 140 Instrutores contratados. Assim, indicamos que a Secretaria de Educação desenvolve políticas públicas e as ações que contribuam para a diminuição da criminalidade, assim como da vulnerabilidade da população em geral, sendo os CEUs polos disseminadores da política pública que visa a melhoria da qualidade social, cultural e econômica da população, principalmente da periférica”.*

- Detalhamento de um plano de ação social para maiores vulnerabilidades (execução, ação e cronograma). A resposta de SMDHC foi a seguinte: “Verificar descomplica da penha e [...] por meio do Núcleo de Direitos Humanos a secretaria se articula com a rede local de serviços para incidir sobre as vulnerabilidades do território”.
- Obrigar que indivíduos responsáveis pelos setores públicos da prefeitura estejam presentes na reunião. São ridículas suas ausências. (sic)

Resposta da SGM: *“Demanda em estudo para o Planejamento de 2021. Para todas as audiências públicas de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, a Prefeitura de São Paulo garantiu a participação de ao menos três servidores públicos: um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, um representante da Secretaria de Governo Municipal e um da Subprefeitura correspondente. Em grande parte dos casos, entretanto, havia mais de uma pessoa da Subprefeitura e mais de uma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Assim sendo, informamos que havia técnicos presentes”.*

Essas propostas de caráter amplo são pertinentes e reforçam a necessidade de ampliar a discussão pública, de modo que a sociedade civil participe e se aproprie cada vez mais das decisões públicas.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam as ações prioritárias para a implementação dos perímetros de ação que compõe o Plano de Ação da Subprefeitura Penha, conforme o **Quadro 9**.

A consulta à sociedade civil, aos setoriais municipais, e o estudo técnico desenvolvido pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU indicam as recomendações para o Plano de Ação da Subprefeitura. As recomendações são propostas com aderência ao Plano de Ação, à Subprefeitura como um todo e aos Perímetros de Ação Prioritários.

Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Penha.

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
137 Avenida Aricanduva	<p>Implementar medidas estruturais e não estruturais para o controle de enchentes e alagamentos. (Obras de alguns reservatórios na Bacia do Aricanduva já estão previstas nas metas 2019/2020).</p> <p>Ampliar rede de esgoto e realizar o tratamento de esgoto (alinhar com “Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no Município de São Paulo”, vinculado Plano Municipal de Saneamento Básico – instrumento do contrato de 2010 entre governos estadual e municipal)</p> <p>Implantar travessias e transposições ao longo da Avenida Aricanduva.</p> <p>Implantar o corredor de ônibus Aricanduva e o corredor Radial Leste trecho 2. (Previstos no PDE 2014 e metas 2019/2020)</p>	<p>Para esse perímetro não houve novas contribuições. O Plano Regional contempla as demandas da sociedade que ainda não foram superadas.</p>
146 Córregos Gamelina e Guaiaúna	<p>Provisão habitacional e regularização fundiária.</p> <p>Implementar medidas estruturais e não estruturais para o controle de enchentes e alagamentos.</p> <p>Ampliar rede de esgoto e realizar o tratamento de esgoto (alinhar com “Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no Município de São Paulo”, vinculado Plano Municipal de Saneamento Básico – instrumento do contrato de 2010 entre governos estadual e municipal)</p> <p>Implantar o Corredor Itaquera I; Corredor Radial Leste - Trecho 3 (Previstos no PDE e metas 2019/2020).</p>	<p>Implantar o residencial São Pedro Diferenciado II</p>

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
<p>391 Córrego Franquinho / Av. Calim Eid</p>	<p>Melhorar os espaços públicos, calçadas, vias de pedestres, passarelas, em especial aqueles vinculados ao transporte público e vinculados às centralidades.</p> <p>Requalificação e adaptação de calçadas (discutir e incluir como prioridade no Plano Emergencial da Calçadas – lei 14.675/2008 e Decreto 58.845/ 2019.</p> <p>Melhorar as conexões entre os modais de transporte público;</p> <p>Ampliar rede de esgoto e realizar o tratamento de esgoto (alinhar com “Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no Município de São Paulo”, vinculado Plano Municipal de Saneamento Básico – instrumento do contrato de 2010 entre governos estadual e municipal)</p> <p>Ofertar equipamentos públicos urbanos e sociais.</p> <p>Implantar Corredor Radial Leste trechos 2 e 3 (previsto pelo PDE2014) e também como meta 2019/2020.</p>	<p>Criar uma UBS no bairro.</p> <p>Equipamentos Sociais (principalmente para idosos).</p> <p>Reforma da praça Sta Quitéria (já consta no planejamento da SMSU para 2020.</p> <p>Regularização fundiária do Conjunto Habitacional Cingapura Maraial, com a retificação dos alinhamentos da Lei 8.849/1978.</p> <p>Ampliar a reforma e requalificação ao longo da Av. Calim Eid, em ambos os sentidos da Avenida.</p>
<p>241 Av. Cangaíba e Av. Danfer</p>	<p>Solução habitacional para a população das áreas de risco, assentamentos precários e loteamentos irregulares.</p> <p>Ampliar rede de esgoto e realizar o tratamento de esgoto (alinhar com “Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no Município de São Paulo”, vinculado Plano Municipal de Saneamento Básico – instrumento do contrato de 2010 entre governos estadual e municipal)</p> <p>Implementar medidas estruturais e não estruturais para o controle de enchentes e alagamentos.</p> <p>Implantar os corredores de ônibus na Avenida Governador</p>	<p>Urbanização da Favela da Caixa D'Água. Segundo SEHAB está em estudo para o planejamento de 2021.</p> <p>Segurança urbana para o Distrito de Cangaíba.</p> <p>Implantar equipamento território CEU. Segundo o planejamento da SME a implantação de um equipamento do tipo CEU - Arthur Alvim com previsão de entrega em 06/2020. A implantação do CEU na Vila Eng. Goulart poderá ser analisada no próximo PPA 2022-2025</p>

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
	Carvalho Pinto (Previsão do PDE 2014 era para o ano de 2016) e na Avenida Assis Ribeiro (Previsto no PDE 2014 para o ano de 2025)	
251 Território CEU Tiquatira / Av Gabriela Mistral	<p>Intervenções viárias para conectar os bairros e entre os meios de transporte público, previstas no PDE 2014.</p> <p>Implantar o corredor de ônibus Av. Celso Garcia/Av. Governador Carvalho Pinto, previsto no PDE 2014 para o ano de 2016.</p> <p>Solução habitacional para a população de assentamentos precários e regularização fundiária para os loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais.</p> <p>Ampliar rede de esgoto e realizar o tratamento de esgoto (alinhar com “Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no Município de São Paulo”, vinculado Plano Municipal de Saneamento Básico – instrumento do contrato de 2010 entre governos estadual e municipal)</p> <p>Implementar medidas estruturais e não estruturais para o controle de enchentes e alagamentos. (Para as metas 2019/2020 a Rua Armando Cardoso Alves está inserida no Programa de Redução de Alagamentos - PRA lote 5 - inclui intervenções tais como: execução de galerias de águas pluviais, ampliação das captações existentes, recomposição de pavimento, contenção de margens.</p>	<p>Reurbanização das favelas e regularização fundiária. Localização: entre a Rua Kampala e Gabriela Mistral, entre Ponte e Av Cangaíba e Av Gabriela Mistral.</p> <p>Melhorar a mobilidade urbana para acessar a UBS Trindade</p>
253 Centro Histórico da	Instituir mecanismos e instrumentos de incentivos para a	Instalações para garantir mobilidade de pessoas

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
Penha	<p>preservação histórico-cultural</p> <p>Elaborar e implementar Plano de revitalização das fachadas com valor arquitetônico.</p> <p>Elaborar e implementar Plano de turismo local</p> <p>Qualificar os espaços livres públicos, em especial os vinculados ao comércio, transporte público e às centralidades.</p> <p>Requalificação e adaptação de calçadas (discutir e incluir como prioridade no Plano Emergencial da Calçadas – lei 14.675/2008 e Decreto 58.845/ 2019.</p> <p>Implantar o Corredor Radial Leste - Trecho 1 e 2 (previsto no PDE e também nas metas 2019/2020.</p> <p>Requalificação da Av. Amador Bueno (prevista na meta 2019/2020)</p>	<p>(sinalização, semáforos) no entorno da Escola Barão de Ramalho. Demanda acrescentada no planejamento 2020 da CET.</p> <p>Reforma da AMA Mauricio Pate Demanda em estudo para 2021 pela SMS.</p> <p>Preservar a área tombada na Rua Vera Cruz, 288. Demanda contemplada no planejamento 2020 e segundo SMC o estudo de tombamento recomenda a destinação do local à praça ou parque. Trata-se de área verde, com remanescentes de trilhos de antigo ramal ferroviário, hoje ocupada com vegetação.</p>
Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil para a subprefeitura como um todo		
Subprefeitura como um todo	<p>Ampliar o número de ecopontos e fortalecer programas de educação ambiental e conscientização da população sobre a temática de resíduos sólidos, incluindo desde sua origem, tratamento e disposição final.</p> <p>Ampliar os projetos e atividades culturais nas periferias da cidade.</p>	

Elaboração: Consultores UNESCO.

O Plano de Ação da Subprefeitura Penha é a aplicação em ciclos de planejamento periódicos do Plano Regional da Subprefeitura. Elemento definido no sistema municipal do planejamento urbano paulistano, o Plano de Ação da Subprefeitura visa nortear a aplicação do investimento públicos municipal para a implementação de ações e atividades prioritárias, de modo articulado no espaço urbano, com a participação, conhecimento e controle dos conselhos participativos e da sociedade civil organizada.

A elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura é prevista pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Lei Municipal 16.050 de 31 de julho de 2014, e foi regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016. Sua elaboração foi acionada a partir do processo de revisão dos compromissos definidos pelo 2º Plano de Ação em Governo Aberto do Município de São Paulo 2018-2020, Compromisso Nº 2 – Descentralização e Desenvolvimento Local.

Desse modo, a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 se inicia em 2019, e adota como referência o Programa de Metas 2019-2020 e sua territorialização, de modo a estabelecer relações entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário na cidade de São Paulo, este notadamente articulado ao Programa de Metas 2019-2020. Associado a isso, sua elaboração é apoiada na consulta pública à sociedade civil, a qual recolhe, debate e valida as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda que o Plano de Ação da Subprefeitura tenha sido iniciado em 2019, com pouca articulação com o planejamento orçamentário, o plano deverá ser revisto a cada quatro anos, de acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537/2016, em articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano municipal, o processo orçamentário e o Programa de Metas municipal. Desse modo, a cada ciclo quadrienal de planejamento urbano e orçamentário municipal, é possível convergir para um maior alinhamento entre políticas, programas e projetos municipais, com atenção às ações prioritárias apresentadas pelo Plano de Ação da Subprefeitura e aos respectivos Perímetros de Ação Prioritários.

A complexidade e a grande demanda de ações prioritárias, apontadas no **Quadro 9 Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Penha**, explicita a necessidade de investimentos públicos robustos e contínuos nas Subprefeituras. A efetivação do Plano de Ação da Subprefeitura Penha é sustentada pelo desenvolvimento e implementação de projetos

e intervenções urbanas associados a cada um dos Perímetros de Ação Prioritários e respectivas diretrizes.

Em especial, no caso da Subprefeitura Penha, destacamos sobretudo as ações estruturantes e que dão suporte à efetividade do perímetro, como; a provisão habitacional para a população em situação de vulnerabilidade social e ambiental; a implementação de medidas estruturais para o controle de enchentes e a ampliação da rede e tratamento de esgoto para a melhoria da qualidade dos corpos d'água e da saúde pública.

Em específico sobre o saneamento básico, é necessário alinhar as prioridades do Plano de Ação da Subprefeitura com o “Plano de Investimentos da SABESP 2019/2020 no Município de São Paulo”, este vinculado Plano Municipal de Saneamento Básico, definido em um instrumento do contrato de 2010 entre os governos estadual e municipal.

A otimização dos recursos públicos disponíveis ao Plano de Ação da Subprefeitura pode estar associada à uma maior articulação entre diferentes fundos municipais, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB e Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI. Esses fundos municipais contam com fontes de receita regulares e relativamente estáveis, e possuem afinidade finalística com o Plano de Ação das Subprefeituras. Uma maior articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário poderia considerar esses fundos municipais, hoje centrais à provisão das infraestruturas urbana, habitacional e ambiental para o município de São Paulo.

O Plano Regional da Subprefeitura foi aprovado em 2016 com horizonte de planejamento para 2029, e observa-se que as diretrizes apresentadas pelos Perímetros de Ação Prioritários são válidas, permanecem importantes e devem ser efetivadas. Esse fato é evidenciado durante as etapas do processo participativo para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 com recomendações para 2021. Por isso é importante ampliar a discussão pública de modo que a sociedade participe e influencie a tomada das decisões públicas, alocação das finanças públicas e as prioridades de financiamento do desenvolvimento urbano paulistano.

O alinhamento entre a participação da sociedade civil; o fortalecimento das institucionalidades da administração pública, a exemplo do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das Subprefeituras, a implantação de um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados e informações territorializadas; e uma maior articulação entre planejamento urbano e



planejamento orçamentário, potencializa a importância da implementação do Plano de Ação das Subprefeituras na cidade de São Paulo.